



## **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores**

### **Diário da Sessão**

**VI Legislatura**

**Número: 50**

**II Sessão Legislativa**

**Horta, Quinta-feira, 24 de Setembro de 1998**

**Presidente:** *Deputado Dionísio de Sousa*

**Secretários:** *Deputados Guilherme Pinto e José Ramos Aguiar*

### **SUMÁRIO**

*Os trabalhos iniciaram-se pelas 10.25 horas.*

#### **Período de Antes da Ordem do Dia**

Depois de lida a correspondência entrada na Mesa, passou-se ao período destinado às intervenções de interesse político relevante para a Região tendo usado da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados António Loura (*PS*), José Maria Bairos (*PSD*), José Humberto Chaves (*PS*), Eugénio Leal (*PSD*), João Cunha (*PSD*), Manuel Brasil (*PSD*), António Gomes (*PS*), João Forjaz Sampaio (*PS*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Manuel Serpa (*PS*), Sidónio Bettencourt (*PSD*), João Greves (*PP*), Mark Marques (*PSD*), Victor Cruz (*PSD*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Economia (*Duarte Ponte*), Habitação e Equipamentos (*José Contente*) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

#### **Período da Ordem do Dia**

Neste período foram apreciadas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

**1.<sup>a</sup> Proposta de Resolução — "Alteração ao Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores (alteração à Resolução n.º 2/93/A, de 10 de Fevereiro)."**

Usaram da palavra os Srs. Deputados Humberto Melo (*PSD*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*), Herberto Rosa (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Jorge Valadão (*PSD*), Fernando Menezes (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Silva Melo (*PS*) e Francisco Sousa (*PS*).

A proposta foi aprovada, na generalidade e na especialidade, por unanimidade com excepção do artigo 35.º, o qual foi aprovado por maioria.

**2.<sup>a</sup> Proposta de Resolução — "Orçamento Suplementar da ALRA referente ao ano de 1998"**

Após uma intervenção proferida pelo Sr. Deputado Humberto Melo (*PSD*), foi a mesma aprovada por unanimidade.

**3.<sup>a</sup> Proposta de Resolução — "Orçamento da ALRA para o ano de 1999".**

A proposta em apreço foi aprovada por unanimidade não sem antes ter proferido uma intervenção o Sr. Deputado Humberto Melo (*PSD*).

**4.<sup>a</sup> Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução sobre "Prestação de informação à ALRA sobre a origem e destino dos apoios aos sinistrados do sismo de 9 de Julho, provindos de instituições e entidades públicas e privadas".**

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*), proferiram intervenções os Srs. Deputados Eugénio Leal (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*) e Fernando Menezes (*PS*), tendo sido o mesmo aprovado por maioria.

**5.<sup>a</sup> Proposta de Resolução "Prestação de informação à ALRA sobre a origem e destino dos apoios aos sinistrados do sismo de 9 de Julho, provindos de instituições e entidades públicas e privadas".**

A proposta mencionada foi aprovada por maioria, tendo usado da palavra sobre o mesmo assunto os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (*PP*), Fernando Menezes (*PS*), Eugénio Leal (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

**6.ª Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução sobre "Aumento de frequência das ligações da SATA ao Grupo Ocidental".**

Intervieram os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*) e Herberto Rosa (*PS*), tendo sido o mesmo aprovado por maioria.

**7.ª Proposta de Resolução sobre "Aumento de frequência das ligações da SATA ao Grupo Ocidental".**

Intervieram no debate os Srs. Deputados João Greves (*PP*), José Manuel Nunes (*PSD*), Herberto Rosa (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional.

A proposta em preço foi aprovada por maioria.

**8.ª Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução "Revogação da nomeação do Presidente da Junta Autónoma dos Portos de Angra do Heroísmo.**

Sobre este assunto usaram da palavra os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*), António Meneses (*PSD*) e Vasco Cordeiro (*PS*), tendo sido aprovado por maioria.

**9.ª Proposta de Resolução "Revogação da nomeação do Presidente da Junta Autónoma dos Portos de Angra do Heroísmo.**

Neste âmbito usaram da palavra os Srs. Deputados António Meneses (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*), João Cunha (*PSD*), Joaquim Ponte (*PSD*), José Nascimento Ávila (*PS*), Augusto Elavai (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*), Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

A proposta foi aprovada por maioria tendo proferido declarações de voto os Srs. Deputados Victor Cruz (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*) e Vasco Cordeiro (*PS*).

**10.ª Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução "Criação de uma Comissão Eventual de acompanhamento da acção**

**governativa no âmbito da reconstrução dos estragos provocados nas Ilhas do Faial, Pico e São Jorge, pelo sismo de 9 de Julho de 1998".**

Intervieram sobre este assunto os Srs. Deputados Madruga da Costa (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*) e Fernando Menezes (*PS*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

**11.ª Proposta de Resolução "Criação de uma Comissão Eventual de acompanhamento da acção governativa no âmbito da reconstrução dos estragos provocados nas Ilhas do Faial, Pico e São Jorge, pelo sismo de 9 de Julho de 1998.**

Após uma intervenção proferida pelo Sr. Deputado Madruga da Costa (*PSD*), a proposta foi aprovada por unanimidade.

**12.ª Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução que "recomenda ao Governo Regional a antecipação dos prazos de pagamento das indemnizações compensatórias aos empresários do sector agro-pecuário",** o qual foi aprovado por unanimidade.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (*PP*), António Almeida (*PSD*), Élio Valadão (*PS*).

**13.ª Proposta de Resolução que "recomenda ao Governo Regional a antecipação dos prazos de pagamento das indemnizações compensatórias aos empresários do sector agro-pecuário".**

Intervieram sobre este assunto os Srs. Deputados António Almeida (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Élio Valadão (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Nuno Almeida e Sousa (*PP*), Carlos Fraga (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*).

A proposta em apreço foi aprovada por maioria, tendo proferido uma declaração de voto o Sr. Deputado Élio Valadão (*PS*).

**14.ª Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional — "Justificação das faltas dadas por sinistrados ou voluntários no dia da ocorrência e nos dias que se seguiram à ocorrência do sismo de 9 de Julho de 1998.**

Feita a apresentação do diploma pelo Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*), usou da palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos (*PSD*), tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

**15.ª Proposta de Decreto Legislativo Regional — "Justificação das faltas dadas por sinistrados ou voluntários no dia da ocorrência e nos dias que se seguiram à ocorrência do sismo de 9 de Julho de 1998.**

Após a discussão onde usaram da palavra os Srs. Deputados José Maria Bairos (*PSD*), Joaquim Ponte (*PSD*), Jorge Valadão (*PSD*), Rui Pedro Ávila (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*), foi a mesma aprovada por maioria.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Jorge Valadão (*PSD*).

**16.ª Proposta de Resolução da Mesa que "declara findo o período legislativo de Setembro".**

A proposta supracitada foi aprovada por unanimidade.

*(Os trabalhos terminaram às 10.05 horas).*

**Presidente:** Srs. Deputados, bom dia.

Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

*Eram 10.25 horas.*

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:*

***Partido Socialista (PS)***

**António** das Neves Lopes **Gomes**

**António** José Tavares de **Loura**

António Manuel da **Silva Melo**

**Carlos** Alberto da Costa **Fraga**

**Dionísio** Mendes de **Sousa**

**Fernando** Manuel Machado **Menezes**

**Francisco** Couto de **Sousa**

**Guilherme Marinho Pinto** de Sousa  
**João Carlos** do Couto **Macedo**  
**João Manuel Pereira Forjaz de Sampaio**  
José **Élio Valadão** Ventura  
**José Humberto** de Medeiros **Chaves**  
**José do Nascimento Ávila**  
**João Luis Sanchez dos Santos**  
**Luis Machado Resendes**  
**Manuel Goulart Serpa**  
Manuel **Herberto** da **Rosa**  
Maria de **Fátima** Rocha Furtado Moniz **Sousa**  
Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**  
**Rui Pedro** Lopes Machado **Ávila**  
**Vasco Ilídio Alves Cordeiro**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Aires António** Fagundes **Reis**  
Alberto Romão **Madruga da Costa**  
**Ana Carolina** Gomes da **Silva**  
**António** Manuel Silva **Almeida**  
**António** Manuel Goulart Lemos de **Meneses**  
**Aurélio** Henrique Silva Franco **da Fonseca**  
**Duarte** Nuno de **Ávila** Martins de **Freitas**  
**Francisco Xavier** Araújo Rodrigues  
**Humberto** Trindade Borges de **Melo**  
**João Manuel Bettencourt Cunha**  
**Joaquim** Carlos Vasconcelos da **Ponte**  
**José Ramos Aguiar**  
**José Francisco** Salvador **Fernandes**  
**Jorge** Manuel Leão Themudo **Valadão dos Santos**  
**José Manuel** Cabral Bolieiro **Dias**

**José Manuel Avelar Nunes**

**José Maria Bairos**

**Manuel Teixeira Brasil**

**Manuel da Silva Azevedo**

**Mark Silveira Marques**

**Victor do Couto Cruz**

***Partido Popular (PP)***

**João Maria Fraga Greves**

**Nuno Alberto Barata Almeida e Sousa**

***Partido Comunista Português (PCP)***

**Paulo António de Freitas Valadão**

**Presidente:** Estão presentes 45 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a leitura da correspondência.

Começo por ler ao plenário, um despacho do Sr. Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores que ontem foi recebido nesta Assembleia.

"Despacho

De 21 a 29 do corrente mês, realiza-se em Toronto, o XII Ciclo de Cultura Açoriana organizado pelo Centro de Divulgação Açoriana no Canadá.

Tendo aceite o convite que me foi formulado para participar como convidado de honra na cerimónia oficial do encerramento do Ciclo, estarei ausente do território nacional desde as 17.00 horas do dia 25 de Setembro, até às 7.00 horas do dia 1 de Outubro.

Assim, atendendo ao disposto no artigo 230.º n.º 3, da Constituição da República Portuguesa e no artigo 71.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redacção da Lei n.º 61/98, de 27 de Agosto, durante o período da minha ausência, acima referido, ficará a substituir-me Sua Exa. o Presidente da Assembleia Legislativa Regional.

Comunico-lhe este despacho, assim como a Suas Exas. o Presidente da República, Primeiro-Ministro e Presidente do Governo Regional dos Açores.

Lisboa, 17 de Setembro de 1998.

**O Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores:** *Alberto Manuel Sequeira Leal Sampaio da Nóvoa.*"

**Secretário** (*Guilherme Pinto*): Requerimento do Sr. Deputado Regional do PSD, José Francisco Fernandes:

"Considerando que a utilização dos terrenos baldios, administrados pelos serviços florestais, reveste grande importância para os lavradores das Flores;

Considerando que a cedência de reprodutores pela Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente faz-se actualmente apenas entre finais de Agosto a Dezembro, o que é manifestamente insuficiente;

Considerando que já foi manifestada esta preocupação ao Sr. Secretário Regional da Agricultura, bem como foi solicitada a sua resolução.

O Deputado subscritor do Grupo Parlamentar do PSD, solicita ao Governo Regional, ao abrigo das disposições regimentais estatutárias aplicáveis, as seguintes informações:

1. Pretende ou não a Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, disponibilizar os touros reprodutores em moldes que permitam a manutenção das explorações dos terrenos em questão?
2. Considerando que o período desejável para a cobertura natural, dos baldios em causa, se situa entre Junho e Dezembro, queira a Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente informar se vai ou não aceder a este pedido dos agricultores florentinos no próximo ano?

Horta, 24 de Setembro de 1998.

**O Deputado Regional:** *José Francisco Fernandes.*"

**Secretário** (*José Ramos Aguiar*): Da Presidência do Governo, do Gabinete do Secretário Regional Adjunto, o seguinte requerimento:

"Vem por este meio o Governo Regional, ao abrigo das disposições legais e regimentáveis aplicáveis, requerer que a sua Proposta de Decreto Legislativo Regional relativa à justificação de faltas dos trabalhadores da Administração Local,



cuja causa se prende com o sismo de 9 de Julho de 1998 e com âmbito territorial restrito à ilhas sinistradas seja com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, apreciada na presente Sessão Plenária de Setembro, da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Horta, 23 de Setembro de 1998.

**O Secretário Regional Adjunto da Presidência:** *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral.*"

**Secretário** (*Guilherme Pinto*): Do Gabinete do Ministro da República, audição dos Órgãos de Governo Próprio, Projecto de Decreto-Lei que prorroga por três meses os prazos para a prática de quaisquer actos processuais ou procedimentos, bem como para a interposição de quaisquer acções ou de quaisquer recursos gratuitos ou contenciosos relativamente a residentes nas Ilhas do Faial, Pico e São Jorge, ou a serviços sediados ou localizados nestas ilhas.

Baixou à Comissão de Economia, Finanças e Plano.

**Secretário** (*José Ramos Aguiar*): Do Gabinete do Ministro da República, audição dos Órgãos de Governo Próprio, Projecto de Decreto-Lei que "possibilita a abertura de concursos externos nas áreas de direito, engenharia civil, arquitectura e assistência social para as ilhas do Faial, Pico e São Jorge.

Baixou à Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais.

**Secretário** (*Guilherme Pinto*): Do Gabinete do Ministro da República, audição dos Órgãos de Governo Próprio, Projecto de Decreto-Lei que "institui um regime de isenção de emolumentos notariais e registrais sobre imóveis ou móveis, nas Ilhas do Faial, Pico e São Jorge".

Baixou à Comissão de Organização e Legislação.

**Secretário** (*José Ramos Aguiar*): Do Gabinete do Ministro da República, audição dos Órgãos de Governo Próprio, Projecto de Decreto-Lei que "dispensa de trato sucessivo os registos dos prédios ou dos ónus que impendam sobre prédios situados nos concelhos sediados nas Ilhas do Faial, Pico e São Jorge até 31 de Dezembro do 1999.

Baixou à Comissão de Organização e Legislação.

**Secretário** (*Guilherme Pinto*): Do Gabinete do Ministro da República, audição dos Órgãos de Governo Próprio, Projecto de Decreto-Lei que "isenta do pagamento de imposto sobre o Valor Acrescentado, a aquisição de bens e serviços com vista à reconstrução das Ilhas do Faial, Pico e São Jorge".

Baixou à Comissão de Economia, Finanças e Plano.

**Secretário** (*José Ramos Aguiar*): Parecer da Comissão de Economia, Finanças e Plano sobre o Projecto de Decreto-Lei que "estabelece normas para o licenciamento dos pequenos estabelecimentos industriais de venda directa do sector agro-alimentar".

**Presidente:** Terminada a leitura da correspondência, vamos passar ao outro ponto da ordem de trabalhos relativo às Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Loura.

**Deputado António Loura** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos dias 22 e 23 de Junho passado, o Governo Regional no cumprimento do estipulado no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, visitou oficialmente a Ilha de Santa Maria.

A mesma era aguardada pelos autarcas marienses com alguma expectativa, uma vez que pretendiam fazer, com o Governo Regional, o balanço da actividade governamental do nível de execução das acções contidas no comunicado do ano passado e, por outro lado, saber até onde o Governo Regional era sensível às novas questões que preocupavam naquele momento os autarcas.

Da reunião, o Governo verificou haver atrasos em alguns processos. Nas obras do Centro Comunitário da Santa Casa da Misericórdia de Santa Maria, embora o financiamento esteja garantido, nas obras na Escola Básica Integrada Bento Rodrigues, nas obras dos Portos da Maia, Anjos e São Lourenço.

Quanto ao caderno reivindicativo apresentado pela autarquia, destaco a preocupação da criação de emprego com vista a fixar a população jovem. Na área da saúde solicitou o reforço de pessoal de enfermagem, radiologia e fisioterapia. Por último, a construção do Porto de Recreio, obra necessária e que muito contribuirá para o

desenvolvimento dos desportos náuticos, para um melhor acolhimento aos iatistas, sem esquecer o impulso que dará à actividade turística.

A visita foi proveitosa e ocorreu dentro de um clima de diálogo franco e aberto, sem demagogia e com espírito construtivo, procurando encontrar as melhores soluções que servissem os legítimos interesses e anseios dos marienses. Como prova disto, no comunicado no final da visita, o Governo Regional deliberou as seguintes acções:

- A adjudicação do projecto de abastecimento de água à lavoura mariense;
- Dar início ao processo de concurso público para a construção do novo Matadouro de Santa Maria;
- Autorizar o lançamento das empreitadas de reabilitação e adaptação ao ensino secundário da Escola Básica Integrada Bento Rodrigues, com um valor de 125 mil contos;
- Iniciar à construção do edifício da Segurança Social;
- Arranque o mais rapidamente possível das obras do Centro Comunitário da Santa Casa da Misericórdia;
- Proceder à elaboração do Projecto do Porto de Recreio.

Outras pequenas acções, mas não menos importantes podemos enunciar, mas são bem elucidativas do empenho deste Governo em realizar obras de carácter estruturante indispensáveis ao desenvolvimento e bem estar dos marienses.

Aqui tenho que referir o excelente trabalho que tem vindo a fazer a autarquia mariense, dinamizando os diversos sectores da vida económica e social da ilha.

Prova disso, é ver-se o número de obras em curso, os apoios dados a todas as Juntas de Freguesia para a execução de pequenas obras, para além dos apoios dados aos agentes económicos e culturais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com esta convergência de esforços, isto é, do Governo Regional e da edilidade mariense, Santa Maria não é seguramente uma "Ilha Adiada", antes sim, uma ilha orgulhosa do seu passado e do seu presente e com vontade de ganhar o futuro.

Santa Maria é hoje uma ilha com os olhos postos no futuro, buscando teimosamente as melhores soluções que lhe permitam encarar o próximo milénio com uma nova dinâmica.

Esta força e esta dinâmica percorrem todos os Açores e é graças ao trabalho já desenvolvido por este Governo, que paulatinamente vai implementando novas medidas nas diversas áreas da governação.

De algumas delas já muitos açorianos beneficiam, outras terão o seu efeito a muito curto prazo outras ainda a médio e longo prazo. Como exemplo cito o sucesso que foi o reinício dos transportes marítimos de passageiros durante este Verão, em novos moldes e com um novo tipo de barco.

Esta operação que se traduziu num êxito do ponto de vista social e económico para a Ilha de Santa Maria, mereceu até já nesta Assembleia, elogios pela maioria dos seus deputados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em breve subirão a este plenário para apreciação por esta Assembleia, documentos importantes como sendo o Plano e Orçamento para o ano de 1999, instrumentos decisivos e importantes para uma boa governação, os quais merecerão certamente a confiança desta Assembleia para bem de todos os Açores.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Somos chegados a meio do mandato do Governo Regional minoritário, suportado pelo Partido Socialista, e é a altura de verificar se as medidas constantemente apregoadas pelos Membros do Governo nas inúmeras conferências de imprensa, na realidade foram implementadas ou estão em curso.

Em termos de política regional, assistimos a constantes discursos onde se afirma que a Lei das Finanças Regionais e o Estatuto Político-Administrativo, são grandes conquistas do Governo Regional e do Partido Socialista, quando na verdade estas foram conquista da Região e só se tornaram possíveis com o apoio e concordância

dos vários partidos representados na Assembleia Regional e na Assembleia da República.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Outro exemplo desta intoxicação discursiva é a baixa das tarifas aéreas entre a Região e o Continente que é anunciada como uma vitória do governo regional.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** E é!

**O Orador:** Nada mais falso.

Com a abertura do concurso público o Ministro da Tutela tinha diante de si não o problema das reivindicações dos Açores, mas sim a defesa da TAP e o dilema de criar uma tarifa que desse alguma hipótese da TAP concorrer e ganhar o concurso público.

Durante a vigência do anterior contrato, as várias companhias interessadas na exploração da linha estudaram até à exaustão os preços mínimos com que poderiam concorrer no futuro e sempre abaixo dos preços praticados pela TAP, os quais eram altíssimos.

Até a SATA efectuou estudos e chegou à conclusão que uma tarifa de 31.000\$00 era possível e assegurava a rentabilidade económica da operação.

Em suma, as tarifas baixaram, porque manter as mesmas era arriscar que a TAP perdesse ou concorresse com menos hipóteses de ganhar o serviço público de transporte aéreo.

As tarifas foram sujeitas às leis de mercado e não são só o resultado exclusivo da pressão política que o Governo Regional diz ter exercido sobre o Ministro da Tutela.

Se o Governo tem tanto poder negocial, porque não a inclusão no concurso duma escala semanal por Santa Maria, dando cumprimento à Proposta de Resolução aprovada por unanimidade por esta Assembleia? Este desejo não é um favor mas um direito que decorre do próprio Serviço Público de Transporte Aéreo.

Por outro lado é de estranhar o silêncio dos responsáveis socialistas marienses, os mesmos que exigiam tal escala quando a TAP detinha o monopólio dos voos para os Açores e não sujeitos a concurso. Agora que tal escala poderia ser imposta a qualquer companhia aérea através duma cláusula do concurso, não houve a mínima reacção

nem no sentido de defender a Proposta de Resolução, nem o mínimo comentário pela ausência de uma cláusula no contrato de forma a conseguir-se este desiderato.

A subserviência de deputados e autarquia a este Governo, é deveras coisa nunca vista. Se o Governo Regional quer de facto ser protagonista na área dos transportes aéreos, ao nível do preço das tarifas, baixe as praticadas actualmente pela SATA, medida esta de grande alcance económico e até de justiça, porque acusar os outros de praticarem tarifas altas, mantendo as regionais intocáveis é totalmente caricato.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Tenha calma, Sr. Deputado!

**O Orador:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na área da saúde as estruturas do Partido Socialista defendem que houve uma autêntica revolução. De facto, houve uma revolução no sentido do aumento das despesas do Serviço Regional de Saúde, para números antes nunca vistos, o que é fácil de provar através das verbas inscritas no Orçamento Regional.

Em 1996, foram 23 milhões de contos, em 1997, passaram para 27 milhões de contos e, em 1998, atingiram o valor de 32 milhões de contos, ou seja, as despesas do serviço regional de saúde aumentaram 35% em dois anos e o pior é que os utentes não sentiram melhorias deste aumento descontrolado.

Pior ainda. Assiste-se neste momento à transferência de custo para o utente de forma a controlar este total descalabro.

O descontrolo é patente no Plano para 1998 e para tal basta ver a taxa de execução do 1º semestre, para poder-se afirmar que a política de Saúde não passa de conferências de imprensa quando na realidade nada se faz.

O próprio secretário reconhece esta situação só que transferiu esta responsabilidade para os directores regionais, tendo como resultado pedidos de demissão.

A fuga é tal que quem defende a política de saúde na televisão, não é o Secretário Regional, nem tão pouco a Directora Regional, mas sim o adjunto do secretário.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Qual é o problema?!

**O Orador:** Ao que chegamos nesta Região!

Temos responsáveis que só se sentem bem em conferências de imprensa e quando os objectivos da sua política não são atingidos fogem "a sete pés" atirando a responsabilidade para outros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados , Srs. Membros do Governo:

Santa Maria já teve o prazer de ser anfitriã do Governo Regional em duas visitas oficiais no cumprimento do Estatuto Político-Administrativo. Por conseguinte, vou passar em revista as decisões tomadas na altura e a sua concretização, no terreno.

Devo já alertar a Assembleia que o que vou relatar não é obra de ficção, mas sim a realidade dos factos e faço este alerta, porque o conteúdo dos dois comunicados tem decisões irreais não passando de medidas e posições que apenas servem para enganar os incautos ou os menos atentos ao fenómeno político.

Assim, senhoras e senhores deputados, ainda em 1996, o Secretário da Educação e Assuntos Sociais, em visita à Escola EB 2,3 S Bento Rodrigues, declarou ter ficado chocado com o estado de degradação da escola e logo afirmou a sua firme intenção da sua recuperação. Por isso não estranhei que em Setembro de 1997, na visita do Governo à Ilha de Santa Maria, no comunicado do conselho do Governo, no ponto 2.2, se lia. " Mandar elaborar o projecto de reabilitação da Escola EB 2,3 S Bento Rodrigues fazendo face ao estado de degradação em que se encontra e a proceder à sua adaptação ao ensino secundário.

No projecto de reabilitação serão incluídos a construção de uma vedação, de laboratórios para o ensino secundário e a substituição de caixilharias e coberturas que se encontram degradadas." Fim de citação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados , Srs. Membros do Governo:

Passado quase um ano, chega à escola o estudo funcional e nada de abertura do concurso para o projecto. Até aqui ainda se compreende, é um atraso no programa inicial. Mas qual não é o meu espanto que em 23 de Junho de 1998, ou seja, quase um ano depois, altura da segunda visita à ilha do Governo, lia-se no comunicado "Autorizar o lançamento das empreitadas de reabilitação e adaptação ao ensino secundário da Escola Integrada Bento Rodrigues com um valor estimado de 125.000 contos." Fim de citação.

Só mesmo o melhor Governo que os Açores tiveram até hoje, nas palavras do Presidente Carlos César, para ter um tal descaramento.

Até hoje não foi aberto concurso para o projecto e o lançamento das empreitadas já está autorizado e orçamentado!

Mas o folhetim não acaba aqui .

No mesmo comunicado lê-se " Proceder à elaboração do projecto de um espaço desportivo coberto como primeiro passo para o futuro Parque Desportivo de Santa Maria".

Mais uma vez este Governo nos surpreende. Vai projectar um espaço Desportivo coberto para um parque desportivo que não está localizado, não está projectado, nunca foi discutido, em suma, não existe. Por favor não considerem os marienses estúpidos.

Por esta e por outras, não admira que os directores regionais da Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais, não consigam apresentar um grau de execução do plano favorável. As decisões do Governo não são possíveis de implementar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para terminar, apenas mais um exemplo da acção do Governo e este na minha óptica, muito mais grave, porque no relatório de execução de 1997, aparece a sua execução financeira quando na realidade nada foi executado em termos materiais nas infraestruturas em causa.

Em 1997, no Comunicado do Governo lê-se " concluir em 1997, as obras do varadouro do Porto da Maia e proceder à reparação dos Portos de São Lourenço e dos Anjos, em 1998.

De facto, as obras no varadouro do Porto da Maia foram iniciadas em inícios de 1997 e ainda decorrem neste momento e parecem nunca mais acabar. As pessoas que lá vão, simples curiosos ou pescadores, não conseguem perceber bem em que se gastou já milhares de contos e a demora, uma vez que se trata duma muito pequena reparação.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** É o mesmo que vocês já deviam ter concluído!

**O Orador:** Quanto ao Porto de São Lourenço e Anjos nada foi executado até ao momento e por esta razão fiquei espantado ao ler no relatório de execução financeira e material do ano de 1997, no programa 33 — calamidades e na acção 02 — calamidades pesca o seguinte:



" início da realização de obras de melhoramento no Porto de Vila Franca do Campo e Mosteiros, em São Miguel, São Lourenço, Anjos e Vila do Porto, em Santa Maria"  
Fim de citação.

No capítulo da execução financeira — Desagregação Espacial é dado como despendida a verba de 43.000 contos.

Nem Santa Maria foi sujeita ou afectada pelas calamidades,...

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** É mentira!

**O Orador:** ... como tais obras não se realizaram.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** As obras realizaram-se!

**O Orador:** Para onde foi esta verba?

**Deputado João Cunha (PSD):** Para a Graciosa não foi nada!

**O Orador:** Onde foi aplicada? Terá acontecido o mesmo em outras ilhas? Vamos apurar a verdade e responsabilidades.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados , Srs. Membros do Governo:

Em termos de investimento na Ilha de Santa Maria, ainda bem que o anterior Governo abriu concursos para a obra de consolidação do Porto de Vila do Porto e construção do Polivalente de Almagreira, financiou e iniciou as obras do Miradouro da Macela, abriu concurso para a elaboração do projecto do Edifício da Segurança Social, cujas obras se vão agora iniciar, porque se assim não fosse e tendo em conta as várias decisões das duas visitas deste Governo a Santa Maria que não se concretizaram em 95%, estaríamos a atravessar uma grande crise.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Pergunte aos empresários!

**O Orador:** Da iniciativa deste Governo só temos levado conferências de imprensa, sessões públicas para assinatura de protocolos que não se concretizam em obras e toda esta inoperância, falta de imaginação e concretização de projectos, passa impune pela ausência de alertas e reivindicações dos responsáveis políticos locais do Partido Socialista e uma comunicação social pouco activa e até penso que com alguns problemas de recursos humanos, porque os profissionais de jornalismo estão em grande número ligados e a trabalharem para o Governo...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Oh Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

**O Orador:** ... e encarregados de dar uma imagem de operacionalidade, competência e grande dinamismo, quando na verdade e no terreno a realidade é totalmente diferente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muitos mais exemplos eu poderia dar de decisões tomadas e decididas em conselho do governo nos últimos dois anos e que na prática não se concretizaram, não obstante o esforço titânico de alguns representantes locais do Partido Socialista em transmitirem uma ideia contrária chegando ao cúmulo de utilizarem associações locais de grande mérito, para fins políticos, “fabricando” sessões para atribuição do grau de sócio honorário ao Presidente do Governo....

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Que tristeza!

**O Orador:** ... atribuição esta que até seria pacífica, não fosse o conteúdo do discurso que se baseou, exclusivamente, no reconhecimento de obras que foram prometidas há dois anos, mas que até à data não se concretizaram. Deviam ter vergonha na cara e talvez lerem as suas intervenções nesta câmara quando estavam na oposição.

**Deputado Luís Resendes (PS):** A pior cegueira é a de quem não quer ver!

**O Orador:** Há que obrigar este Governo a concretizar o prometido e passado ao papel nos vários comunicados.

Se não tem capacidade política, técnica e financeira para tanto, prometa menos e concretize mais.

Disse.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para prestar alguns esclarecimentos simples.

Em 1995, houve o concurso público. Provavelmente, só a SATA não estava preparada.

O Dr. Costa Neves e a Dra. Berta Cabral que estiveram à frente da SATA, pensaram, pensaram e nunca fizeram nada para os descontos das tarifas da SATA. Agora lembraram-se que é preciso fazer um desconto de 50%.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Pergunte a quem está sentado à sua frente!

**O Orador:** Antes, quando estiveram 20 anos no Governo, nunca se lembraram de as baixar. Todos os anos aumentaram as tarifas da SATA.

**Deputado João Cunha (PSD):** É sempre o mesmo disco!

Procure outro, porque esse já está riscado!

**O Orador:** No caso da energia, a mesma coisa.

A energia eléctrica subia todos o anos. Precisamente, a mesma coisa, pensaram, pensaram e nunca fizeram nada.

Meus amigos, é simples e claro:

O concurso público feito em 1995, da responsabilidade do Governo Regional do PSD e do Governo da República, que também era do PSD, puseram em cheque a Região Autónoma dos Açores.

**Deputado Humberto Melo (PSD):** Isto não é os combustíveis!

**O Orador:** Eu não tenho problema nenhum!

As indemnizações compensatórias, foram as seguintes:

Em 1996, 2,3 milhões de contos para os Açores e 5,3 milhões de contos para a Madeira. Em 1997, 2 milhões de contos para os Açores e 5 milhões de contos para a Madeira.

Foi isto que os Srs. aprovaram e concordaram com o Governo Central. Não fujam das vossas responsabilidades!

**Deputado João Cunha (PSD):** Nós nunca fugimos!

**O Orador:** Se os preços agora vão baixar, é porque nós tivemos capacidade reivindicativa de o fazer e não tenham qualquer dúvida sobre isso.

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** A situação económica é melhor!

**O Orador:** Se a energia eléctrica vai baixar, é porque este Governo teve conversações coerentes e sérias com o Governo Central, mas os Srs. nunca souberam fazer isso. Talvez pensaram, mas nunca o fizeram.

Muito obrigado.

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Eu não vou falar sobre as obras que foram feitas ou não foram feitas.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Não convém!

**O Orador:** Não, até porque tem aqui na minha bancada o Sr. Deputado António Loura que vai falar sobre isso, certamente.

**Deputado João Cunha (PSD):** O Sr. Deputado não estava nessa altura em Santa Maria!

**O Orador:** No entanto, gostaria de dizer ao Sr. Deputado o seguinte:

Em primeiro lugar, a organização que o Sr. estava a falar, o Círculo de Amigos de São Lourenço, é autónoma e tem 200 sócios. Portanto, não precisa de pedir autorização a V. Exa. para nomear seja quem for como sócio honorário. Fê-lo de livre vontade e com a concordância dos membros de uma assembleia geral que foi realizada para esse efeito.

Em segundo lugar, o meu discurso — o Sr. não tem cópia, mas eu posso oferecer-lhe — foi feito, mas antes eu falei com a Direcção do Círculo de Amigos e eles leram o mesmo.

Quem propôs o Presidente Carlos César para sócio honorário foi uma pessoa afecta ao PSD, o Sr. José de Chaves Melo.

Quanto ao cocktail, o Sr. não tem nada a ver com isso.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Mas eu, por acaso, falei em cocktail?!

**O Orador:** Não, mas deu a entender, insinuou. Eu sei que o Sr. queria chegar lá.

O Sr. não tem nada a ver com isso. Aquilo é uma associação privada que tem os seus sócios.

Quando o Sr. for sócio, nessa altura pode fazer perguntas.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Ah! Ele não é sócio!

**O Orador:** Não, não é!

No entanto, como o Sr. alugou lá uma casa, agora, se calhar, pode entrar como sócio. Nós tivemos o prazer de receber a semana passada o Sr. Presidente da Câmara de Vila do Porto como sócio e também temos todo o gosto de receber o Sr. Vereador da Câmara Municipal.

Em termos de São Lourenço vou ficar por aqui. Se o Sr. quiser mais alguma explicação eu depois posso esclarecê-lo.

Quanto ao Círculo de Amigos, quando quiser alguma explicação, faça-se sócio e depois nós daremos todas as explicações.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação às tarifas eu não vou fazer grandes intervenções, porque o que eu disse ali, é aquilo que eu penso.

De facto, as situações de mercado é que vão permitindo melhores negócios e dou um exemplo:

Várias vezes o Sr. Secretário das Finanças, veio aqui no início do mandato, dizer que tinha conseguido boas negociações, em termos de taxas de juro, nos diversos empréstimos.

É uma condição de mercado, é a conjuntura económica da altura que permite isso.

São os próprios bancos, com a sua concorrência inter-bancos, que permitem que isso aconteça. São questões que o mercado é que comanda e no caso das tarifas é a mesma coisa.

Em relação ao que foi dito pelo Sr. Deputado José Humberto Chaves, eu percebi, de facto, o seu incómodo e o tentar dar a volta.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Não é dar a volta, é a realidade!

**O Orador:** Eu, na minha intervenção, disse claramente que a atribuição de sócio honorário ao Sr. Presidente do Governo Regional não é criticável. Isto está naquilo que escrevi e que eu disse naquela tribuna.

O que eu critiquei foi, de facto, a utilização abusiva por parte de V. Exa. ...

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Da Associação!

**O Orador:** Não foi da Associação, foi de V. Exa.!

... em que através de um nome de uma Associação de Amigos, com grande mérito, como eu disse também ali e que tem feito um excelente trabalho na zona de São Lourenço, fez um discurso altamente político onde só falou de Governo Socialista, Partido Socialista....

**Deputado Francisco Sousa (PS):** E muito bem!

**O Orador:** ... Partido Social Democrata, 20 anos! O conteúdo foi este.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** E é verdade!

*(Apartes inaudíveis da bancada do PS)*

**Deputado João Cunha (PSD):** Não se incomodem!

**O Orador:** O Sr. Deputado está a ficar nervoso, não sei porquê!

O que eu disse principalmente na minha intervenção foi que o Sr. apresentou 4 razões de fundo para a atribuição de grau honorário ao Sr. Presidente do Governo Regional e eu aceito perfeitamente a situação de atribuição do grau. Não é isto que eu ponho em causa.

A primeira razão foi que o Sr. Presidente do Governo Regional tinha passado férias na Ilha de Santa Maria há cerca de 20 ou 30 anos!

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Não foi nada disso!

**O Orador:** A segunda razão que apresentou foi que este Governo tinha dado corpo às reivindicações do pessoal de São Lourenço....

**Deputado Francisco Sousa (PS):** E está certo!

**O Orador:** ... e deu como exemplos a construção do parque de estacionamento, a resolução do problema da estrada da Ponta Negra, a reparação da rampa de varagem e a recuperação da vinha em São Lourenço. Estas são as que eu me recordo.

Acontece, porém, que nenhuma destas obras que foram prometidas em 1997, estão realizadas e até já sei que algumas nem se vão realizar.

**Deputado Luís Resendes (PS):** Nós vamos ver!

**O Orador:** O conteúdo do discurso é que eu ponho em causa, porque o Sr. encontrou razões que não são reais.

Se tivesse encontrado três ou quatro razões reais para atribuir o grau de sócio honorário ao Sr. Presidente do Governo, eu não estava aqui a falar neste caso.

**Presidente:** Sr. Deputado, está no fim dos seus três minutos.

**O Orador:** Eu já termino, Sr. Presidente.

Quanto à situação de ser sócio ou não Sr. Deputado, sinceramente, eu até acho isto vergonhoso. O Sr. está tentando dar a volta às questões reais que eu levantei na minha intervenção, porque uma coisa não tem nada a ver com a outra.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Loura.

**Deputado António Loura (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Maria Bairos:

Da sua intervenção verifiquei que, relativamente aos comunicados emitidos após as duas visitas do Governo Regional a Santa Maria, muito pouco ou quase nada tinha sido feito e que não era possível executar as obras nesse período de tempo.

Na minha opinião, eu julgo que está enganado, até porque o próprio Governo reconheceu que, nos projectos e acções que pretendia fazer em Santa Maria, já haviam atrasos e tornou a renovar esse propósito e essa intenção. Por aí estamos conversados.

Porém, não querendo este Governo copiar coisas do passado e que muitas vezes até nem convém chamar ao presente, eu gostaria de lembrar ao Sr. Deputado que as coisas também não se passam assim tão rapidamente. Há processos próprios e um determinado tempo para se realizar as coisas.

Gostaria de lembrar ao Sr. Deputado José Maria Bairos, e que isto não sirva de exemplo, que na visita do Governo Regional a 16 de Dezembro de 1987, o comunicado dizia o seguinte:

"O Governo congratulou-se com o bom andamento das obras do edifício polivalente da freguesia de São Pedro, antiga aspiração da respectiva população.

Espera-se agora lançar durante o próximo ano o concurso para a construção do edifício polivalente de Santa Bárbara cujo projecto de execução está já concluído.

Preparar-se-á também, desde já, o projecto para a construção do edifício polivalente da Almagreira."

Neste ano, quiseram resolver muitas coisa ao mesmo tempo, mas não resolveram e ainda hoje nós é que estamos a resolvê-las.

Nós não queremos caminhar por esses tempos.

Apenas queremos que nos dêem mais algum tempo para que possamos mostrar efectivamente obra feita no terreno.

Obrigado.

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer duas coisas em relação ao que já foi dito.

Uma das razões que levou o Sr. Presidente do Governo Regional a ser sócio honorário, não foi por ter tomado banho em São Lourenço, porque se fosse por isso nós tínhamos nomeado o Dr. Mota Amaral quando ele foi lá tomar banho ou quando lhe oferecemos um jantar. O Sr. Presidente do Governo Regional foi nomeado sócio honorário, porque ele se mostrou sensível para resolver diversas coisas, como o parque de estacionamento no dia 3 de Setembro, numa resolução do Governo e que diz assim:

"Aprovar uma resolução que autoriza a declaração de utilidade pública urgente de uma parcela de terreno em São Lourenço, Ilha de Santa Maria, destinada à construção de parque de estacionamento."

Porquê, agora?

Porque no início havia um acordo com o proprietário, tendo este falhado. Fez-se a expropriação por utilidade pública — aqui está uma resposta.

Em relação à reconversão das vinhas, gostava de informar o Sr. Deputado que, neste momento, há trabalhos a decorrer nas vinhas em São Lourenço. Alguns terrenos já foram limpos, já foram feitas análises aos mesmos e aguarda-se agora o resultado das



mesmas para vermos que tipo de vinha é que se pode pôr lá, se se pode ou não, ou então ver, eventualmente, a possibilidade de recuperar a actual vinha.

Em relação ao porto, o que se passa é o seguinte:

Havia um projecto para iniciar a obra, ou seja, fazer o porto e a rampa de varagem. Nós achámos, porque somos uma organização que se preocupa com aquele lugar, que devíamos informar a Secretaria Regional para uma alteração no projecto. Esse projecto já foi feito e está a ser analisado nas secretarias competentes.

Em relação ao acesso à Ponta Negra, eu, no meu discurso, disse o seguinte:

"Mais difícil tem sido a protecção da orla marítima e o acesso à Ponta Negra, mas estamos em crer que todos esses assuntos estão a ser ponderados e serão resolvidos, gradualmente, ao seu tempo".

O que eu disse foi isto, não foi bem aquilo que o Sr. disse.

Eu julgo que estamos entendidos. As razões foram estas, nós achámos que devíamos fazer o Sr. Presidente sócio honorário. Fizemos e ninguém tem nada com isso.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que a situação já está minimamente esclarecida. Os problemas que eu levantei naquela tribuna da falta de cumprimento das diferentes medidas tomadas pelo Governo Regional na visita de 1997 e na visita de 1998, estão mais que provados. O que eu disse é verdade, porque nenhum deputado apresentou aqui razões em que provasse que, de facto, eu tinha faltado à verdade, porque a realidade é esta.

Inclusivamente há aqui uma série de coisas que os Srs. Deputados fugiram delas. Tentaram fazer aqui uma manobra de diversão, não respondendo directamente às questões que foram postas e é pena que não esteja aqui o Sr. Secretário da Agricultura, Pescas e Ambiente, porque o que me preocupa neste momento, é saber onde é que foram aplicados os 43 mil contos que estão no relatório de execução do ano de 1997, em que diz que reparou três portos de Santa Maria quando lá não se fez absolutamente nada.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Fizeram-se obras na Maia!

**O Orador:** Sr. Deputado, V. Exa. está a referir a Maia, mas eu vou ler um documento que tenho que prova ...

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Eu estou a dizer que se fizeram trabalhos na Maia!

**O Orador:** ... que o Sr. não leu o relatório de execução, porque nesse relatório vemos o seguinte (tome atenção e ouça!):

Na calamidades - Pescas, diz-se assim:

"Início da realização de obras de melhoramento no Porto de Vila Franca do Campo e Mosteiros em São Miguel, São Lourenço, Anjos e Vila do Porto".

A Maia que é o único porto que tem obras não vem referida no plano de execução.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Mas fizeram-se obras, Sr. Deputado!

**O Orador:** Portanto, os 43 mil contos não foram aplicadas na Maia, porque esta está sendo executada através de uma verba transferida do orçamento para a Lotação.

Estes 43 mil contos estão referidos aqui em 3 obras que não existem.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Como é que não existem?!

**O Orador:** Mais: vêm referidos num programa calamidades onde, de facto, Santa Maria não foi afectada.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Foi sim senhor!

**O Orador:** Eu tenho conhecimento que situações destas, por estes Açores fora e nestas ilhas, são muitas e nós queremos saber onde é que este dinheiro foi aplicado, porque ele não foi aplicado na forma como está dita e escrita no relatório de execução de 1997, o que prova que, de facto, as intervenções que temos feito aqui a nível de execução de Plano, tanto de 97 como de 98, são totalmente reais, embora se tenha tentado aqui fugir da situação.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Não se fugiu nada!

**O Orador:** Outra situação que julgo que tem que acabar, é a referência aos 20 anos. Os Srs. tenham cuidado, porque estão no Governo há dois anos e o vosso passado já é muito triste.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dizer que o Núcleo dos Amigos de São Lourenço, com os Estatutos que tem, nomeará quem bem entender e como quiser. Em relação a essa matéria não temos nada a ver com isso e não é este o assunto que aqui trago.

O Sr. Deputado José Humberto Chaves, na qualidade de deputado e não de porta voz dessa associação, referiu que o Sr. Carlos César não tinha sido nomeado sócio honorário por ter lá tomado banho ou porque passou férias lá há 20 anos, mas sim, porque — e é isto que gostaria que me esclarecesse, porque não percebi muito bem — na qualidade de Presidente do Governo, tinha apoiado ou iria adquirir uns terrenos para fazer o parque de estacionamento.

Eu não percebi muito bem isto e gostaria que o Sr. Deputado me esclarecesse se foi por esta razão ou não.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que fui bem claro naquilo que disse.

A Associação fez diversas "démarches", aliás, já anda fazendo há muitos anos — já nos anteriores Governos também as fizemos — para que se construa o parque de estacionamento.

Nós falámos com o Sr. Presidente e com as Secretarias Regionais e, neste momento, estamos contentes, porque este assunto já está em vias de resolução.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Foi isso mesmo que eu percebi!

**Presidente:** Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas quero aqui referir uma questão, para que as pessoas tenham algum cuidado no futuro, porque situações destas só deixam mal pessoas com cargos, como o Presidente do Governo Regional dos Açores.

É que eu tenho conhecimento — e já estive à frente de algumas instituições — de que o grau de sócio honorário é dado a todos os sócios ao fim de 15 anos, tenham prometido fazer parques de estacionamento ou não tenham prometido.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

**Deputado João Cunha (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de pedir aqui um brevíssimo esclarecimento ao Sr. Deputado António Loura, porque ouvi atentamente, como não poderia deixar de ser, a sua intervenção feita há pouco na tribuna.

Julgo que declarou, e julgo que não me enganei, que o Governo tinha reunido com as autarquias de Santa Maria e que dessas reuniões tinham saído resultados proveitosos.

Foi isto ou não foi, Sr. Deputado?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para clarificar o seguinte:

O parque de estacionamento é propriedade da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos e não do Círculo de Amigos.

Além disso, queria dizer que o Círculo de Amigos de São Lourenço não tem só sócios honorários pelos anos. Naquele círculo só é sócio honorário quem merece.

Como o Sr. Presidente do Governo Regional merece, nós atribuímos.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Era isso mesmo. Não restam dúvidas agora!

**Presidente:** Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Loura.

**Deputado António Loura (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Cunha:

O que eu disse na minha intervenção foi o seguinte:

"... a mesma era aguardada pelos autarcas marienses."

**Deputado João Cunha (PSD):** Mais para frente, Sr. Deputado. Isso é o início.

O Sr. com certeza tem mais folhas na sua intervenção. Leia mais à frente!

**O Orador:** De qualquer maneira eu nunca referi autarquias na minha intervenção, poderei ter, eventualmente, me enganado, mas julgo que referi sempre autarcas ou autarquia, nunca autarquias.

**Deputado João Cunha (PSD):** A questão é só saber se o Governo reuniu ou não com os autarcas?!

Responda concretamente a esta questão!

**O Orador:** "Quanto ao caderno reivindicativo apresentado pela autarquia...". Sempre referi autarcas ou autarquia, não referi mais do que isso.

**Presidente:** Parece que o assunto está esclarecido.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

A dúvida levantada pelo meu colega João Cunha, uma vez que não conseguiu ficar esclarecido através da intervenção do Sr. Deputado António Loura, tem resposta e eu posso clarificá-la.

De facto, houve reuniões com todos os autarcas da Ilha de Santa Maria, com a Câmara Municipal e com as Juntas de Freguesia e isso é fácil de ver pelo comunicado, porque há diversas situações de reparação de pequenas estradas e algumas intervenções nas diferentes freguesias.

Houve esta reunião, mas pode-se tirar também daqui outra ilação, ou seja, todas as juntas de freguesia de Santa Maria reuniram, mas as únicas que foram mencionadas e que foram beneficiadas com algumas decisões, foram as do Partido Socialista.

**Deputado José Humberto Chaves (PS):** Se calhar as outras não precisavam de nada!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aqui está mais uma prova concreta daquilo que eu disse ontem quando fiz a minha intervenção e onde frisei que o Governo Regional tinha discriminado as autarquias de São Jorge de uma maneira prepotente e inqualificável, porque não tinha reunido com

elas depois de, inclusivamente, algumas dessas autarquias terem pedido para serem ouvidas por este Governo.

O Sr. Secretário que tutela esta área está aí a dar à cabecinha, mas isto é verdade e o Sr. também é culpado.

Fica aqui o meu protesto nesta Assembleia para este tipo de discriminação que foi tida para com os autarcas jorgenses e que merecem o maior respeito deste ou de outro governo qualquer.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

**Deputado António Gomes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu só quero prestar um esclarecimento a esta Casa.

O Presidente da Câmara das Velas, pessoa por quem eu tenho imenso respeito, pela consideração que tem pelo Presidente e pelos membros do Governo, a primeira coisa que fez na visita oficial do executivo a São Jorge, foi entregar as chaves da Vila das Velas.

O que é que isso simboliza na sua interpretação, Sr. Deputado Manuel Brasil?

**Deputado João Cunha (PSD):** Simboliza que não há fechadura para essas chaves!

*(Risos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil para esclarecer o mistério das chaves.

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado António Gomes simboliza que, em São Jorge, há gente de respeito, com verticalidade e que sendo sociais democratas, defendem os

interesses dos seus concelhos e não têm marginalização política como existe dentro do PS.

**Deputado João Cunha (PSD):** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Se o Sr. Presidente da Câmara de Velas fosse um indivíduo que tivesse só o partido nos olhos, como muitos do PS, evidentemente que não tinha entregue essas chaves, mas entregou-as no sentido de boa vontade e de respeito, coisa que este Governo não tem com os restantes autarcas jorgenses.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Parece que o mistério está resolvido.

Vamos passar às intervenções. Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado João Forjaz Sampaio.

**Deputado João Forjaz Sampaio (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Observando o que se passa a nível do nosso meio rural, podemos afirmar que o processo de evolução tem conduzido a um modelo geralmente desequilibrado e por tal motivo penalizante para essas populações.

Muito embora não tenham ainda sido encontrados parâmetros de aferição para avaliar se um determinado meio rural se encontra a seguir a sua evolução normal e correcta, face ao desenvolvimento e evolução das sociedades, certo é que nos apercebemos de alterações, que naturalmente associamos à existência de profundas modificações operadas no seio das comunidades rurais.

Na realidade, ao visitarmos muitas das nossas freguesias podemos verificar o elevado número de casas que se encontram fechadas, algumas delas em avançado estado de degradação, observando-se por vezes o completo abandono de alguns lugares e não se julgue que esse fenómeno se regista somente nas ilhas mais pequenas.

Outro aspecto, e este sim de enorme importância, é o da composição etária das populações, cuja tendência piramidal se está a perder provocando a impossibilidade da manutenção dessas mesmas populações, pelo simples facto de não se verificar a necessária renovação e de se perder a cadeia geracional de transmissão das tradições e das formas de cultura popular muitas vezes únicas e reduzidas a pequenas nichos.

Temos assistido ao progressivo envelhecimento das populações rurais, com um aumento para além do normal dos idosos, contra um decréscimo cada vez mais acentuado do número de jovens, aliás efeito preocupante e expresso, pela redução de crianças, cujo efeito culmina por vezes no encerramento de escolas do primeiro ciclo do ensino básico nas aldeias.

Também na agricultura e, pese embora todas as acções de formação profissional levadas a cabo, capacitando preferencialmente os jovens para um melhor desempenho das suas funções, temos constatado uma redução bastante acentuada dos activos agrícolas jovens, permanecendo geralmente aqueles que por qualquer motivo não conseguiram efectuar a sua transferência para o centro urbano mais próximo.

Tem sido regra verificar-se que os fenómenos de segregação e de desigualdade entre o mundo rural e as áreas metropolitanas aumentam sempre que se concentraram nas áreas urbanas os centros de decisão do poder político ou económico.

Se desejarmos manter viva e actuante a correia de transmissão das nossas tradições, dos usos e da cultura do nosso mundo rural, teremos que reforçar, valorizar e criar as necessárias oportunidades para que as populações possam desempenhar uma dupla função, a de serem simultaneamente destinatários e agentes do processo de desenvolvimento.

É nessas populações que têm que se centrar todos os nossos esforços.

O contínuo processo de perda de vitalidade e de progressiva desertificação humana, só pode ser desfeito pela implementação de medidas que levem à fixação das populações nos seus locais de naturalidade e exerçam sobre as populações das áreas urbanas uma forte atracção pelo seu regresso, aliás situação que em muito iria beneficiar a própria vida nos centros urbanos, evitando parte dos problemas que crescimentos descontrolados provocam por ultrapassarem a sua capacidade de resposta.

Assim, são naturalmente bem vindas as acções nas áreas das infraestruturas, com relevo, naturalmente, para a habitação, dos equipamentos, dos serviços, da educação, da saúde, do turismo, cuja interferência é muito importante na criação de postos de trabalho nestas zonas e também da produção e comercialização dos diversos bens da actividade agrícola e florestal e de outras medidas, passando em alguns casos pela



bonificação salarial e pelo aumento dos incentivos aos investimentos a realizar nessas zonas.

Neste sentido apoiamos as medidas preconizadas no Programa do VII Governo Regional, muitas delas já em curso, respeitando o princípio da subsidiaridade, no sentido de dinamizar as actividades do meio rural através da descentralização de recursos para os agentes locais de intervenção, com especial relevo para os apoios a conceder às associações de desenvolvimento das comunidades rurais ou mesmo pela repartição mais equilibrada de investimentos em infraestruturas e serviços nas áreas referidas e na promoção e realização de projectos que possam mobilizar conjuntamente os interesses públicos e privados.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo

Esperamos que os projectos de construção das Escolas dos Ginetes e da Maia, para as crianças do quinto ao nono ano de escolaridade, possam não só permitir o cumprimento da escolaridade obrigatória, mas também evitar a sua deslocação para fora do seu meio familiar. Com igual objectivo foi recentemente adjudicada a Escola Secundária da Lagoa

Aguardamos também que as comunidades locais venham a beneficiar dos contributos que os professores e restante pessoal docente certamente irão trazer pelo desenvolvimento das suas actividades.

A nível da difusão da Cultura e com a aplicação do diploma de Decreto Legislativo Regional de apoio às instituições culturais e aprovado por esta Assembleia, é possível, pela primeira vez, na Região, a apresentação de projectos a nível das Casas de Cultura e dos Museus de Ilha.

A prossecução e o alargamento para outras ilhas dos projectos de ordenamento agrário levadas a cabo por este Governo Regional, pelas mudanças estruturais que promovem, contribuem também para um aumento da qualidade e produtividade das explorações agrícolas.

Face à íntima ligação entre o sector agrário e as populações rurais, devem prosseguir a aplicação dos programas de apoio à reforma antecipada e à instalação de jovens agricultores, porque ambas as medidas levam certamente ao acesso de uma geração mais nova, possibilitando assim uma nova mentalidade e receptividade à introdução

de novas tecnologias cujas matérias dos programas de formação em curso muito poderão contribuir para o seu êxito.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permita-me que chame a atenção da Câmara para a intervenção do Sr. Deputado João Forjaz Sampaio.

Há dois aspectos que não posso deixar de relevar pela maneira como aqui foram trazidos, serenamente, mas com muita qualidade.

A desertificação do meio rural pode atingir ilhas e populações se todos nós, a tempo, não tomarmos consciência de que muitas vezes a desenfreada construção junto de meios urbanos, se traz motivos de melhor qualidade de vida nalguns aspectos, traz também uma pressão sobre essas áreas e estamos a tempo de evitar.

Tardam em aparecer — e a culpa não é dos municípios como eu sei — os Planos Directores Municipais ou Planos de Ordenamento do Território Municipal. Tardam em aparecer e são necessários, porque não é com as reformas antecipadas que se resolvem as situações, colmatam-se essas situações.

A desertificação do meio rural pode ser, a curto prazo, um grande problema da sociedade açoriana, principalmente das ilhas onde a queda da população, no caso concreto do Pico, se verifica por um lado, mas por outro lado há um fenómeno que julgo que pode ser considerado como um fenómeno negativo, ou seja, alguma dessa população está a concentrar-se excessivamente nos centros urbanos, concretamente nas três vilas. A área do meio rural, a paisagem rural começa a ter, infelizmente, um aspecto de abandono com as tais habitações, como o Sr. Deputado falou e muito bem, desabitadas.

Esta situação verifica-se hoje não só atendendo à saída dos emigrantes, mas também porque os filhos não se fixaram junto das casas que os seus lhes tinham deixado e preferiram ir para os centros urbanos onde aí têm os seus empregos.

Como reflexão fica só esta nota:

Tomemos atenção para que o nosso meio rural não continue a ser desertificado.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não iria começar por aqui, mas vem a "talhe de foice".

Registei que em Santa Maria o Governo reuniu com as juntas de freguesia e registei isto, porque na última visita que o Governo Regional realizou à Ilha do Pico, não falou com nenhuma das juntas de freguesia nem reuniu com elas. Parece que só se lembrou do endereço das juntas para lhes mandar a dita fotografia do Sr. Presidente do Governo.

A partir daí, muitas vezes nem se lembram de responder aos ofícios que as juntas de freguesia lhe manda.

Apenas este registo.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A seca sentida este Verão teve efeitos particularmente incisivos no principal sector económico da Região.

Embora o Sr. Secretário Regional da Agricultura, inicialmente, tenha tido pejo em considerá-lo, a agricultura ficou, verdadeiramente, numa situação de calamidade.

A habitual stocagem de produtos para o Inverno foi fortemente atingida, quer seja pelo decréscimo na produção forrageira, quer seja pela utilização de alimentos que habitualmente seriam armazenados e tiveram de substituir durante o Verão as pastagens ressequidas.

Dos imprescindíveis apoios de excepção, desde logo, destaca-se a necessidade do estabelecimento de mecanismos e plafonds par ao acesso a alimentos concentrados.

Os responsáveis governamentais têm de reconhecer os erros para actuação em conformidade, particularmente porque enfrentamos uma situação bem mais grave.

Como consequência imediata da seca e da falta de alimentos, na Ilha do Pico, onde cerca de 50% do "output" agrícola provém da exportação de vitelos, estes foram exportados bem mais cedo do que o habitual, originando quebras no rendimento que vêm acumular a todos os outros prejuízos, nomeadamente no sector do leite onde a produção decresceu significativamente.

A crise sísmica também contribuiu para o agravamento da situação crítica que enfrentamos, porque os tanques de água ficaram danificados, verificando-se um autêntico corrupio dos lavradores a abastecerem-se na rede pública para levarem água aos animais.

Este cenário só poderá ser amenizado no futuro se — como venho defendendo há bastante tempo — se iniciar um projecto para o armazenamento de água, aproveitando-se lagoas existentes e construindo-se outras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao Parque de Retém de Gado no Porto Comercial, aproxima-se o fim de 98 sem que se vislumbre tal obra.

Será que alguém tem a secreta esperança que o Porto Comercial desabe para não ter que concluir as estruturas em terra e fazer o Parque de Retém ?

Este Porto, em funcionamento desde 1982, foi construído com técnicas dos anos 70, sendo objecto apenas de uma pequena obra de reforço em 1985, sem que esta tivesse abrangido a Cabeça do Molhe, que é a zona mais delicada destes equipamentos e que está já completamente desprotegida há largos anos, mas mesmo assim com a sua estrutura de blocos completamente alinhada (pelo menos até à data do ultimo sismo).

Errada ou certa a decisão da sua localização é anterior ao regime autonómico, sendo que porém, agentes de navegação e transitários defendem a sua centralidade em relação à ilha e às ilhas envolventes.

Existem grandes investimentos privados e públicos instalados em função do Porto, sendo neste momento a discussão da sua localização uma matéria há muito encerrada. Nunca estiveram em discussão as obras de reforço de outros portos, alguns deles de construção mais recente, assim como não o estará a construção de um novo porto,

que poderia custar 10 ou mais milhões de contos, incluindo infraestruturas portuárias, de acesso e indemnizações.

Face ao exposto, que interesses estarão por detrás da passividade, desinformação e ameaças veladas ao Porto Comercial do Pico?

Se, por intempéries, acontecesse uma danificação da Cabeça do Molhe, quem iria assumir as consequências e garantir o abastecimento da Ilha do Pico?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ninguém acredita que existirá a médio e longo prazo um novo Porto Comercial no Pico.

As manobras a que vimos assistindo passarão, mais uma vez, por uma estratégia política para adiar obras, utilizando verbas para outros fins e calendarizando investimentos para períodos mais atractivos eleitoralmente.

Senão, porquê não aproveitar as verbas das Calamidades que estavam previstas para estas obras ?

Senão, qual a razão de não se concluir as obras em terra já iniciadas ?

Senão, qual a razão pela qual os agricultores continuam a exportar os seus animais em de condições de segurança e de funcionalidade deploráveis ?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aquando da visita do Governo ao Pico, na sua reunião com os Autarcas, o Presidente do Governo atalhou a intervenção do Secretário Regional da Economia quando este explicava que havia três alternativas para o Aeroporto.

Percebeu-se depois porquê. Porque o Governo escolheu a alternativa minimalista.

Um Governo que afirmou que o Pico **não mais** seria uma Ilha adiada; um Governo que prometeu mundos e fundos; um Partido que tanto criticou as deficiências do Aeroporto.

Estaremos ou não cada vez mais adiados?

Quando a reabilitação das estradas, particularmente novas empreitadas, emperraram em processos mal conduzidos; quando se brinca aos Portos nada se resolvendo; quando se leva dois anos a anunciar estudos que levam 4 meses a efectuar e custam sete mil contos, como é o caso do estudo de impacto ambiental da Orla Marítima das Lajes; quando passam os Verões prometidos

para as obras no Convento de São Pedro de Alcântara;

Afinal — descobriu agora o Governo Socialista — o piso do Aeroporto até dá para aviões a jacto de médio curso.

Este piso, a construção e ampliação do Aeroporto foram obras antigas que melhor ou pior (desejaríamos que muito melhor, e eu em particular) têm vindo a servir o Pico.

Agora um Governo de obras não mais adiadas e não mais imperfeitos quer atirar areia para os olhos dos Picoenses não acrescentando a largura da pista (e faço lembrar que as faixas «strip» que estão no comunicado não são em asfalto) e crescendo em comprimento apenas 80 metros?

Dizemos não.

Os Picoenses já descobriram o logro e perceberam o que podem, ou não, esperar de um Governo que pretende resolver desta forma um dos mais importantes problemas do Pico.

Quem é que os senhores pretendem enganar?

Se no Aeroporto da Horta os 737 aterram penalizados com 1650 metros de comprimento e 45 de largura, como e quando irão aterrar no Pico este tipo de aviões e de que forma serão incrementadas as condições de operacionalidade da SATA.

**O Sr. Presidente do Governo mandou calar o Secretário da Economia, mas mesmo que este não tivesse iniciado a gafe, com uma solução destas facilmente se perceberia que a "montanha pariu um rato".**

Por último e para um mais completo esclarecimento deste assunto, entrego ao Sr. Presidente da Assembleia um requerimento a solicitar ao Governo cópia dos estudos mandados efectuar por este executivo sobre a ampliação do Aeroporto do Pico e que contém as três soluções alternativas anunciadas pelo Sr. Secretário da Economia.

Disse.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila(PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Comungo das suas preocupações em relação ao Porto de São Roque do Pico; comungo das suas preocupações em relação àquilo que está atrasado, mas também não posso deixar de lhe dizer que quando era Secretário Regional dos Transportes e Turismo o Dr. Tomás Duarte, na Câmara de São Roque do Pico houve uma reunião com as forças vivas do concelho e o problema que havia nessa altura quanto à cabeça do Molhe — já lá vão 15 anos — nunca foi solucionado por esse Governo do PSD.

Quem sofreu com isso foi a população do Pico que vive sempre com o coração nas mãos, porque vê que pode acontecer uma calamidade e eu também tenho a mesma preocupação.

Portanto, é melhor tratar os assuntos, e V. Exa. fez bem, com cautela, mas com a verdade total.

É verdade que o parque de retém já devia estar pronto e é verdade que as burocracias emperram e normalmente aparecem situações que nós não gostaríamos que elas surgissem, porque a empreitada podia ter sido aumentada com o parque de retém como foi prometido e combinado, mas o que é certo é que o visto do Tribunal de Contas tal não aceitou.

Quanto ao porto quero dizer também que não será com a minha opinião, de que se pensará, aliás como já tive oportunidade de dizer ao Governo, noutras alternativas.

Há 18 anos que o Porto de São Roque serve a Ilha do Pico como porto comercial.

Foram gastos pelo menos 3 milhões de contos em Vila do Porto e pelo menos 4 milhões de contos nas Lajes das Flores. O dinheiro não é justificação para que não se faça aquilo que é preciso fazer, desde o momento — e eu sei que é preocupação Governo e do Sr. Secretário — que se faça a obra com condições técnicas e não apenas deitar tetrápodes por deitar. Aí eu tenho que ver e reconhecer que este Sr. Secretário tem trabalhado com seriedade.

Eu estou há muitos anos na política como vereador da Câmara de São Roque, desde 1976, o Monte Brasil atracou, ainda aquele molhe não estava concluído e desde 25 de Abril de 1980 tem servido comercialmente a Ilha do Pico e bem, porque está na rota certa dos circuitos comerciais da navegação marítima

Não se volte atrás, porque não há que voltar atrás.

Estamos de acordo Sr. Deputado, mas quanto ao aeroporto não posso deixar de lhe dizer o seguinte.

**Deputado João Cunha (PSD):** Muito bem! Está a falar bem!

**O Orador:** Aliás, como sempre.

*(Risos da Câmara)*

**Presidente:** Sr. Deputado, não pode é demorar muito mais tempo.

**O Orador:** Eu já termino Sr. Presidente, porque sei que o Sr. Secretário também está inscrito, mas quero apenas deixar uma nota quanto ao aeroporto.

Não há dúvida nenhuma, Sr. Deputado Duarte Freitas, que aí não estamos de acordo, porque a coragem que existe de dizer e de assumir a ampliação do aeroporto é deste Governo e daquele Sr. Secretário Duarte Ponte.

Eu, pelo menos durante 5 anos, ouvi dizer, nesta Casa, que o piso não suportava os boeings e nós tínhamos informações particulares de que era o contrário.

Esperemos agora, calmamente, para ver o que é que os estudos vão dar.

Por outro lado, em termos de soluções minimalistas ou maximalistas, eu julgo que aí podemos entrar nos meios termos.

O que é certo é chegarmos ao ponto de entendimento, um ponto que sirva como partida para o progresso da nossa ilha. Foi assumida com coragem a ampliação do aeroporto do Pico, portanto, não vamos agora passar do 1 para o 100.

Aí nós não estamos de acordo. Eu gostaria de estar, dizendo agora aquilo que V. Exa. disse, mas como eu conheço o passado, tudo o que foi discutido nesta Casa e a má vontade que houve sempre com aquela obra, houve uma má vontade política,...

**Deputado João Cunha (PSD):** Não é verdade!

**O Orador:** ... V. Exa. sabe que só com muita dificuldade é que se conseguiu. Aliás aquela obra é das poucas obras no Pico que não sofre contestação de ninguém.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que abreviasse as suas considerações finais.

**O Orador:** Quanto ao Porto de São Roque, estamos de acordo e ainda bem que trouxe este assunto a esta Casa.



Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de abordar este assunto, uma vez que tenho dados técnicos que desmentem totalmente aquilo que o Sr. Deputado Duarte Freitas veio para aqui dizer. Primeiro, o comprimento do aeroporto da Horta são 1.500 metros vezes 45, tendo um strip 1620 vezes 75. São dados técnicos rigorosos.

O aeroporto do Pico tem de comprimento 1460 metros por 30 e o strip é de 1580 por 60.

Não venham para aqui dizer mentiras, porque estes são os valores.

O relatório aponta três hipóteses de ampliação do aeroporto do Pico, sendo a primeira um aumento de 1000 metros de comprimento e aumento do strip para 150 metros. Quanto à largura, o que foi mandado estudar à ANA-EP, foi um estudo que apontava entre os 30 e os 45 e que aumentasse de 1000 para mais metros, dependendo dos ensaios laboratoriais que foram encomendados à Toulouse. É só isto!

Nós não temos ainda a decisão tomada, porque é preciso ensaios laboratoriais para sabermos como é que se comporta o boeing 737.

É evidente que, com bom tempo, o boeing pode aterrar sem penalizações nos 100 metros de comprimento, através dos dados técnicos da ANA-EP. É evidente que com algum vento é necessário ampliar-se um pouco mais e precisamos saber quanto mais, porque não deitamos dinheiro à rua e sabemos que as ampliações custam, por isso temos que fazer com base em dados seguros de quem percebe sobre este assunto.

É preciso deixar de ser especialista de barcos rápidos, deixar de ser especialista de aeroportos para ser especialista de portos.

Em relação ao Porto de São Roque do Pico, como sabem, este Governo dialoga com as autarquias.

Nós tínhamos vários cenários para a remodelação interna do Porto de São Roque do Pico e tínhamos um estudo que está em continuação para a reabilitação desse porto.

A parte interna era a mais fácil. Tínhamos dois cenários possíveis e enviámos esses cenários à câmara que, por sua vez, apresentou críticas as quais nós enviámos para a equipa projectista. Nada mais claro, nada mais simples!

Quando tivermos dados concretos, mais reais sobre o aeroporto do Pico, enviá-los-emos para todas as forças vivas do Pico, porque não temos qualquer problema em discutir os assuntos e vamos fazer o mesmo com a Calheta.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Não temos qualquer problema.

São assuntos controversos e nós reconhecemos, se devemos aumentar para 2300 metros ou se devemos aumentar para 1560, 1600 ou 1700. Actualmente, nós não sabemos o que é que vamos aumentar, porque isso depende dos ensaios que se vão fazer em laboratório.

Eu não sou técnico especialista nesta área e, com certeza, que o Sr. Deputado Duarte Freitas também não é. Portanto, deixe que os especialistas se pronunciem sobre esta matéria.

Quando for para tomar as decisões, iremos consultar as autarquias e as forças vivas da ilha.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria dizer ao Sr. Secretário que eu não estou aqui como especialista de nada. Eu estou aqui como político, como deputado.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Em segundo lugar, os cuidados que o Sr. diz que tem que ter em várias coisas e na consulta de especialista, também devia ter tido quando fez o concurso dos combustíveis.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Qual é o problema?!

**O Orador:** O Sr. tem muito cuidado numas coisas e sabe responder muito bem a uns assuntos, por isso aconselho-o a ter esses mesmos cuidados para não cometer essas gafes.

Outra questão que queria referir aqui é para ter mais cuidado nas reuniões com os autarcas, porque quando falou com eles em soluções, foi mandado calar pelo Sr. Presidente do Governo.

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Ninguém me mandou calar!

**O Orador:** Hoje, novamente, o Sr. não referiu qual era a segunda e a terceira solução, mas vai ter que responder com base no requerimento que apresentámos e vamos provar que é uma solução minimalista.

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Não é!

**O Orador:** O que vem no comunicado do Governo é o seguinte:

"Passar à fase de projecto os estudos já desenvolvidos que estiveram na base do relatório apresentado pela ANA-EP no sentido da ampliação da pista do aeródromo da Ilha do Pico para 1550 metros ...", cresce os tais 80...

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): 90.

**O Orador:** "... e o alargamento das faixas laterais designadas de strip para 150 metros". É isto que está aqui.

A largura de asfalto de 30 metros mantém-se.

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Mas isso está em estudo!

**O Orador:** Mas o Sr. diz que vai passar pela fase de projecto!

Então vai passar para a fase de projecto uma coisa que não está estudada?!

**Deputado Mark Marques** (*PSD*): Está no comunicado!

**O Orador:** Está no comunicado do conselho do Governo, Sr. Secretário, pelo amor de Deus!

O Sr. não leu este comunicado?!

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Eu li!

**Deputado Mark Marques** (*PSD*): Ou então isto não é para levar a sério!

**O Orador:** Se não leu não temos que andar aqui às voltas.

Ficam 30 metros de largura e se no aeroporto da Horta, que tem 45 metros, já aterram com penalizações, como é que vão aterrar aviões de dimensão idêntica no aeroporto do Pico?

Era isto que gostaria que o Sr. me explicasse.

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Vai ficar maior do que o aeroporto da Horta!

**O Orador:** Em relação ao porto, Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, ainda bem que estamos de acordo. Aliás, já há muitos anos que temos vindo a conversar sobre esta matéria em outras sedes.

No entanto, queria que também ficasse aqui registado que haviam verbas das calamidades previstas.

Anteriormente, se calhar a obra já devia ter sido anunciada há muito mais tempo e eu concordo com isso. Fez-se muitas coisas, mas não se fez tudo e há muitas coisas que se fizeram, ou deixaram de se fazer no passado, com as quais eu não concordo, assim como o Sr. Deputado já afirmou que há coisas que se forem feitas não concorda. Não é verdade?

Porém, neste momento, temos verbas referentes às calamidades que foram introduzidas no plano relativamente ao Porto do Pico (o Porto de São Roque e o Porto da Madalena que também precisam de obras) e é necessário utilizá-las, não perder mais tempo e não começar com entraves que ninguém os percebe muito bem, e avançar para esta obra.

Em relação à coragem do Governo, e aí já discordamos, Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, em relação a este aumento, julgo que já estamos conversados.

Eu, pessoalmente, sempre tive a ideia de que o piso era suficiente para este tipo de aviões. Não sei se alguém defendeu o contrário!

No entanto, o que é certo é que eu não percebo que tipo de coragem é esta, nem os picoenses percebem.

É a coragem de vir dizer que vão resolver um problema antigo do Pico desta forma?!

Sr. Deputado, isso é mistificação, é demagogia!

Os picoenses já o perceberam e o Sr. Secretário em breve vai perceber que a sociedade portuguesa não aceita esta solução.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

**Deputado Manuel Serpa (PS):** Sr. Presidente, Sr. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para dizer que a grande vitória desta discussão é a vitória da política.

Nunca os Governos anteriores tiveram qualquer vontade política de **mexer uma vírgula** ou **uma linha** em relação ao aeroporto do Pico!

Não me venham com patranhas!

Nos últimos 4 anos que eu estive aqui, passou pela mão dos deputados um estudo encomendado pelo Governo Regional onde se dizia claramente que aquele piso não servia para aviões superiores à SATA. Passou pelas mãos de todos os deputados e toda a gente sabe que isso aconteceu.

Agora, encomendou-se um estudo que é o contraste desse estudo. Porquê, pergunto eu?

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Qual deles é que está mal feito?

**O Orador:** Aqui é que está o cerne da questão.

A partir daqui, o que interessa é a vontade política, que eu admiro e exalto, de se querer fazer e ser necessário fazer-se bem feito — e aí eu estou de acordo com o que se disse aqui — fazer-se o melhor possível para o Pico.

Só agora é que há vontade política de o fazer, por isso eu quero exaltar esse facto aqui.

Eu não tenho mais tempo para falar desta vez, porque o nosso tempo esgotou, mas como dei razão à primeira parte levantada aqui, não posso deixar de dizer o seguinte:

O Secretário Regional deste Governo **salvou a agro-pecuária do Pico**, pura e simplesmente, entalada em dívidas impagáveis, com 14 meses de atraso de pagamentos de leite. Podia dar todos os anos 100 mil contos, mas não resolvia o problema.

A vitória ou o mérito está em ter dado dinheiro e resolvido o problema.

Por isso, hoje, podemos ter quase a certeza que há mais de um milhão de litros de leite. Apesar das dificuldades, como disse o Sr. Deputado Duarte Freitas e muito bem, a produção de leite vai crescendo, porque houve coragem de tomar uma decisão e de resolver um problema.

Faltam poucos meses para se pagar tudo o que se deve aos lavradores. A Associação de Lavradores terá o seu problema resolvido e aqueles milhares de contos (milhares!) de queijos que foram vendidos, não sei para onde, nem sei por conta de quem, que fiquem lá na paz de Deus ou na paz do Diabo!

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** "Na paz dos Anjos!"

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt.

**Deputado Sidónio Bettencourt (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Ainda bem que o Pico é trazido aqui com este calor político, não sendo eu deputado eleito pela Ilha do Pico, mas sou um deputado regional interessado há muito tempo, e bem, naquela ilha e na sua problemática.

Ainda bem que o Deputado Manuel Serpa fala na vontade política e é essa vontade e as decisões políticas que muitas vezes, não sustentadas em suportes técnicos, fazem tomar decisões diferentes e erradas.

Eu não vou voltar à discussão do Porto do Pico, mas já percebi, hoje, nesta Câmara, que não há caso irremediável em relação a esse porto. Tanto quanto percebi quando passei em São Roque, aquele porto tem um "buraco" para tratar de asneiras feitas, evidentemente da localização do porto, que orçará à volta dos 5 milhões de contos, se não me engano.

Já percebi que nesta Câmara este assunto é um acto consumado. A velha rota, talvez da Insulana, dos tempos da Insulana, é para ficar.

Gostaria que o Sr. Secretário da Economia me esclarecesse se, politicamente, isso é irreversível.

O Sr. acha que o Porto de São Roque do Pico é um porto "sem fundo"?

Tem a certeza que os 5 milhões resolvem o problema daquele porto, ou vamos ficar "ab aeterno", permanentemente, a resolver o problema do Porto de São Roque, elemento estratégico para o desenvolvimento da ilha e dos Açores?

Pergunto, se na sua política não põe a hipótese de, noutra localidade da ilha — e as populações falam nisso todos os dias — a sul, no local mais adequado e talvez com menos dinheiro, fazer um porto que sirva a ilha e o desenvolvimento dos Açores?

Politicamente já ouvi falar, e até profissionalmente acompanhei os debates, sobre o futuro do Pico, sobre o aumento da ilha, da pista e não pista. Já chega de questões do passado, do presente e do futuro!

Santa Maria tem a maior pista dos Açores.

Pergunto: o que é que querem fazer com o aumento da pista do Pico?

Ainda não percebi qual a estratégia de desenvolvimento com o aumento de mais 100, menos 100, menos 200 mais 300.

Se é para calar clientelas locais políticas, eu estou contra, mas se é para dar uma resposta política para o futuro, eu estarei aqui para dizer sim.

Porém, digam o que é que querem fazer com o futuro do aumento da pista do Pico, se há política de transportes, se há política para o turismo e se contam com aquilo para alguma coisa, senão, estamos aqui a enganarmos todos uns aos outros e a enganar a população do Pico. Isso eu não posso aceitar.

Correspondendo ao apego do Deputado Manuel Serpa que naturalmente terá as mesmas preocupações, gostaria que me dissesse politicamente o que é que quer fazer com o porto e com o aeroporto da Ilha do Pico?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda bem que este tema aqueceu.

O Pico é uma ilha que vale a pena, é uma ilha de futuro e não pode ser eternamente adiada.

Vamos falar do aeroporto do Pico!

Voltando ao mesmo tema, há de facto 3 hipóteses lançadas pela ANA-EP no Pico.

A primeira hipótese estabelece a manutenção da pista tal como ela está. Os boeing 737 podem aterrar na pista do aeroporto do Pico, porque têm menos de 40 metros de comprimento do que a pista da Horta, mas com penalizações.

A segunda hipótese propõe que o boeing 737 aterre sem penalizações algumas, para Lisboa, Faro e Porto. Mais 100 metros de aumento do que aquilo que está, ou seja, passar de 1460 para 1560, aumenta o strip para 150 metros.

Foi pedido à ANA-EP que estudasse este aumento em relação ao vento que se faz sentir na pista e à ampliação natural que poderá ser necessária fazer na faixa betuminosa. É isto que está aqui em causa.

Quanto tivermos em nossa posse o resultado dos estudos laboratoriais, podemos dizer exactamente se são 100 metros, 150 metros ou se a pista será alterada para 40 metros, se fica com 30 ou se vai para 45. É tão simples como isso.

Que fique claro: as 3 hipóteses são estas.

A última hipótese prevê 2.300 metros e dá para aterrar aviões como acontece exactamente no comprimento da pista de Ponta Delgada o que não tem interesse para o Pico nem a curto nem a médio prazo.

O que importa é termos uma pista no Pico com acesso directo ao exterior. O Pico merece, tem população e tem infraestruturas hoteleiras necessárias para que, mais tarde, ou mais cedo, se venham a criar voos charters para o Pico.

A situação actual não é imutável. Os três centros de distribuição que nós temos nos Açores não vão ficar eternamente por aqui.

Quando se iniciou os voos para a Horta, muita gente no início disse que não valia a pena, que não era importante. Hoje, ninguém consegue retirar os voos da TAP para a Horta e hoje é uma realidade insofismável que não tem retorno. O mesmo acontecerá no Pico, mais tarde só que leva o seu tempo.

Tudo tem um tempo.

**Secretário Regional das Finanças e Planeamento** (*Roberto Amaral*): *Muito bem!*

**O Orador:** Deve-se iniciar no Verão com voos charters e depois, lentamente, deve-se aumentar essa frequência até termos voos regulares, mas isto leva o seu tempo.

Quanto à localização do Porto de São Roque do Pico, é evidente que não é fácil resolver aquela situação.

**Presidente:** Sr. Secretário, tem um problema para resolver, chegou ao fim dos seus três minutos.

**O Orador:** Estou quase terminando, apenas mais alguns segundos.



É uma questão técnica. Deixem os técnicos pronunciarem-se sobre este assunto.

Se são 5 milhões, ou 4 milhões, só quando tivermos os resultados finais dos ensaios laboratoriais é que podemos dizer se vai custar tanto, ou não, e se valerá a pena fazer a sua realocização.

"A priori", este Governo aposta na manutenção daquele porto tal como ele está. Não é por acaso que nós fizemos o reordenamento da baía e que estamos a estudar com a autarquia a sua melhor funcionalidade interna.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Nós sabemos que o custo daquela obra é demasiado elevado. Sabemos também que esse custo provavelmente terá que ser agendado na Agenda 2000. É muito o dinheiro que vamos gastar, mas é importante que se gaste, porque a Ilha do Pico merece.

Não estamos aqui com sofismas. Queremos desenvolver a Ilha do Pico, mas ela tem problemas complexos que levam algum tempo para serem resolvidos.

Muito obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves que está desejoso para ir para o Pico, suponho eu.

**Deputado João Greves (PP):** Não estou assim tão desejoso, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realmente o que me move é esta vontade e coragem política de fazer mais e melhor.

Ontem, eu alertava esta Casa para se fazer um estudo no Porto do Corvo para saber se a sua profundidade e comprimento era o necessário para que o Corvo tenha futuro e não fique apenas pelo presente com 20 metros, para poderem dizer que calaram a boca porque foi aquilo que pediram.

Eu não sou técnico, mas com certeza deve haver gente experiente no Governo que saiba fazer as contas ao gasto daqueles 800 mil contos e ver se o porto vai ficar rentabilizado apenas com aqueles 20 metros.

Os Corvinos não pretendem ficar ligados apenas à Ilha das Flores com aqueles 20 metros. Eles precisam de um cais para estarem abertos a toda a Região e não andarem aos saltinhos, ora para as Flores, ora para o Corvo.

Ontem punha aqui a questão do "Lady of Mann" encostar no cais do Corvo, mas o sonho quase que era "cortado pela raiz".

Ainda bem que um homem tem direito a sonhar e tenho plena consciência de que nunca sonhei além da realidade.

Se o "Lady of Mann" hoje não pode encostar no Corvo, no futuro tente-se para que ele chegue lá, mas se isso não for possível, apresentou-se a alternativa de se encontrar 2 ferry's, um maior para as ilhas com grande capacidade e outro mais pequeno para as ilhas que não têm capacidade para receber mil e tal pessoas. Aí as Flores e Corvo terão capacidade hoteleira para receber mais vezes e ficamos com um serviço melhor nesta Região.

Era apenas isto que gostaria de deixar a esta Câmara.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Manuel Serpa:

Eu gostaria de lhe dizer, e penso que já provei aqui noutras actuações políticas, que sei criticar e sei aplaudir e julgo que o Sr. já percebeu isso.

Já disse que, e ainda ontem tivemos uma boa notícia em relação à nova fábrica de lacticínios, a este nível têm-se tomado medidas positivas. Já o afirmei publicamente e já escrevi como os Srs. sabem.

No entanto, não vi ainda resposta relativamente às reivindicações de um sistema de lagoas artificiais para a Ilha do Pico e era quanto a isso que eu esperava, no despoletar da minha intervenção, que houvesse alguma resposta da parte do Governo ou de alguém da bancada que o suporta.

Relativamente ao aeroporto, Sr. Secretário, já ficámos esclarecidos.

O que eu disse foi que o Governo tinha escolhido uma alternativa minimalista. Na verdade, o Sr. já o provou e eu continuo a perguntar:

Se os aviões 737 aterram na Horta penalizados, como é que irão aterrar Pico, que tem muitas mais condicionantes meteorológicas, com 30 metros de largura da faixa de rodagem? Como é que vão aterrar lá Sr. Secretário?!

Nós podemos discutir isto tecnicamente, mas qualquer pessoa que tem o mínimo de senso comum e mesmo que tecnicamente não entenda deste assunto, como é o meu caso, embora me tenha documentado acerca disto com técnicos, sabe que o aeroporto da Horta tem condicionalismos em relação aos 737 da TAP e da SATA, como é que vai perceber que o aeroporto do Pico sem nenhum alargamento, com que penalizações é que eles vão aterrar?

Como é que vai ser aumentada a operacionalidade dos aviões da SATA com apenas este comprimento, quando se sabe que um dos problemas daquele aeroporto é a largura?!

Os Governos anteriores não fizeram tudo, mas fizeram muito, porque se calhar o dinheiro para fazer e aumentar a pista foi muito mais do que aquele dinheiro que o Sr. Secretário vai gastar agora.

Se gastar para fazer os 2.100 metros...

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): 2.300 metros!

**O Orador:** ... já poderá ser uma medida política de alcance que o Sr. pretende fazer passar para a opinião pública, mas o que o Sr. vai fazer não é suficiente e a população do Pico não concorda com essa solução.

Em relação ao porto, fiquei satisfeito com as suas explicações, no entanto, queria deixar duas notas.

Só não percebo, por que é que no comunicado do Conselho do Governo se sublinham e vincam os 5 milhões de contos — talvez não foi o Sr. que os sublinhou. São estes pequenos pormenores que me fazem temer.

O que o Sr. Director da Junta Autónoma dos Portos da Horta disse ao Grupo Parlamentar do PSD, quando reunimos com ele, foi que o reforço do molhe do Porto de São Roque e da Madalena que bem precisa — o das Ribeiras também precisa de obras — seria de 3 a 4 milhões de contos, ou seja, as informações preliminares que tínhamos.

Eram estas as informações que tínhamos e ficámos confrontados com estes novos números e penso que não houve nenhum estudo posterior àquele que o Sr. Director do Porto da Horta nos disse.

Fiquei satisfeito com as suas explicações, mas foi bom termos este debate para limarmos algumas arestas e ficar claramente definido que a perspectiva que existe não são 5 milhões de contos. Se é para fazer a obra, temos que aproveitar rapidamente as verbas das calamidades, enquanto não venha uma intempérie que o destrua, simultaneamente prevendo melhorias no Porto da Madalena e as obras no Porto das Ribeiras que são imprescindíveis e que também já se vêm reivindicando.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil (deseja também chegar ao Pico, espero eu!).

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Eu gostaria de lhe colocar a seguinte a questão:

V. Exa. acredita que a Ilha de São Jorge tem futuro ou não?

*(Risos da Câmara)*

Se acredita que a Ilha de São Jorge tem futuro, gostaria de saber se o futuro passa por aquele aeroporto que São Jorge tem.

Se esse futuro passa por aquele aeroporto, o que é que o Sr. Secretário tem feito ou este Governo, para melhorar aquele aeroporto, não para os boeings, mas no mínimo para os transportes internos da SATA?

Era apenas isto, Sr. Secretário.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não posso, em dois anos, resolver todos os problemas desta Região. Já disse isso várias vezes.

O aeroporto do Pico, é um aeroporto que tem facilidades para ser ampliado. O aeródromo de São Jorge, já não tem essas mesmas facilidades. O custo deste investimento é muito maior.

É evidente que quando se fala no aeródromo do Pico, se vai ficar com 30 metros ou com 45 metros, isso ainda não está totalmente definido, porque isso depende dos estudos que vão ser realizados em ensaios laboratoriais, é como um porto quando se faz a protecção com tetrápodes. "A priori", 30 toneladas servem, mas pode ter que se evoluir para 45 quando se fizer o projecto. A mesma coisa se passa com o aeroporto do Pico.

Estamos numa situação em que primeiro vamos ver o que diz o relatório, e este diz-nos que esta situação serve sem restrições para os Boeing 737. Mas, mais à frente, diz que estes boeings podem actuar melhor, por terem mais peso, do que os ATP's. Portanto, podem aguentar mais vento lateral. É isso que está lá dito.

Será suficiente para a média climatérica que existe naquele aeródromo? É isto que vamos estudar.

No caso do aeródromo de São Jorge, o seu tempo também chegará.

Nós iremos ver o que é que podemos fazer, mas trata-se de um aeródromo extremamente difícil, por isso merece um estudo mais atento, mais complexo.

Não se pode fazer tudo ao mesmo tempo, Sr. Deputado.

Se fosse assim, o Governo Regional anterior já tinha resolvido, não levava tanto tempo para o resolver.

**Presidente:** Tem ainda a palavra para esclarecimentos e o Sr. Deputado Manuel Brasil.

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Finalmente, Sr. Secretário, gostei da sua explicação, porque isto só demonstra que São Jorge ou não tem futuro ou então é uma ilha adiada.

Toda a gente sabe que o aeródromo de São Jorge é o mais penalizado da Região, portanto seria, necessariamente, aquele que deveria estar em posição prioritária para

se estudar as possibilidades, a fim de ser melhorado e oferecer mais garantias às naves que nele operam.

Evidentemente, não é isso que se está passar. Estão passando para outras situações completamente diferentes.

Nós não somos contra o aeroporto do Pico. Achamos muito bem que o Pico tenha um aeroporto, até pode ter naves espaciais. Isso a nós não nos incomoda.

O que nos incomoda é vermos que estamos cada vez mais adiados e que se vão eleger soluções prioritárias nalguns lugares que não o são. É nesse campo que temos que nos entender e que eu pretendo que fique aqui bem demonstrado.

**Presidente:** Não havendo candidatos para entrar em órbita, vamos passar às nossas inscrições.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

**Deputado António Gomes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata/Açores, tirou a prova dos nove, nas nossas nove ilhas e ficou incomodado com a opinião dos açorianos quanto à acção Governativa do actual Executivo Regional. Em pânico tocaram a rebate para serrar fileiras em todas as frentes.

Porém, alguns dos que no passado não fizeram fogo, em defesa do Povo, logo se aperceberam que as suas armas estavam encravadas e sem perca de tempo, astutamente, lembraram-se que a solução seria atirar areia para os olhos de quem representam.

Vejamos o que se passa lá para os meus lados. Chegou-me às mãos mais um Comunicado, em fotocópia "laranja", que me fez reflectir sobre a postura política da oposição e a problemática Governativa.

Devo dizer que, para aferir a actuação do actual executivo e na perspectiva de uma alternância governativa, não encontro outra forma que não seja estabelecer a respectiva comparação (mesmo contra a vontade de quem se sente indisposto com as tristezas do passado).

Voltando ao tema desta minha intervenção, peço aos Srs. Deputados, legítimos representantes dos açorianos nesta Casa, para analisarmos o seguinte:

Nesta moda do "deita abaixo", o acima citado comunicado, refere-se à obra da Estrada Regional n.º 1-2ª entre Velas, Nortes e Calheta dizendo que "as desculpas dadas pelo Governo" (quanto à interrupção desta obra) "roçam por vezes o ridículo o que é um atentado à inteligência dos Jorgenses". Fim de citação.

Vamos constatar factos por mim já apresentados, de uma forma aligeirada, nesta Casa:

Quem considera ridículo que uma obra tenha momentaneamente parado, por força da legislação sobre empreitadas de obras públicas que não permite que os respectivos trabalhos a mais ultrapassem em 50% do valor da adjudicação (mal seria se este Governo não tivesse providenciado no sentido de lançar a concurso a parte restante dos trabalhos, o que não aconteceu)?

Não deixo passar esta oportunidade para referir que esta obra tem sido realizada, toda ela, por este Governo, não obstante o facto de ter sido posta a concurso no ano de 1991 pela importância de 292 534 000\$00 (conforme testemunho do Jornal Oficial II Série, n.º 16, de 16-4-91) — está aqui a prova provada do historial desta obras — e do Governo de então a ter incluído num programa Comunitário (PNIC/AÇORES) que caducou em 1992 (com estas promessas adiadas, pelos anteriores Governos, estaremos cá para avaliar os sobrecustos correspondentes às revisões de preços).

Se isso ainda não bastasse, o mesmo Governo pediu autorização, no ano de 1991, à Assembleia Regional dos Açores para contrair um empréstimo, também para esta obra, junto do Banco Europeu de Investimento (BEI). Tudo aconteceu, menos a realização física deste objectivo.

- RIDÍCULO E ATENTADO À INTELIGÊNCIA DOS JORGENSES é o facto do Governo ter, pressupostamente recebido dinheiros Comunitários, contraído empréstimos bancários e mentido aos açorianos, ao dizer que tinha executado a referida pavimentação (aos mais esquecidos remeto-os para as brochuras, publicadas em véspera das eleições de 1992 - "DEUS QUER, O HOMEM SONHA E A OBRA NASCE e UM MANDATO DE SUCESSO").

Nestes dois documentos da responsabilidade de um Governo, está lá escrito que estas obras foram feitas em 92, quando são obras que agora estão em curso.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** *Muito bem!*

**O Orador:** (Em resposta a um dos Srs. Deputados do P.S.D., estamos perante uma obra que nos relatórios financeiros atingiu 100% de execução). Esta, no relatório financeiro, atingiu a execução de 100%, quando efectivamente em termos materiais ficou por fazer.

- RIDÍCULO E ATENTADO À INTELIGÊNCIA DOS JORGENSES é reclamar-se, presentemente, pelo atraso do pagamento das facturas (de dois e três meses) aos fornecedores, quando sei que muitos destes empresários, em São Jorge, esperaram anos e anos pelas dívidas contraídas por anteriores Governos, ao ponto de lhes obrigarem a passar facturas por duas e três vezes, em consequência das anteriores terem a data ultrapassada para fins contabilísticos!

(Este Governo, felizmente, liquidou, atempadamente, as suas dívidas)

- RIDÍCULO E ATENTADO À INTELIGÊNCIA DOS JORGENSES foi a inclusão no PNIC/AÇORES (que caducou em 1992) da pavimentação da Estrada do Topo e o pedido de autorização, em 1991 à A.L.R.A. para a contracção de um empréstimo bancário junto BEI e, só no ano de 1996, é que terem executado os trabalhos, com a agravante dos sobrecustos pagos pelo atraso da obra ao empreiteiro, como forma de compensação, no valor de 63 000 000\$00.

(Mais um testemunho de um gestão descontrolada e despesista. Lembro que esta obra também foi contabilizada financeiramente sem execução física). Apareceu também em documentos do Governo como se tivesse sido realizada e em anos anteriores a 1996, quando efectivamente só em 96 é que esta obra foi executada.

- RIDÍCULO E ATENTADO À INTELIGÊNCIA DOS JORGENSES é a matéria da denúncia que nos chegou através da Resolução do Governo n.º 141/95, publicada na I Série do Jornal Oficial de 3 de Agosto.

A referida Resolução, aprovada num Conselho de Governo presidido pelo Dr. Mota Amaral, refere que a obra de pavimentação do Troço da E.R.3-2ª, entre Pico da Caldeirinha e Santo António, foi adjudicado à TECNOVIA pelo valor de 72 500 contos mais I.V.A., e estou a citar, "mas devido às perturbações



orçamentais verificadas no ano de 1992 e 1993," (está claro, ano de eleições!) " assim como às restrições do ano seguinte produziram efeitos inevitáveis no plano de trabalhos e custo global das empreitadas", pelo que resolve o Governo e cito conforme Jornal Oficial de 3 de Agosto:

"1º - Homologar o relatório referente à situação processual da empreitada de pavimentação em betão betuminoso da E.R.2-2º (transversal entre Pico da Caldeirinha e Santo António) na Ilha de São Jorge, reportado a 31 de Maio de 1995.

2º - Aprovar uma compensação no montante de 10 597 695\$00, determinada pelos atrasos de pagamento explicitados no referido relatório.

3º - Aprovar, igualmente, a compensação global de 2 718 823\$00, associada às alterações circunstanciais explícitas no citado relatório". Fim de citação

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estou certo que estiveram atentos a esta transcrição da Resolução do Governo n.º 141/95, publicada em 3 de Agosto, mas, certamente, não conhecem o resto da história.

Pois bem, este caso ultrapassou as raias do absurdo, porquanto o empreiteiro nunca, tão pouco, teve uma máquina nesta obra, tendo toda ela sido executada pelos próprios serviços oficiais e por um processo que em nada teve a ver com o projecto.

Como se pode perceber que em abono da transparência se homologue, em Conselho de Governo, um relatório de uma obra orçada em 72 000 contos com a única finalidade de atribuírem, à conta desta acção, mais 13.316.000\$00 a um empreiteiro que nunca executou, neste local, qualquer tipo de trabalho?!

(Era assim que funcionavam as coisas!)

Já se esqueceram que no passado e com outro Governo, foram realizadas obras de largas dezenas de milhares de contos sem constarem de planos e orçamentos e, por conseguinte sem a aprovação da A.L.R.A.

- RIDÍCULO E ATENTADO À INTELIGÊNCIA DOS JORGENSES é ouvirmos críticas que recaem sobre a oportunidade da construção da marina de

Angra do Heroísmo, por quem no passado aprovou por aclamação, nesta Casa, este investimento e deu suporte ao governo que adjudicou a obra.

- RIDÍCULO E ATENTADO À INTELIGÊNCIA DOS JORGENSES é dizer-se que este Governo só deu "conversa, chá e simpatia" por quem sabe que a construção da gare para passageiros, no Porto das Velas, (obra prometida pelo P.S.D. em 1989) está em fase de acabamento, as obras de consolidação do Porto do Norte Grande foram executadas, (também por fazer ficaram as obras do mesmo tipo, prometidas para esta estrutura no ano de 1989). A electrificação do Porto das Velas só agora é que foi realizada, (mas prometida no ano de 1993), as reparações do parque escolar do 1º ciclo do ensino básico estão quase todas feitas, (promessa do P.S.D. que constava do Plano de 1990). Só agora é que foram feitas. Ampliação da escola do 1º ciclo das Velas já se tornou, uma realidade,...

**Deputado Mark Marques (PSD):** Aonde?!

**Orador:** ... (constou dos planos a partir de 1990), foi criada a Escola Integrada do Topo, a Fajã dos Vimes foi electrificada, (promessa que se arrastava desde 1981). A pavimentação da E.R.1-2ª está praticamente pronta (obra que o P.S.D. sonhou que já a tinha executado). A pavimentação da Rua Miguel Bombarda está concluída, a construções das casas de aprestos para pescadores estão em curso, as obras de beneficiação da Escola Integrada das Velas vão arrancar brevemente ...

**Deputado Mark Marques (PSD):** Brevemente!

**Orador:** ... e o Porto da Calheta também será uma realidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As preocupações da oposição são outras. É inegável as conquistas deste Governo bem evidentes na aprovação da Lei das Finanças Regionais, na aplicação, à Região, do rendimento mínimo, no abaixamento da taxa de energia, na redução espectacular do transporte aéreo para o Continente. Serão reduzidos, brevemente, os preços praticados pela SATA, implementou-se uma verdadeira transformação nos transporte marítimos, etc., etc..

(Tudo num espaço de tempo limitado e contra as adversidades da natureza, bem patentes nas calamidades que assolaram os Açores.)

A propósito das críticas a este Governo tecidas por responsáveis do P.S.D. deixo-vos esta história.

Conta-se que um dia, alguém meteu conversa com uma criança, perguntando-lhe se era ou não verdade que lá em casa todos eram do P.S.D. De uma forma inteligente respondeu-lhe a criança que só os gatinhos é que eram deste partido e simplesmente pelo facto de ainda não terem aberto os olhos.

**Deputado João Cunha (PSD):** Deve ser por isso que estás sozinho aqui! É porque estás com os olhos fechados .

Sempre há muitos gatos em São Jorge!

**O Orador:** Julgo que a preocupação de muitos é de que, entretanto os referidos gatinhos também já abriram dos olhos.

Para finalizar quero dizer-vos que desejamos o melhor para os açorianos, por isso apoiamos quem Governa bem.

Disse.

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu ouvi com atenção a intervenção do Sr. Deputado que se baseou, única e exclusivamente, no passado, o que vem de facto demonstrar que o seu Governo e o seu partido durante estes dois anos, não têm razão de existir em São Jorge, ou seja, o Sr. não relatou apenas uma rua, apenas frisou obras que brevemente irão ser executadas.

Sr. Deputado:

V. Exa. referiu o comunicado "laranja" — já agora mostro o exemplar à Câmara

— ...

**Vozes da bancada do PSD:** Mas isso é amarelo!

**O Orador:** Ele disse que era laranja, não fui eu. Eu apenas estou a citar.

**Deputado Luís Resendes (PS):** Isso é a cor do PP!

**O Orador:** Não é esse comunicado que o Sr. está mostrando. É o outro. É este Sr. Deputado, este é que foi o último. Esse faz parte daqueles que incomodam muito o Sr. Deputado.

O Sr. recebe isso com muita frequência. Mas eu estou a falar do último que o Sr. recebeu e que é de um órgão político.

O que os jorgenses esperavam era que o senhor (o senhor não, o seu Governo!) respondesse por que é que a obra da estrada dos Nortes foi interrompida, em vez de vir para ali com uma "panóplia" de explicações técnicas.

O Governo existe é para resolver essas situações e ninguém está a querer que o Governo cometa ilegalidades.

O Governo existe é para governar.

Em relação ao Porto das Velas, este era outro assunto que esperávamos que tivesse falado.

O Sr. Presidente do Governo, então líder do Partido Socialista, prometeu nas Velas, em campanha eleitoral, que o Porto de Recreio das Velas era para construir.

**Deputado António Gomes (PS):** E vai ser!

**O Orador:** Eu penso que estava a referir-se ao mandato de 4 anos.

Em relação às escolas, Sr. Deputado, pode ter havido alguma questão de escolas do ensino básico em um dos concelhos. No outro nem houve.

No que diz respeito às escolas básicas integradas, Sr. Deputado, a escola das Velas passou todo o Verão sem que ninguém tivesse "mexido uma palha".

Ontem o meu colega de bancada, Deputado Aires Reis, levantou a questão da Escola Básica Integrada do Topo que é uma autêntica desgraça.

O Sr. Secretário prometeu que iria lá amanhã. Veremos!

Mas a situação é uma desgraça e ainda não se fez obras. Fez-se apenas um "casinhoto" — passo a expressão — que não tem condições, mas aquilo foi colocado numa forma de chantagem à população daquela zona.

Eu ontem fui acusado de "marinas aqui, marinas, acolá". Eu sou a favor do desenvolvimento de toda a Região. Não me importo que se façam duas marinas noutras ilhas.

Em relação a resoluções que tiram e põem, Sr. Deputado, eu julgo que o Sr. não tem moral para vir aqui falar em resoluções que anulam isto ou aquilo. O Sr. Deputado teve alguma amnésia? Não se lembra de uma resolução que anulou a construção do matadouro?!

Eu concordo que se deve beneficiar o matadouro existente na Calheta já que assim se deliberou.

Já ontem falei aqui na questão da habitação e hoje tenho que repetir: ridículo e absurdo é criar legislação para as vítimas do sismo onde se menciona também S. Jorge, e o Sr. Secretário da Habitação, teimosamente, diz que existem apenas 8 casas.

Que respondam à população, às Juntas de Freguesias — e hoje já foi frisado aqui que não ligam às Juntas de Freguesia — e à Câmara Municipal das Velas dos casos que foram enviados à Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos que foram cerca de 90.

Depois façam um levantamento rigoroso, através de quem saiba, e justifiquem às pessoas, até mesmo digam, "você não tem direito", mas digam alguma coisa!

Diálogo é isto, mas os Srs. ainda não perceberam!

**Presidente:** Sr. Deputado, informo que já ultrapassou os seus 3 minutos.

**O Orador:** Eu já termino, Sr. Presidente.

Outro assunto que também foi falado ontem, prende-se com a questão da saúde que julgo que no próximo mês vai melhorar um pouco.

Sr. Deputado:

O que a população de São Jorge esperava e ainda espera — de si talvez, não, mas do seu Governo — é que dêem resposta a estas questões.

Não venham com "panóplias" do que é que o PSD fez ou não fez, porque a conclusão que eu tiro, é que o que o PSD fez traumatizou-o de tal maneira que o Sr. 2 anos depois ainda continua em 1996.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para clarificar uma questão e não é a primeira vez que o faço neste Parlamento.

Estávamos nos tempos dos famosos Governos do Partido Social Democrata. Não sei bem em que ano, porque foram muitos anos.

O Sr. Presidente do Partido Socialista, Deputado Carlos César, deste lado da bancada, levantou-se uma vez para dizer que nesta Casa o que estava em apreciação eram os actos do Governo e não os actos da oposição.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Os Srs. contrariam aquilo que é a opinião do Sr. Presidente do Governo, e do então líder do PS, quase todos os dias.

É uma contradição insanável entre o fácil discurso crítico virado para o passado do Partido Socialista e aquilo que era o entendimento não da oposição, mas um entendimento de funcionamento parlamentar daquele que hoje é o vosso líder e o vosso Presidente do Governo.

Cometem um erro crasso neste Parlamento todos os dias.

Em segundo lugar, a velha citação dos 20 anos!

Nós não tivemos 20 anos no Governo sem eleições. Nós ganhámos as primeiras eleições, realizaram-se outras 4 anos depois e assim sucessivamente.

Entretanto, os Srs. que dizem que o PSD não fez muitas coisas no passado, esquecem-se que o povo disse que o PSD fez muitas coisas de 4 em 4 anos.

Esta é também outra contradição insanável quando hoje se assiste ao Partido Socialista a insistir, embora enganosamente, naquilo que é a opinião do povo em relação ao seu Governo.

Ora, se o Partido Socialista quer fazer apelos todos os dias àquela que é supostamente a opinião do povo sobre o seu Governo, não pode também esquecer-se que o povo durante 20 anos deu a sua opinião, com muitos mais

votos, com muitos mais deputados, ao Governo do Partido Social Democrata, de 4 em 4 anos, durante 20 anos. Outra contradição insanável do discurso do Partido Socialista nesta fúria de demonstrar serviço que agora apresenta nesta Sessão Parlamentar.

Por último, Sr. Deputado, se é que vamos ficar por aqui, deixe-me dizer o seguinte:

A gracinha dos gatinhos!

O Sr. Deputado quis dizer uma gracinha, mas esqueceu-se que a graça se aplica a si como uma luva, porque de São Jorge, nesta Casa, o senhor é um e nós somos três. Eu até acrescentaria que assenta em si como uma luva e já agora uma luva de pele de gato.

Muito obrigado.

*(Risos da bancada do PSD)*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

**Deputado Manuel Brasil (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que ontem na minha última intervenção que fiz aqui, aquando do debate com o Sr. Deputado António Gomes, disse tudo quando referi que ele era como a música da Ribeirinha, ou seja, virava o disco e tocava o mesmo.

**Deputado Mark Marques (PSD):** E mais forte!

**O Orador:** Hoje, tivemos o prazer de assistir à mesma versão do disco.

Penso que depois disto não vale a pena eu estar aqui a fazer grandes histórias, porque está demonstrado mais uma vez — e o Sr. Deputado António Gomes teve a preocupação de me dar razão — que depois do que disse ontem, toda a gente conhece o que é que ele vai dizer e a última intervenção era o fim desta intervenção, e assim sucessivamente.

Sr. Deputado, há uma coisa que eu gostaria de dizer e julgo que está a ser useiro e vezeiro, ou seja, está-se a tentar "tapar" ou "agasalhar", conforme o nosso povo

diz, as incompetências deste Governo com as incompetências dos Governos anteriores.

Se os Governos anteriores tiveram incompetências, não é razão para que os Srs. agora sejam incompetentes.

Os Srs. estão aqui para governar bem e não para governar mal, e para isso é que foram eleitos.

Na minha opinião, julgo que é tempo dos Srs. começarem a governar por si e deixarem de governar com as incompetências dos outros. Governem só com as suas.

Quanto a historietas, e eu não me vou prolongar muito mais, eu gostaria de contar uma:

Diz-se que quando Cristo andava pelo mundo, ia por um caminho abaixo e encontrou um pobre a chorar e perguntou:

"— O que é que tu tens, meu filho?"

Ele respondeu:

"— Ó Senhor eu não vejo!"

E ele retorquiu:

"Coitadinho, tens razão! Levanta-te e vê!"

O homenzinho começou a ver e agradeceu muito a Cristo.

Jesus Cristo continuou o seu caminho.

Mais abaixo encontrou outro pobrezinho a chorar e perguntou:

"— O que é que tu tens meu filho?"

Ele respondeu:

"— Ó Senhor eu não posso andar!"

Jesus respondeu:

" — Tens razão, filho. Levanta-te e anda!"

Ele agradeceu muito a Cristo e Jesus continuou a sua viagem e novamente encontrou outro a chorar e perguntou:

"— O que é que tu tens meu filho?"

Ele respondeu:

"— Ó Senhor, eu sou socialista!"



Cristo sentou-se ao lado dele e começou a chorar também.

*(Risos da Câmara)*

**Deputado Herberto Rosa (PS):** Isso foi há muito tempo!

**Presidente:** Srs. Deputados, depois desta versão bíblica, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sem querer ser Salomão, gostaria de dizer que o Sr. Deputado António Gomes, na sua intervenção, não fez mais nem menos, independentemente do calor do debate parlamentar, do que invocar documentos legais que são as resoluções que estão publicadas.

Efectivamente, se a preocupação não é invocar o passado para desculpar o presente, nós não podemos também cair na contradição de esquecer o passado quando interessa, e frisá-lo quando interessar novamente.

Não é essa a nossa preocupação.

De qualquer modo, gostaria de dizer que, em relação a esta obra, aquilo que foi dito aqui, foi dito de um modo sério.

Esta obra foi adjudicada pela Resolução 73/91, de 16 de Abril, teve um prazo e um preço incompatível com o número de quilómetros que estavam em causa. Efectivamente, foi possível utilizar o que o Regime Legal de Empreitadas e Obras Públicas permite, ou seja, 50% de trabalhos a mais. Para quê? Para corrigir deficiências de uma obra que é adjudicada nos seguintes termos:

Pavimento — tantos quilómetros. E depois?

Depois chega-se a uma freguesia e não se pode passar a água para dentro da casa das pessoas. O saneamento está a 20 cm é preciso pô-lo a 40 ou 50. Isso exige que se faça um projecto para esse troço como acontece em outras obras, como por exemplo Lajes/Santa Bárbara, uma que também é referida como um paradigma da culpa deste Governo que, ao fim e ao cabo, não fez mais nem menos do que fazer os projectos para a obra não parar.

Naturalmente que quando esses trabalhos não estão contabilizados e para a obra não parar, é preciso continuar com a obra e continuar com os pagamentos.

O que aconteceu em São Jorge é o que acontece em muitas obras que não tiveram planeamento, ou seja, é preciso terminar as obras com o dinheiro que existe e com aquele que a lei permite que se gaste.

Em S. Jorge foi a mesma coisa.

Quando se chegou aos 50% de trabalhos a mais, quer se queira, quer não, quer se goste, quer não se goste, tinha que se lançar outra empreitada.

A população não quer saber, dizem alguns!

**Deputado Mark Marques (PSD):** Digo eu!

**O Orador:** Mas a população tem é que ser informada, como é que as coisas são feitas, de uma maneira ou de outra, porque quem decide tem naturalmente que decidir com enquadramento legal para a decisão ter mérito, porque senão, está-se a cometer ilegalidades ao abrigo da pressa esperta, do calendário político que obrigava a pavimentar debaixo da chuva, como nós vemos na rotunda leste de Ponta Delgada que tem as costuras todas abertas e outras situações mais conhecidas nos Açores, algumas que eu já trouxe a esta Câmara e que não têm nada a ver com o sustentar as decisões actuais nos erros do passado.

Nós não estamos dispostos, em projectos que não existam ou que foram mal feitos, em explicar como é que as coisas têm este ou aquele andamento.

O aproveitamento político de quem faz este tipo de apreciações de estar parado ou não estar parado, fica com quem o faz.

Porém, não se pode, pensar que estas coisas não tiveram um princípio e que este princípio não afecta o decorrer da obra.

**Presidente:** Sr. Secretário, chamo a sua atenção para o tempo.

**O Orador:** Em relação à 2.<sup>a</sup> circular, Sr. Deputado, aí, o problema é muito mais complicado, porque os Srs. adjudicaram um projecto inicial e passados três meses, por decisões políticas, já não havia projecto, porque foi um tal introduzir nós, ligações e coisas que até eram precisas e não estavam previstas, e o empreiteiro, pura e simplesmente, disse: "eu não avanço, porque eu não tenho projecto para avançar".

O que nós fizemos, o que este Governo fez, foi elaborar os projectos para a obra não parar e ela vai abrir rapidamente o primeiro troço e vai abrir o segundo.

O vosso problema é exactamente terem derrapado a mais, de 92 a 96, e nós pagámos meio milhão de contos de facturas que estavam lá num caixote quando chegámos à Secretaria.

O vosso problema foi não terem tido a necessária consciência, porque perderam a cabeça nestes 4 anos, nomeadamente 91 e 92, e nós tivemos que pagar todas as resoluções de trabalhos a mais, de juros e indemnizações, devido à vossa falta de planeamento e devido à falta de, atempadamente, saberem que só podiam dar o passo do tamanho da perna.

**Presidente:** Sr. Secretário, agradecia que resumisse.

**O Orador:** Esse é que foi o vosso problema e por mais que queiram não o podem esconder.

Nós não governamos com base nisso, mas os Srs. não podem esconder essas situações.

*(Aplausos da bancada do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tenho aqui a inscrição do Sr. Deputado Mark Marques suponho que para esclarecimentos, mas o seu grupo parlamentar tem apenas 30 segundos.

Desejo-lhe felicidades nesses 30 segundos.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente, pela felicidade dos 30 segundos, mas vou ver se prolongo isso na vida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Quem afirmou ontem nesta Casa e fora da mesma, fui eu e repito hoje:

A população, neste caso dos Nortes, não quer saber das questões técnicas!

Eu não sou apologista de que o Governo deve cometer ilegalidades.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Não é uma questão técnica, é financeira!

**O Orador:** O Sr. noutras obras, como acabou de mencionar, na Ilha de São Miguel, fez os projectos e fez tudo de maneira que a obra não parasse, mas há 3

ou 4 meses atrás, já corria nos corredores de São Jorge que se calhar esta empreitada não dava para acabar.

O que o Governo devia ter feito, era ter lançado o concurso para a obra não parar e o que se prova aqui é mais uma ineficácia deste Governo.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): É orçamentado em 99!

**O Orador:** Ah! É em 99!

É fugir para a frente.

Eu quero que isto fique claro: ninguém está aqui a fazer a apologia da ilegalidade. Não senhor!

O que nós estamos aqui a contestar e é o que os jorgenses contestam, é que os Srs. são ineficazes.

A questão que se coloca é a seguinte:

É propositado ou não? Eis a questão.

**Presidente:** Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para voltar a dizer e a reafirmar da minha parte, que não se trata de questões de boa ou má vontade.

Trata-se exactamente de — e alguns que já foram governantes sabem disso — termos um orçamento para executarmos, um orçamento que é aprovado pela Assembleia Legislativa Regional e a partir de determinada altura das duas uma: ou através de orçamento rectificativo ou então através da introdução de verbas necessárias para o ano seguinte.

Não há outra hipótese e quando nós chegamos ao limite dos 50% só temos essas duas vias.

O que não peçam a este Governo (isso não peçam!) por boca, como se fez várias vezes, é que avancem com a obra que depois a gente há-de regularizar as situações financeiras e burocráticas, porque nós não temos nem queremos ter problemas, nem benesses do Tribunal de Contas.

Portanto, não temos essa situação instalada neste Governo.

Por isso mesmo, eu volto a reafirmar que a nossa questão aqui não é política, é financeira e de enquadramento legal.

Nesse sentido, a obra há-de chegar ao fim, porque os Srs. nessa obra fizeram zero quilómetros e nós já fizemos 25.

Os Srs. nas Lajes/Santa Bárbara fizeram 7 quilómetros e nós já fizemos 22.

Os Srs. na questão de todas as outras obras, como no caso do Pico, fizeram zero quilómetros e nós já fizemos mais de 24.

**Deputado Manuel Azevedo (PSD):** Já deviam ter feito mais!

**O Orador:** E já adjudicámos mais 15 quilómetros.

Portanto a comparação é exactamente essa. É entre aqueles que falam e só criticam e os que fazem.

**Deputado João Cunha (PSD):** Estragar dinheiro é uma coisa séria! Mas depois vamos conversar!

*(Aplausos da bancada do PS)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz, se bem percebi, para defesa da honra.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sim, Sr. Presidente. E posso colocar-lhe a perspectiva da minha defesa da honra para que decida se devo ou não ter a palavra.

O Sr. Secretário Regional sugeriu que os Governos do Partido Social Democrata tinham benesses do Tribunal de Contas.

Trata-se de um órgão de soberania e eu queria defender a honra dos Governos do PSD.

**Presidente:** Tem a palavra.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):** Eu não disse isso!

**Deputado Humberto Melo (PSD):** Disse, sim senhor!

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, numa técnica que lhe é muito habitual de dizer quase tudo sem que se possa dizer depois que disse — é uma técnica que, de resto, o Sr. Presidente do Governo tem utilizado muito ultimamente, mas que para nós dá para reconhecer a verdadeira autoria de quem diz o que disse — acabou de sugerir neste Parlamento, que os Governos do Partido Social Democrata tinham benesses do Tribunal de Contas, dizendo por contra-posição que não queria para o seu Governo benesses do Tribunal de Contas.

Eu chamo a atenção para a gravidade da declaração política de um Membro do Governo Regional dos Açores que sugeriu que no passado, os Governos Regionais do Partido Social Democrata tinham benesses de um tribunal.

Os tribunais são órgãos de soberania. O Tribunal de Contas é um órgão de Estado importantíssimo.

**Deputado Luís Resendes (PS):** Isso não é verdade!

**O Orador:** Foi isto que foi dito, porque de resto não faria sentido uma outra interpretação.

Se o PSD nunca tivesse tido no passado benesses do Tribunal de Contas, não fazia sentido que o Sr. Secretário dissesse agora que não queria, para o futuro, benesses do Tribunal de Contas.

A nós ninguém nos engana!

O Sr. Secretário Regional, na fúria mais uma vez de criticar o passado, cometeu um erro grave que nós vamos ver se fica ou não por aqui! O erro de sugerir que o Tribunal de Contas dava benesses aos Governos do PSD.

Nós — posso afirmá-lo! — não vamos deixar esta acusação apenas pelo Parlamento e vamos tentar esclarecer tudo isso para pôr tudo em "pratos limpos"!

O Sr. descuidou-se, foi excessivo, pôs o pé na argola, tudo porque não conseguindo justificar as suas posições, quis sugerir coisas do passado.

Digo-lhe uma coisa, Sr. Secretário:

Nesta bancada ou neste partido, há homens de bem!

Se não os há, o Sr. que diga e ponha processos nos sítios certos, porque não nos amedronta com suspeições, não nos amedronta com problemas possíveis do passado, porque os homens de bem do Partido Social Democrata não têm medo e estão prontos para defender a sua dignidade. E os Governos do PSD não têm medo nem de sugestões, nem de falsas acusações, nem de indirectas que são feitas aos Governos do Partido Social Democrata.

São homens de bem, prontos a se defenderem e eu sou o primeiro, pelas responsabilidades que tenho no Parlamento, a defendê-los, sem qualquer receio e sem qualquer margem para dúvidas.

Foi isto que o Sr. disse e é isto que o Sr. vai ter que justificar!

Tenho pena de não ter mais tempo para debater isso consigo, mas como sabemos muito tempo para debatermos esses assuntos noutra ocasião.

Muito obrigado.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

**Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer ao Sr. Deputado Victor Cruz que eu também não tenho medo nem de si, nem da sua bancada, como é óbvio. Não é disso que se trata aqui dentro.

**Deputado Victor Cruz** (*PSD*): Nem nós de si!

**O Orador:** De resto, também devo dizer que não me servem receitas de humildade ou com o dedo em riste, porque isso era a técnica do Dr. Mota Amaral.

**Deputado Victor Cruz** (*PSD*): Mas governou durante 20 anos!

**O Orador:** De qualquer maneira deixe-me dizer e repetir o que eu disse, porque houve aí uma interpretação abusiva da sua parte...

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Nós vamos ver!

**O Orador:** ... com a sua habitual necessidade de "salvar honra do seu convento" quando não há argumentos técnicos...

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Eu não tenho é tempo!

**Deputado João Cunha (PSD):** Mas vai haver!

**O Orador:** ... e naturalmente que não foi provado que nenhuma daquelas situações que aqui foram referidas das vossas resoluções tivesse outra leitura que não aquela que está escrita e aí não há nada a fazer.

Em relação a essa frase que transversou, o que eu disse foi que este Governo não quer cometer actos ilegais, porque não quer, como não podia deixar de querer....

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Como não podia!

*(Risos da bancada do PSD)*

.... benesses de ninguém, nem dos empreiteiros, nem do Tribunal de Contas. Eu repito isto todas as vezes que for necessário, porque esta é que é a postura correcta, porque senão, o contrário era dizer que nós só podíamos decidir tendo em conta que isso podia acontecer.

Portanto, eu não vejo dramatismo nas suas declarações, mas digo-lhe também que a minha postura em relação a essa matéria, ou outra qualquer, é sempre a mesma e é a mesma das afirmações que eu produzo com as responsabilidades que eu tenho.

Nesse sentido também, posso-lhe dizer que mesmo em relação à Secretaria — e isso não tem nada a ver connosco — as Contas da Região que foram de algum modo sujeitas a alguma apreciação menos positiva e que têm tido outros encaminhamentos por responsáveis da minha Secretaria, não têm nada a ver comigo. Têm a ver com responsáveis do passado.

Muito obrigado.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** São essas coisas que quero que comprove!

Nós não temos medo. Ponha essas coisas nos tribunais e prove, porque aqui não se aceitam suspeições dessas!



Esta não vai ficar por aqui!

**Presidente:** Neste momento o Grupo Parlamentar do PS dispõe de 6 minutos e meio. Há ainda aqui duas inscrições. Não sei se o Sr. Deputado Élio Valadão deseja intervir neste espaço de tempo.

**Deputado José Élio Valadão (PS):** Prescindo, Sr. Presidente.

**Presidente:** Sendo assim, encerramos este período de antes da ordem do dia. Estamos em cima da hora de interrupção para o almoço. Não combinámos nada a esse respeito, mas suponho que ninguém se oporá a essa interrupção. Retomaremos os nossos trabalhos às 15.00 horas.

*(Eram 12.55 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, boa tarde.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos com a respectiva agenda.

*(Eram 15.20 horas)*

Vamos entrar no **Período da Ordem do Dia** começando pela **Proposta de Resolução** relativa à "**Alteração ao Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores — alteração à Resolução n.º 2/93/A, de 10 de Fevereiro**".

Vamos iniciar o debate na generalidade.

Como sabem, para esse debate existem propostas de alteração apresentadas pelo CDS/PP, pelo PSD e pelo PS e ainda o relatório e parecer da Comissão de Organização e Legislação.

São estes os documentos que estarão em debate,

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

**Deputado Humberto Melo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretário Regional:

Após a profunda Revisão do Estatuto Político-Administrativo, cuja publicação em Diário da República ocorreu no passado dia 27 de Agosto, surge agora a alteração ao Regimento da Assembleia.

Trata-se, em nosso entender, de uma importante iniciativa pelos reflexos que tem na própria instituição parlamentar, quer na acção simular dos Deputados, quer na actuação global dos grupos e representações parlamentares.

A valorização e a dignificação da Assembleia Legislativa, como órgão representativo do povo açoriano, é uma tarefa permanente essencial à democracia e à autonomia.

Queremos aproximar o Parlamento ao cidadão e, daí a primeira prioridade, para o debate político.

A par do aumento do número de períodos legislativos e da duração do período de tempo destinado ao tratamento de assuntos relevantes, destaca-se a criação de duas novas figuras regimentais: os debates de urgência e as declarações políticas. Com os primeiros, pretende-se introduzir a discussão de assuntos de interesse público, actual e urgente, enquanto que as declarações políticas se destinam a questões prioritárias do âmbito estratégico dos partidos com assento parlamentar.

É mais um passo em frente na realização de debates sobre questões da actualidade ou sobre temas que interessam à vida quotidiana dos nossos concidadãos.

O direito de petição consagrado na Constituição, é uma forma directa de participação dos cidadãos na vida política, para o qual se estabelece a metodologia e a tramitação conducentes à respectiva apreciação em comissão e em plenário.

O quadro constitucional e estatutário vigente, instituiu um instrumento inovador de audição dos açorianos: o referendo sobre questões de relevante interesse específico regional. Nessa matéria, regulamenta-se o poder de iniciativa, bem como o processo de apreciação por parte da Assembleia.

A construção da unidade regional faz-se a partir das realidades específicas de ilha.

Propõe-se assim, a possibilidade dos grupos e representações parlamentares reunirem em cada ilha, por forma a permitir uma melhor apresentação das realidades insulares.

O processo de acompanhamento e fiscalização da acção governativa, é uma competência basilar da actividade dos deputados. Dá-se-lhe nova amplitude ao

instituir-se a apreciação dos relatórios de execução do Plano em simultâneo com as contas da Região.

Fica, assim, assegurada a avaliação da realização material dos objectivos de desenvolvimento, face ao correspondente dispêndio financeiro.

Ainda no plano da fiscalização política da acção do executivo, dá-se nova configuração às perguntas ao Governo, no sentido de relevar a intervenção directa e dinâmica dos agentes políticos.

Para além da introdução da dialéctica própria, pergunta/resposta, consegue-se ainda ganhar oportunidade para debater questões ou problemas prementes da sociedade e que urgem resolver ou esclarecer.

Para as comissões especializadas, instrumento essencial de apoio aos trabalhos do plenário, adopta-se maior flexibilidade e simplificação no processo de audição de outras entidades e no estabelecimento de interfases de comunicação. Ganha-se mais eficácia na apreciação das iniciativas e maior celeridade nas próprias audições parlamentares.

Já consta no Estatuto Político-Administrativo que os membros do Governo podem solicitar a sua participação nos trabalhos das Comissões e devem comparecer perante as mesmas, quando tal seja requerido.

Agora, propomos que as matérias e o elenco das comissões especializadas permanentes sejam fixadas no início da legislatura, com o intuito de melhor ajustá-las ao quadro parlamentar resultante das eleições e adequa-las às realidades mais sensíveis da actualidade.

Adoptaram-se ainda aperfeiçoamentos de redacção decorrentes da experiência colhida e com o objectivo de melhorar a sistematização do articulado e de facilitar a consulta do Regimento.

Em resumo, o PSD pretende com a sua iniciativa, valorizar os grupos e representações parlamentares, como entidades no processo político, e aproximar os deputados das populações no cumprimento das suas responsabilidades como representantes da Região.

Mais e melhor actividade parlamentar é o que se pretende com a valorização dos meios de intervenção política da Assembleia.

Estamos perante uma revisão do Regimento que versa matérias decisivas para a concepção e funcionamento desta Casa. Queremos potenciar o exercício das suas competências e contribuir com isso para a boa imagem do Parlamento.

Muito obrigado.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O sistema parlamentar, puro e típico, implementado na Região, por consagração constitucional, confere à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, o papel de principal órgão de Governo próprio da Região.

A participação política do Parlamento importa que seja cada vez mais activa, intensificando não apenas o seu poder legislativo e regulamentar, mas também e principalmente, o importantíssimo papel de acompanhamento e fiscalização da actividade governativa.

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores, como órgão representativo da vontade popular expressa em eleições, é o órgão próprio para a realização dos debates sobre as grandes matérias políticas e temas de interesse específico para a Região.

O Regimento que vamos discutir e aprovar, constitui instrumento fundamental e indispensável para os objectivos que acabámos de referir.

Muito embora tenha já sido objecto de várias revisões, considera-se necessário, para além de algumas alterações de ordem redactorial, a introdução de novos mecanismos de debate, de intervenção política essenciais para o desenvolvimento da actividade parlamentar.

Muito embora decorresse o processo de Revisão da Constituição da República Portuguesa e do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e sabendo que a revisão de leis fundamentais e de valor reforçado, como esta, poderia arrastar-se por demasiado tempo, por período até bastante longo, o quadro parlamentar existente e saído das eleições legislativas regionais de 96, exigia que,

para o bom desenvolvimento dos trabalhos parlamentares e para a dignificação da Assembleia e consolidação da própria Autonomia, se procedesse à Revisão deste Regimento.

Assim, entendemos, Partido Popular, avançar com a nossa proposta que continha as alterações possíveis face ao ordenamento jurídico vigente.

Alterada a lei fundamental e revisto o Estatuto, tudo estava agora mais fácil.

Contudo, foi a proposta do Partido Popular que desencadeou todo o processo de Revisão do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Com a nossa proposta pretendeu-se consagrar que o plenário da Assembleia reunisse, ordinariamente, 10 vezes por ano tendo em vista aumentar a produtividade, alargar o debate político e permitir que este se realize com a maior actualidade.

Assume particular destaque a institucionalização de novas figuras de debate político:

— a declaração política como prioridade sobre demais intervenções seguidas de curto debate;

— o debate sobre interesses de assuntos regionais, provocado pelos grupos ou representações parlamentares com o objectivo de exercer a competência de apreciação dos actos do Governo e da Administração Regional;

— o debate de urgência, que poderá ser requerido pelos grupos e representações parlamentares e pelo Governo, mediante requerimento a aprovar em conferência de líderes quando os temas o justificarem.

Propõe-se ainda consagrar que cada deputado tenha direito a produzir uma intervenção por sessão legislativa, não contabilizável no tempo dos grupos parlamentares.

Propõe-se a reintrodução no Regimento de normas que outrora dele constaram, designadamente a possibilidade do Presidente da Assembleia solicitar a aprovação de um voto de confiança e a possibilidade de ser destituído das respectivas funções mediante a aprovação de uma moção de censura.

Também-se se cuidou de propor normas de simplificação de deligências contra o funcionamento das comissões parlamentares especializadas.

Tendo em conta a necessidade de melhorar a divulgação do trabalho parlamentar, por forma a manter o eleitorado mais e melhor informado sobre o desempenho dos

eleitos, foram também introduzidas alterações que permitem melhorar o apoio aos jornalistas e à actividade por eles desenvolvida.

A experiência vivida ao longo dos anos, os conhecimentos bebidos nos regimentos de outras Assembleias, como por exemplo a Assembleia da República, aconselharam as propostas ora apresentadas.

Houve ainda, e por último, a preocupação de se contribuir para o aperfeiçoamento do texto de algumas normas, tendo em conta simples aspectos de natureza legal ou de simples redacção.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

**Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em devido tempo, apresentou o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a sua proposta de alteração ao Regimento desta Assembleia.

Conforme consta da exposição de motivos dessa mesma proposta, os principais objectivos dessa Proposta de Resolução, são, de forma sumária:

— aumentar o número de comissões permanentes especializadas reduzindo o número dos seus membros;

— definir com maior rigor os poderes da comissão permanente;

— adequar o número de períodos legislativos ao novo Estatuto Político-Administrativo;

— revalorizar a função da figura regimental de perguntas ao Governo;

— prever a participação do Governo Regional na conferência de líderes;

— dar conteúdo regimental ao poder de apreciação dos planos regionais;

— regulamentar, processualmente, a figura da petição;

— introduzir os necessários procedimentos relativos ao referendo;

— aumentar o período destinado ao tratamento de assuntos de relevante interesse regional; e

— proceder a alterações sistemáticas e de conteúdo que, em nosso entender, permitem melhorar significativamente o actual Regimento.

Ao apresentar-se esta proposta em sede de Comissão, os representantes do PS, desde a primeira hora, disponibilizaram-se para procurar o maior consenso possível.

Deve-se realçar o espírito construtivo de empenho, de compreensão e de busca das melhores soluções e dos melhores articulados que existiu ao longo das várias reuniões em que a Comissão de Organização e Legislação, trabalhou nesta matéria.

Do profícuo trabalho realizado em sede de Comissão, resultou uma proposta de síntese que reúne, à excepção de um único artigo, o consenso unânime dos partidos que na mesma Comissão estão representados, artigo esse que, em discussão na especialidade, haverá tempo para o abordar.

Assim, e face ao que acabei de dizer, o Partido Socialista assume a proposta da Comissão em anexo ao respectivo relatório.

Obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PS, Governo e PSD)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a analisar, e posteriormente vamos votar, o Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, ou seja, o documento legal que irá enquadrar toda a nossa actividade futura.

Após a revisão da Constituição, esta, e como consequência, em parte dela, levou-nos a harmonizar o nosso Estatuto Político-Administrativo, exactamente, com a Revisão Constitucional.

Agora, com a publicação do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, tínhamos que fazer a concordância entre o preceituado no Estatuto e aquilo que teríamos que regulamentar no nosso Regimento. É isso que, em nosso entender, aconteceu e o documento saído da Comissão é exactamente uma adaptação das condições de trabalho que temos por um lado e, por outro lado, daquilo que está legislado no Estatuto Político-Administrativo.

Quero, desde já, realçar o trabalho e o relatório proveniente da Comissão de Organização e Legislação que, de facto, é esclarecedor, é pacífico e está, em nosso

entender, de acordo com as necessidades que são hoje de regulamentação desta Assembleia Legislativa Regional.

Como consequência do Regimento que estamos a apreciar e também daquilo que ficou já estatuído no nosso Estatuto Político-Administrativo, entendemos que a Assembleia vê valorizada a sua actividade.

Um dos aspectos que já foi referido, mas que eu quero salientar e que na prática temos vindo já a realizar nos últimos tempos, tem sido o aumento dos períodos legislativos.

Esta matéria, foi durante muitos anos discutida nesta Assembleia e, efectivamente, comprova-se que é benéfica para o trabalho parlamentar, para a própria instituição, Assembleia, e é dignificante para este Parlamento podermos trabalhar de maneira constante e frequente através do plenário e, daí, esta é uma matéria que nos apraz realçar e valorizar.

Haveriam muitos outros aspectos que poderíamos valorizar neste documento, porque, em nosso entender, ele satisfaz as necessidades da Assembleia.

No entanto, ainda há um outro aspecto que eu penso que deve ser valorizado, ou seja, o facto de, como qualquer Regimento, vamos ter que o provar e experimentar e a partir da próxima sessão legislativa vamos pô-lo em prática.

No entanto, se houver alguma lacuna, alguma anomalia, alguma necessidade, a necessidade de propositura está facilidade — o que aliás o próprio Estatuto também obrigava — porque qualquer deputado, hoje, pode apresentar uma proposta de alteração a esta resolução e, facilmente, se houver alguma anomalia poder-se-á alterar, modificar, emendar, etc..

No entanto, há um aspecto que eu gostaria de levantar, que suscita uma dúvida e estou convencido que não será só minha, ou seja, o facto de neste Regimento ter-se optado por um estabelecimento do número de comissões diferente daquele que era tradicional nesta Assembleia. Ou seja, o Regimento prevê que as Comissões surjam em anexo ao próprio Regimento como fazendo parte integrante dele.

O nosso Estatuto Político-Administrativo diz que a Assembleia Regional tem as suas comissões previstas no Regimento e é evidente que elas estão incluídas no Regimento. Porém, para nós, mantém-se a dúvida se deveríamos ter consignado e



fixado essas Comissões alterando sempre que necessário, ou se terá sido de boa política a solução encontrada pela Comissão.

Esta é uma dúvida que fica e coloco-a apenas como dúvida. No entanto, entendo que é meu dever moral levantar esta dúvida hoje e nesta Sala.

De qualquer modo, — repito — as soluções encontradas para o nosso Regimento, em nosso entender, são boas soluções, são soluções que vamos pô-las em prática e vai ficar provado que são boas.

Por tudo isto, a Representação Parlamentar do Partido Comunista Português, irá votar favoravelmente as Propostas de Resolução que estão em apreciação e, na especialidade, irá votar favoravelmente a proposta que saíu da Comissão.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É óbvio que esta Comissão fez um trabalho profícuo e houve da parte de todos os membros da Comissão, conforme já foi dito pelo Sr. Deputado do Partido Socialista, um empenhamento e uma abertura total no sentido de encontrarmos um ponto em comum, tendo apenas como objectivo tornar este Parlamento mais funcional, permitir um maior debate político, introduzir alterações que permitam dignificar os trabalhos deste Parlamento tornando-os mais operacionais.

Eu penso que se conseguiu estes objectivos, mas pena foi, embora isto não constitua qualquer situação de menor importância, que não se conseguisse o consenso em todos os artigos. De qualquer modo, houve a possibilidade de obtermos um consenso generalizado e, como disse o Sr. Deputado Paulo Valadão, há necessidade de testarmos este documento, porque uma coisa é fazermos no papel e a outra é a prática do Parlamento no dia-a-dia, mas julgo que com este Regimento vamos conseguir pelo menos algumas alterações fundamentais.

Em primeiro lugar, permite-nos um maior debate político, na medida em que se aumenta significativamente o período de antes da ordem do dia. Aqui, houve a preocupação de, ao mesmo tempo que se aumenta o período de antes da ordem do dia, conjugar com algo que também é fundamental nesta Casa, ou seja, ela existe para o debate político, mas a sua função primordial é legislar.

O que se passava muitas vezes nesta Casa, é que legislávamos quase no último dia. A partir do momento em que este Regimento for aprovado, será reservada, todos os dias, uma hora para o período da ordem do dia.

Com a sua entrada em vigor, iremos, em princípio, todos os dias analisar diplomas e isso permitirá uma outra imagem do próprio Parlamento.

Por outro lado, quanto ao número das Comissão, foi entendido pela Comissão e de uma forma pacífica, que ficaria para uma proposta de resolução o número de comissões e a sua elencagem. Acho que isto é importante, porque nos temos apercebido que o número de membros pertencentes à Comissão que ficou definido, seria no mínimo quatro para dar melhor flexibilidade ao número de comissões e permitirá corrigir aquilo que todos nós já nos apercebemos, ou seja, a actual composição das comissões é excessiva. Treze membros, torna, muitas vezes, menos operacional o trabalho da Comissão e provavelmente será mais útil e tornará mais frutuoso os trabalhos, um menor número de membros.

Por tudo isto, julgamos, embora a experiência irá comprovar, que com a aprovação deste Regimento e a sua entrada em vigor, iremos melhorar, de uma forma significativa, a qualidade dos nossos trabalhos, a qualidade do trabalho deste Parlamento e com isto reforçamos o papel e a importância da Assembleia Legislativa Regional.

**Presidente:** Parecendo estar encerrado o debate, na generalidade, sobre esta Proposta de Resolução, vamos passar à sua votação.

Chamava a atenção dos Srs. Deputados, que a votação que se irá seguir será feita tendo em conta o disposto no artigo 151.º do Regimento actual, que diz:

"É admissível a aprovação, na generalidade, de vários projectos ou propostas com o mesmo objecto; neste caso, a Assembleia delibera também sobre aquele que serve de base à discussão e votação na especialidade".

Tendo em conta esta disposição, iria pôr à votação, na generalidade, as propostas apresentadas pelos três partidos, por ordem de entrada das mesmas.

Sendo assim, temos primeiro a do Partido Popular, em seguida a do Partido Social Democrata, depois, a do Partido Socialista e posteriormente, o anexo ao parecer e relatório da Comissão que, inclusivamente, foi assumido por todos os partidos.

Neste caso, entender-se-á que bastará uma votação sobre todos estas propostas e sobre o anexo ao relatório da Comissão, tendo em conta que a discussão, na especialidade, incidirá sobre as alterações provindas da Comissão que contém alterações para a globalidade da Proposta de Resolução.

Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com as três propostas apresentadas, na generalidade, e com a proposta global de alteração apresentada pela Comissão, façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** As propostas foram aprovadas, na generalidade, por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar à discussão na especialidade sobre o texto provindo da Comissão que consta em anexo ao parecer e relatório, acentuando-se também que a este anexo é acrescentada, mais recentemente, uma informação pedindo a substituição de várias folhas, nomeadamente as folhas 8, 14, 20, 31, 32, 33, 34, 41, 68, 69, 70 e 77 do relatório.

Se não houver objecções, vamos fazer a discussão, na especialidade, que me parece mais razoável em termos de número de votações, ou seja, sobre a divisão mais ampla do Regimento, mais precisamente sobre os títulos que, na sua globalidade, são 7 ou 8. Portanto, fazemos apenas 7 ou 8 votações anunciando, para cada título, os artigos que cada um contém, incluindo o título preliminar e, se por acaso houver, em relação a algum desses artigos, alguma proposta de alteração, será feita a discussão e votação separada desse artigo. Não sei se isso acontece ou não.

Com este entendimento vou pôr à discussão, na especialidade, o "Título Preliminar", ou seja, a Sessão Constitutiva da Assembleia e que abrange os artigos 1.º ao 21.º.

Está à discussão o "Título Preliminar".

Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

**Deputado Humberto Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar uma explicação, mas não vou perder muito tempo.

No "Título Preliminar", a ideia básica que prevaleceu foi, sobretudo, acertar uma questão de redacção e esclarecer que no caso de empate parlamentar, o mecanismo de desempate será o partido mais votado.

Apenas para frisar essa questão.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos 1.º ao 21.º, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** O "Título Preliminar" que engloba os artigos 1.º a 21.º, foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar de seguida à discussão do Título I sobre "Deputados e grupos parlamentares", que compreende os artigos 22.º ao artigo 31.º.

Está aberto o debate sobre estes artigos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

**Deputado Humberto Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Com estes artigos, a Comissão pretendeu encontrar uma questão de sistematização para organizar os grupos e representações parlamentares, ao mesmo tempo, introduzindo uma norma que fixa, em termos de organização dos grupos parlamentares, o número de Vice-Presidentes.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

**Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Dando uma achega ao que foi dito pelo Sr. Deputado Humberto Melo, queria realçar que, no Título I, foi incluída uma secção, a Secção II, onde estão explicitados os poderes e deveres dos deputados. Isto não constava do Regimento, portanto foi uma sistematização que nós fizemos nesta revisão.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação do Título I.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** O Título I que engloba os artigos 22.º a 31.º, foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar à discussão do Título II sobre "Organização da Assembleia" e que compreende os artigos 32.º ao artigo 67.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Compreendem-se neste Título II algumas normas, algumas alterações, que merecem discordância do Grupo Parlamentar do PS. Referimo-nos concretamente, ao artigo 35.º, n.ºs 2, 3 e 4 e em consequência disso, o 6.º.

Do nosso ponto de vista, esta alteração proposta, creio eu, pelo PP e aprovada na Comissão, não tem razão de ser e contém alguns perigos. Senão vejamos:

No plano histórico todos sabemos que a evolução nesta Casa foi a da consolidação do Presidente, dos Vice-Presidentes e da Mesa da Assembleia e foi por isso que se procedeu à alteração anterior fazendo com que a Presidência, a Vice-Presidência e os Secretários passassem a ter uma duração no seu mandato de 4 anos.

Foi essa a evolução, creio eu, no sentido de conferir maior estabilidade a quem dirige esta Casa, que é a maior Casa da Autonomia Regional. Esta foi a evolução histórica que houve até aqui.

Ao aprovar-se isto, está-se a inflectir nesta ideia e nesta evolução. Portanto, está-se a passar de uma situação de estabilidade, de duração do mandato por 4 anos, para uma situação de ocasionalidade, se quiserem, ou seja, em qualquer momento, em função de questões de natureza política, em função de determinadas conjecturas ou de algum acidente, pode-se alterar o Presidente da Assembleia.

Por outro lado, do nosso ponto de vista, também não deixa de ser estranho que isto se dirija apenas ao Presidente da Assembleia, porque existem Vice-Presidentes e Secretários na Mesa.

Portanto, não nos parece correcto que esta possibilidade de ser destituído mediante aprovação de uma Moção de Censura, se aplique apenas ao Presidente da Assembleia. Seria mais lógico que esse caso envolvesse também os Vice-Presidentes e os Secretários da Mesa.

Por outro lado ainda, e como argumento e em defesa da nossa posição, eu permitia-me, Srs. Deputados, ler aqui dois ou três artigos, um da nossa Constituição, ou seja o artigo 230.º onde se lê no n.º 4, relativamente ao Ministro da República, o seguinte:

"Em caso de vacatura do cargo, bem como nas suas ausências e impedimentos, o Ministro da República é substituído pelo Presidente da Assembleia Legislativa Regional". É isto que se verifica agora, consoante o que foi comunicado pelo Sr. Ministro da República.

Por outro lado, regressando ao nosso Estatuto, vejamos o artigo 5.º que diz:

"A Região é representada pelo Presidente da Assembleia Legislativa Regional".

O artigo 59.º, diz:

"As funções de Presidente do Governo Regional, serão asseguradas durante a vacatura do cargo pelo Presidente da Assembleia Legislativa Regional".

Finalmente, o artigo 71.º que diz, à semelhança do que eu li há pouco na Constituição:

"Em caso de vacatura do cargo bem como nas suas ausências e impedimentos, o Ministro da República é substituído pelo Presidente da Assembleia Legislativa Regional".

Onde é que eu quero chegar com tudo isto?

Apenas quero chegar ao seguinte:

O lugar de Presidente da Assembleia Legislativa Regional tem uma enorme dignidade institucional no nosso sistema político. Tem um poder de representação muitíssimo importante e tem também enorme relevância em termos de competências próprias e de competências que assume nestas situações de cargos tão importantes como o do Ministro da República e de Presidente do Governo.

Por tudo isto, Srs. Deputados, nós pensamos que este lugar, este cargo, não pode estar numa situação de instabilidade.

Da forma como está redigido o artigo 35.º do nosso Regimento, eu julgo que há fortes perigos de se gerar situações de instabilidade, situações de alguma minorização do papel do Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, seja ele quem for.

Portanto, em conclusão, o Partido Socialista e o Grupo Parlamentar do PS entendem que isto não devia ser assim. Devia-se manter como estava e não sujeitar um cargo desta natureza, com esta competência, com esta dignidade e responsabilidade do nosso sistema político, a esta situação.

Portanto, relativamente a isto, e creio que só apenas isto, vamos votar contra.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa intervenção também será à volta da proposta apresentada para o artigo 35.º, proveniente da Comissão.

Não vamos repetir o seu conteúdo, uma vez que o Sr. Deputado Fernando Menezes já o citou, mas, de qualquer modo, entendemos que esta não é uma matéria, pelo menos na nossa opinião, altamente polémica ou preocupante. E não o é, porque entendemos que nesta Casa haverá o bom senso de não se estar à procura de motivos para apresentar votos de desconfiança ao Presidente e eles só aconteceriam se fosse absolutamente necessário.

Penso que em relação a um articulado destes, há que abstrair a pessoa que exerce as funções do conteúdo do regulamento que estamos a aprovar e é nesse âmbito que vamos fazer as nossas considerações.

Nós, nesta matéria, estamos agarrados ao Regimento anterior, que foi aprovado pela Resolução 7/91/A, de 21 de Agosto, que contém exactamente aquilo que a Comissão propôs.

Em relação a esta matéria, nessa altura também subscrevemos esta propositura e seria caricato se, neste momento, estivéssemos a dizer "o dito pelo não dito" ou então, se apenas em meia dúzia de anos tivéssemos mudado de preocupações, de intenções e da visão que temos do funcionamento do Parlamento, porque pensamos que, no fundo, há aspectos fundamentais para nós e que são conceitos imutáveis.

Há determinados conceitos que defendemos há muitos anos e temos, pelo menos, o propósito de os manter indefinidamente. Este modo como encaramos os cargos, talvez seja uma situação destas, só que acontece que desta vez há aqui papéis que se inverteram, mas isso é outra conversa que os Srs., se quiserem, hão-de explicar e que nós havemos de intervir.

Estou a ver ali o Sr. Deputado Madruga da Costa que neste momento vai aprovar isto, quando todos nós sabemos o que é que ele pensava destas coisas há 5 anos.

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Nessa altura eu estava ali sentado naquela bancada!

**O Orador:** Pois, daí eu estar a dizer que se inverteram as situações, mas isso são outras conversas que depois veremos aonde elas nos levam.

No entanto, o que pensamos é que isto pode ser melhorado em relação há 5 anos, porque a nossa preocupação é constante, ou seja, melhorar. Em relação a todas estas matérias pensamos que ainda é possível melhorar e vamos apresentar, em relação a este artigo, uma proposta para o n.º 3, um 3-A, ou seja, mais um número ao artigo que, na nossa opinião, melhora e que estabelece que a obrigação da votação da moção de censura ao Presidente seja feita por voto secreto.

Para nós isto é fundamental. E nós apresentamos esta proposta, porque o Presidente da Assembleia, tal como os restantes membros, são eleitos por voto secreto.

Em nosso entender, é impensável que a moção de censura possa ser votada por outro voto que não seja exactamente igual àquele pelo qual são eleitas as pessoas detentoras dos cargos.

Quando a proposta fala apenas em moção de censura, facilmente poderá levar-se à conclusão de que, como todas as outras moções, o processo de votação seria uma votação normal. Porém, nós pensamos que esta não é uma moção normal, é uma moção diferente, onde são visados cargos executados por determinadas pessoas, por um lado e, por outro, essas pessoas foram eleitas por voto nominal, embora através de uma lista.

Esse facto leva-nos a acrescentar um n.º 3-A, em que diz que a votação de uma moção de censura ao Presidente é feita por voto secreto. Esta salvaguarda para nós é importante.

Como disse há pouco, nós vamos votar o conteúdo vindo da Comissão.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos apreciando uma proposta do Partido Popular que mais uma vez é coerente, fundamentada e está em sintonia com aquilo que pensamos e com os princípios que acreditamos.

Não tem nada a ver com as pessoas e em relação ao que aqui já foi referido, importa fazer alguns esclarecimentos.



O conceito de estabilidade aqui colocado pelo Sr. Deputado Fernando Menezes, é muito estranho, porque é um conceito que desvaloriza o sentido da eleição, do sentido de voto.

O nosso conceito é um conceito dialéctico e defende que permanentemente deve haver o laço que esteve na origem da eleição. Por outras palavras, nem nos passa pela cabeça, nem seria democraticamente aceitável, que algum dia este Parlamento tivesse como seu Presidente, uma personalidade que não fosse desejável nem correspondesse à vontade do Parlamento. Isso é impensável do nosso ponto de vista e esse mesmo raciocínio que já defendemos aqui há anos atrás repetimos noutra amplitude, ou seja, não acreditamos que haja um ilustre colega deputado eleito Presidente desta Casa que algum dia queira continuar a ser Presidente desta Assembleia sabendo à partida que não tem a confiança da mesma. Isto é impensável.

O que o Partido Socialista está aqui a defender é que alguém que fosse eleito Presidente da Assembleia Regional, no primeiro dia do seu funcionamento podia ser 4 anos menos um dia Presidente desta Casa contra a vontade dos representantes do povo dos Açores. Isto, com o devido respeito, não é estabilidade, isto não é nada.

Aliás, não estranho esse conceito. Isso tem a ver com outros que os Srs. andam a apregoar pela "rua fora" em relação à dependência Governo/Parlamento. Isso eu já não estranho, porque por aquilo que se tem ouvido, no que se refere à relação e à dependência do Governo em relação a esta Casa, fica-se com a ideia de que se hoje estivéssemos a mexer no Estatuto, também hoje se eliminava do Estatuto Político-Administrativo, o conceito de moção de censura e de moção de confiança, porque na vossa óptica um Governo que mereça a confiança, um dia que seja deste Parlamento, tem que governar por 4 anos.

Os Srs. estão a actuar nessa base.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Pelo amor de Deus!

**O Orador:** Demonstrem o contrário!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na nossa perspectiva, a dignificação, a estabilidade, a força com que o Presidente desta Assembleia se apresenta, nas vastas competências que a lei lhe confere, resulta exactamente de que, enquanto alguém for presidente desta Casa, tem a perfeita

consciência de que representa o povo dos Açores e é o primeiro representante das instituições autonómicas da Região Autónoma.

É esse princípio de confiança mútua, é esse princípio dialéctico que enforma a nossa proposta, tanto agora como há anos atrás e, na nossa perspectiva, sempre.

É este o nosso conceito de estabilidade.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes, para uma segunda intervenção.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Eu percebo que o Sr. ande perturbado com o que se está a passar. Já o vi sair e entrar várias vezes.

Porém, gostaria que compreendesse as minhas palavras, como palavras de uma pessoa que está aqui a falar com seriedade e o Sr. está, abusivamente, a extrapolar para questões do Governo e outras coisas.

Eu quero-lhe dizer que é abusivo extrapolar por essas áreas, até porque como o Sr. sabe, eu presidi à Comissão de Revisão de Estatuto, o Sr. conhece o trabalho que foi feito por todos nós e jamais nos passaria pela cabeça, ou passa, retirar aquelas coisas que o Sr. falou, ou seja, moções de censura e outras coisas do género. Essa sua intervenção é infeliz nesse aspecto, porque está a extrapolar para situações que não são para aqui chamadas.

Eu apresentei argumentos relativamente a esta matéria que têm a ver com a importância deste cargo.

Como V. Exa. sabe, pode haver situações de conjuntura complicadas que perturbem, de facto, essa situação. Eu não vou dar exemplos práticos, mas recordo que o Presidente da Assembleia — repito — pode substituir o Ministro da República em determinada situação, pode substituir o Presidente do Governo e pode até estar a substituir o Presidente do Governo e apanhar com uma moção censura.

São questões que, do ponto de vista político, são complicadas e é essa a minha preocupação.

Nós já vimos que o PP é capaz de uma série de coisas e é capaz de apresentar aqui uma moção de censura numa altura em que o Sr. Presidente da Assembleia estivesse,

por exemplo, a substituir o Presidente do Governo ou o Sr. Ministro da República, porque o PP tem coragem para isso e muito mais. É esta a preocupação que eu trago. De qualquer forma, ficaram por responder algumas coisas e uma das coisas que ficou por responder foi por que é que é só o Presidente da Assembleia? Porque não os Vice-Presidentes?

Por que é que o artigo 46.º se manteve como estava e só o artigo 35.º é que foi alterado?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma segunda intervenção.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma intervenção muito curta, porque até mesmo nem fazia sentido.

Parecia-nos que estava tudo bem explicado, não fosse um pequeno atrevimentozinho do Sr. Deputado Fernando Menezes quando aqui insinuou que o PP é capaz disso e de muito mais e de que era capaz de apresentar uma moção de censura.

Essa referência é infeliz da sua parte. Aliás, é **ilógica** e **incoerente**, no mínimo, **atrevida** e ficaria por aqui!

Essa sim, é talvez perturbadora e isso é que revela alguma perturbação.

Aliás, esta Câmara, pela primeira vez, está ouvindo referências de V. Exa. ao PP, que não estava habituada. Pergunto:

Por que é que V. Exa. faz esse tipo de referência agora quando nos habituámos ao Sr. fazer outro tipo de referências ao PP?

Que eu saiba, no PP, nada mudou!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Parecendo não haver mais intervenções e antes de passarmos à votação, gostaria de informar a Câmara que, por razões óbvias como todos o compreenderão, eu vou abster-me na votação deste artigo 35.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

**Deputado Humberto Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretario Regional:

Apenas para um esclarecimento.

Parecia que faria sentido que a proposta que o PCP põe em cima da Mesa, se estendesse ao Voto de Confiança e à Moção de Censura. Seguiríamos o mesmo critério.

Pelas consequências do acto, o voto secreto deveria ser aplicado. Isto por uma questão técnica.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É exactamente nesse sentido, abrangendo tanto um como o outro.

Isto foi feito aqui no meu lugar, mas a minha intenção é abranger os dois aspectos.

**Presidente:** Portanto, entender-se-ia que a redacção passa a ser: "A votação das moções de confiança e de censura ao Presidente serão feitas por voto secreto."

Como estava dizendo, por razões que não necessitam de explicação suplementar, abster-me-ei na votação deste artigo.

Não tem nada a ver com as minhas convicções, tem a ver com uma determinada situação concreta que entendo que fica melhor expressa com essa abstenção.

Portanto, o meu voto será contabilizado como abstenção na votação que se seguirá.

Vamos começar a votação, pelo aditamento apresentado pelo PCP, em relação à natureza secreta das moções de confiança e censura.

Os Srs. Deputados que concordam com o aditamento apresentado ao artigo 35.º pelo Sr. Deputado do PCP, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretários:** A proposta de aditamento ao artigo 35.º apresentada pelo PCP, foi aprovada com 23 votos a favor de PSD, 3 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP, 21 votos contra do PS e registou 1 voto de abstenção do PS.

**Presidente:** Vamos passar à votação dos n.ºs 2, 3, 4 e 6 do artigo 35.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretários:** Os n.ºs 2, 3, 4 e 6 do artigo 35.º foram aprovados com 23 votos a favor de PSD, 3 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP, 21 votos contra do PS e registou 1 voto de abstenção do PS.

**Presidente:** Vamos votar os restantes números do artigo 35.º, ou seja, os n.ºs 1, 5 e 7.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretários:** Os n.ºs 1, 5 e 7 do artigo 35.º, foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar à votação dos restantes artigos do Título II, ou seja, os artigos 32.º a 67.º, excluindo, como é óbvio, o artigo 35.º.

Os Srs. Deputados que concordam com esses artigos, mantenham-se como se encontram.

**Secretários:** Os artigos que constituem o Título II, foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar à discussão do Título IV, trata-se efectivamente de um lapso, é na realidade o Título III, mas isso será tido em conta pela comissão de redacção. No entanto, vamos manter a numeração que está no texto.

O Título IV contem os artigos 68.º a 128.º.

Está aberta a discussão destes artigos que constituem o título IV.

Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

**Deputado Humberto Melo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Apenas para dar uma pequena explicação.

Um das alterações mais importantes neste campo, prende-se com o período de antes da ordem do dia.

Foi introduzida uma nova sistematização, passando a funcionar, em relação aos modos actuais. É incorporado no tempo global, que passa para duas horas e meia, a emissão dos votos e a apresentação de relatórios de deputações ou representações parlamentares.

A declaração que já referimos aqui também na generalidade, é introduzida como uma intervenção prioritária no início das intervenções e também é previsto o mecanismo de que o período de antes da ordem do dia não se prolongue de forma a que não haja a ordem do dia.

Portanto, está previsto no Regimento que todas as vezes que nós reunirmos, entramos na ordem do dia, sem prejuízo do tempo que sobrar para essa entrada na ordem do dia ser contabilizado para a próxima reunião dos respectivos partidos.

Neste capítulo, também se introduz o exercício do direito do deputado usar, uma vez por sessão legislativa, os tais dez minutos e depois temos questões mais de ordem técnica e de adaptação do Estatuto ao nosso Regimento e aperfeiçoamento de natureza de redacção, que melhoram a consulta do documento.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

**Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Humberto Melo, de uma forma quase exaustiva, ressaltou os principais aspectos de alteração.

Penso que terá referido a declaração política e eu apenas acrescentava que o artigo 103-A introduz a forma de declaração de voto escrita, para além de que poderá ser conjugado com um artigo que tem a ver com as votações finais globais. Ou seja, enquanto que a votação final global dos documentos apenas previa, até agora, uma declaração de voto oral por bancada de 3 minutos, passará agora a ser possível, além da declaração oral de 3 minutos, haver — e estou a referir-me ao artigo 155.º — da parte de qualquer deputado, grupo ou representação parlamentar, a apresentação de uma declaração de voto escrita.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

**Deputado Humberto Melo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Apenas para prestar um esclarecimento à Câmara no sentido de que o artigo 140.º não é necessário. Eu pediria que considerassem eliminado, porque o artigo 54.º-A, que acabámos de aprovar há pouco, já resolve a questão desse artigo.

Eu pediria aos Srs. Deputados o favor de tomarem nota deste esclarecimento.

Outra questão que ficou também aqui consagrada no nosso Regimento, são as audições, ou seja, as audições públicas, a audição da Associação de Municípios e também a audição dos conselhos de ilha.

Um outro pormenor, para que também fique registado, prende-se com uma resolução que havia na Assembleia Legislativa Regional que fixava o tempo dos deputados independentes. Essa resolução foi vazada no nosso Regimento. A sua revogação está

no fim, deixando de ter significado. Gostaria que isto também ficasse aqui contemplado.

**Presidente:** Vamos passar à votação do título IV, artigos 68.º a 128.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** O título IV foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar ao título seguinte sobre "Processo Legislativo Comum", que compreende os artigos 129.º a 159.º.

Estão à discussão esses artigos.

*(Pausa)*

Não havendo intervenções, vamos passar à votação do Título V.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** O Título V foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Título VI — compreende os artigos 160.º a 175.º.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

**Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Das alterações introduzidas ao Título VI, salvo melhor opinião, julgo que o mais relevante prende-se precisamente com o Capítulo III, que passa a designar-se "Apreciação das contas regionais e dos relatórios de execução do Plano".

*(Aparte inaudível do Deputado Humberto Melo)*

Não estamos a falar do Título VI?

Há aqui um desfasamento entre um documento e outro, por isso é que deve haver confusão.

**Presidente:** Vamos passar à votação do Título VI.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** O Título VI foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar à discussão na especialidade do Título VII, ou seja, artigos 176.º a 211.º, sobre "Outros processos especiais".

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

**Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Agora sim, parece que entrámos no Título VII.

Dizia eu há pouco que das principais alterações ao Título VII, "Outros processos especiais", no Capítulo III temos a inclusão da apreciação das contas regionais que, de acordo com estas alterações, passam a ser submetidas à apreciação desta Assembleia em conjunto, não só as contas da Região, mas também os relatórios de execução do Plano.

Relativamente a este título, temos as perguntas ao Governo.

Houve um tratamento diferente do capítulo das perguntas ao Governo, passando a estar previstas, no artigo 203.º e seguintes, as perguntas com resposta oral e foi feito um aditamento que consta do artigo 206.º que versa as perguntas com resposta escrita.

É, tanto quanto nos apercebemos, assim, numa análise ligeira, a principal das alterações introduzidas neste capítulo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo.

**Deputado Silva Melo (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão que levanto é meramente de natureza técnica e prende-se com o artigo 206.º-A, n.º 4.

Quando falamos aqui nas respostas, ou seja, se uma pergunta não receber resposta no prazo legal previsto (julgo que já tínhamos falado neste aspecto), esse prazo legal previsto está a fazer referência ao Código do Procedimento Administrativo, o que me parece que, em termos técnicos, não está correcto.

Julgo que seria mais correcto prevermos um prazo certo, porque a resposta política aqui não tem nada a ver com este prazo legal previsto que aqui fazemos referência.

Portanto, submetia à discussão esta questão.



**Presidente:** Está em debate a questão levantada pelo Sr. Deputado Silva Melo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

**Deputado Humberto Melo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não me recordo agora qual o Decreto Legislativo que fixa o prazo para o Governo Regional responder às perguntas dos deputados, mas esse prazo está previsto neste diploma. Julgo que são 60 dias em casos de urgência, mas está fixado num diploma que, se não me engano, é de 91 ou 85. Eu não sei de cor.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** 8/89.

**O Orador:** O 8/89.

Portanto, há um Decreto Legislativo que fixa os prazos para o Governo Regional responder aos requerimentos, às perguntas dos deputados e o envio das informações.

**Presidente:** Suponho que a questão está esclarecida.

Vamos passar à votação do Título VII compreendendo os artigos 176.º a 211.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** O Título VII foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa, para uma...

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Interpelação à Mesa.

A votação não é inclusive do artigo 211.º.

Eu julgo que tem que haver aqui uma referência ao artigo 211.º-A, para não haver qualquer interpretação na votação.

**Presidente:** No texto que tenho aqui refere o artigo 211.º-A

**O Orador:** Há o artigo 211.º e o 211.º-A.

É apenas para isto ficar claro e agora quando o Sr. Presidente a anunciar, anuncie de forma a que não haja qualquer correcção.

**Presidente:** Mas o artigo 211.º-A está no Título VII-A.

**O Orador:** Eu apenas chamei a atenção, porque é o mesmo número, mas tem que ter o A.

**Presidente:** Vamos passar à discussão do título VII-A que inclui o artigos 211.º-A a 221.º F.

Está aberta a discussão.

*(Pausa)*

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** O Título VII-A foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar à discussão e posteriormente à votação do último título, ou seja, do Título VIII que contém as disposições finais e transitórias.

Está aberta a discussão.

*(Pausa)*

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** O Título VIII foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passemos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Resolução que acabou de ser aprovada, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.

**Presidente:** Sendo assim, permitam só acrescentar algo que, com certeza, não esteve ausente do espírito das preocupações de todos nós nesta aprovação. Ou seja, estamos a encerrar um círculo político de grande importância para a Autonomia e para a Assembleia Legislativa Regional nomeadamente, que compreendeu a Revisão do Título VII da Constituição, a Revisão do nosso Estatuto Político-Administrativo e agora a Revisão do Regimento.

Podemos dizer assim que temos a Constituição, o Estatuto e o Regimento que queremos, esperamos é que todos nós punhamos isso ao serviço da Autonomia que todos ambicionamos e da democracia que todos temos em mente.

Com certeza que com estes instrumentos estamos a caminhar nesse sentido.

Os votos vão no sentido de que concretizemos essa caminhada cada vez mais e melhor no dia-a-dia.

*(Aplausos da Câmara)*

Vamos passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, ou seja, à **Proposta de Resolução** sobre o "**Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa Regional dos Açores**".

Está aberta a discussão na especialidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

**Deputado Humberto Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que está presente o relatório da Comissão que trata, perante o orçamento suplementar que aqui temos para apreciação, de aplicar o saldo transitado que tem enquadramento legal.

Na nossa opinião, a repartição das verbas pelas várias rubricas foi feita com bom senso e, na Comissão, a proposta mereceu parecer favorável e unânime.

**Presidente:** Continua aberto o debate sobre esta Proposta de Resolução.

*(Pausa)*

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Resolução que inclui o Orçamento Suplementar para o ano 1998, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Resolução, foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar ao ponto seguinte, ou seja, mais uma **Proposta de Resolução** sobre o "**Orçamento da Assembleia Legislativa Regional para 1999**".

Está aberta a discussão na especialidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

**Deputado Humberto Melo (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que para esta proposta também está presente o relatório da Comissão.

A Proposta que é submetida à apreciação do Plenário mereceu parecer positivo na Comissão.

Realça-se que há uma redução significativa da despesa, o que é de registar, e isso demonstra que a Assembleia tem vindo a progredir na satisfação das suas necessidades, tanto em meios técnicos, equipamentos técnicos como em instalações.

O aumento de 10.8 nas rubricas com pessoal, é um aumento razoável e entende-se para fazer fase aos acréscimos salariais, por um lado e, por outro, ao próprio ritmo do funcionamento da nossa Assembleia.

As reduções que decorrem nas outras rubricas, umas por via da lei, no caso da Caixa Geral de Aposentações, e outras como já referi anteriormente, denotam que a Assembleia tem vindo a dotar-se e que há um esforço de investimento mais moderado a partir de agora.

O Parecer da Comissão foi unânime e julgo que o Plenário também está em condições de se pronunciar.

**Presidente:** Continua aberto o debate sobre esta Proposta de Resolução.

*(Pausa)*

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Resolução sobre o Orçamento da Assembleia Legislativa Regional para o ano de 1999, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Resolução, foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Como ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, temos o **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução**, apresentada pelo Partido Popular, sobre "**Prestação de informação à ALRA sobre a**

**origem e destino dos apoios aos sinistrados do sismo de 9 de Julho providos de instituições e entidades públicas e privadas".**

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Resolução sobre "Prestação de informação à ALRA sobre a origem e destino dos apoios aos sinistrados do sismo de 9 de Julho, providos de instituições e entidades públicas e privadas", baseia-se no facto, como é óbvio, de se tratar de uma matéria cuja apreciação e eventual apreciação por este Parlamento, deve ter lugar neste período legislativo, para permitir que, em tempo útil, os elementos que aqui se requerem e que venham a ser fornecidos regularmente pela Administração Regional, possam ser objecto de uma apreciação atempada por parte do Parlamento e da própria opinião pública.

Daí que, na nossa perspectiva, se justifique, por um lado, a urgência, e por outro, a dispensa de exame em comissão.

**Presidente:** Para intervir no debate tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD, entende que é perfeitamente justificável o Pedido de Urgência apresentado pelo PP e vai votá-lo favoravelmente, na medida em que entendemos que não há razão para ele baixar à Comissão e as razões já foram aqui aduzidas pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Por isso, reafirmamos que vamos votar favoravelmente este Pedido de Urgência e Dispensa e Exame em Comissão.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nós entendemos que, em relação a todos os fundos públicos, deverá haver uma transparência máxima. Os cidadãos devem tomar conhecimento em relação a tudo o que se passa com os apoios aos sinistrados, sua proveniência, etc...

Sendo assim, pensamos que esta matéria não tem motivos para ir à Comissão e vamos votar favoravelmente, porque pensamos que, em relação a esta questão há toda a conveniência em analisarmos.

Não quer dizer que haja desconfiança. O que há, é a necessidade do público, em geral, conhecer o que é que se passa em relação a esta matéria.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS vai votar contra o Pedido de Urgência, porque entende que, primeiro, não é urgente e, segundo, como se verá e como será explicado na discussão do próprio projecto, não tem qualquer justificação.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, apresentado pelo Partido Popular, foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e registou 22 votos contra do PS.

**Presidente:** Não havendo declarações de voto, vamos passar à discussão **Proposta de Resolução**, sobre a "**Prestação de informação à ALRA sobre a origem e destino dos apoios aos sinistrados do sismo de 9 de Julho providos de instituições e entidades públicas e privadas**".

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Na madrugada do passado dia 9 de Julho, um violento sismo atingiu novamente os Açores.

O rápido conhecimento do evento, obtido através dos órgãos de comunicação social, gerou o imediato estabelecimento de uma cadeia de solidariedade.

Algumas instituições e entidades públicas e privadas, disponibilizaram meios de valor significativo e outras promoveram a realização de importantes acções de recolha de fundos e de bens para auxílio aos sinistrados.

Para todos quantos tão generosamente colaboraram, muitos deles com sacrifício, importa conhecer o destino e avaliar os critérios de aplicação das suas contribuições, o que aliás é essencial para também incentivar o espírito de solidariedade que importa manter vivo em situações semelhantes.

No Programa do Governo, proposto pelo executivo e aprovado por esta Assembleia, está expresso que — e cito:

"O Governo Regional garantirá toda a transparência nos processos de decisão que envolvam a Administração Regional, através da sua publicidade e da fiscalização da sua execução."

A alínea a) do artigo 32.º do Estatuto Político-Administrativo, atribui à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, no exercício da função de fiscalização, competência para apreciar os actos do Governo e da Administração Regional.

Naturalmente que o Parlamento não pode fazer essa fiscalização, nem deve, pela via do conhecimento de alguns artificios que se escolheu fazer perante os órgãos de comunicação social.

Na nossa perspectiva, a Assembleia Legislativa Regional deve fixar normas para que o Governo, atempadamente, entregue a este Parlamento informação indispensável para o exercício das nossas funções, no âmbito das nossas competências.

Não significa, e que isto fique claro, que neste momento, com esta iniciativa, introduzimos qualquer suspeita sobre a forma, o encaminhamento e o destino que está, por conseguinte, a ser dado ao produto da solidariedade nacional e internacional. Não é isso que está em causa.

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Era só o que faltava!

**O Orador:** Se o Sr. Presidente acha que há razões para duvidarmos desses elementos para nós avaliarmos, se vale a pena ou não utilizar outro instrumento, na nossa perspectiva, isto visa colmatar uma falha e essa falha prende-se com o facto do Governo Regional não ter, até hoje, entregue nesta Assembleia qualquer informação sobre os montantes entretanto recebidos. Isto ficava-lhe bem.

Aliás, se o Governo no cumprimento dos seus princípios de transparência e de diálogo já tivesse informado os Deputados Regionais do Parlamento dos Açores dos montantes recolhidos junto da emigração, dos montantes recolhidos ao longo dos inúmeros centros de recolha de donativos e não se limitasse a dar algumas informações através dos seus diversos gabinetes de imprensa que falam em milhões de escudos e em centenas de milhares de contos o que, inclusivamente, pode gerar alguma curiosidade junto das populações que eventualmente possam a vir beneficiar desses apoios, compreenderia que era muito melhor para o Governo e facilitava o trabalho do Parlamento.

É nessa perspectiva, superando a falta de iniciativa do Governo, que nós propomos que seja o próprio Parlamento, desde já, a fixar que no prazo de 15 dias o Governo apresente uma listagem do montante e origem dos fundos já arrecadados e de outros meios contabilizáveis provenientes da solidariedade gerada na consequência do sismo de 9 de Julho.

Mais propomos, a listagem do montante e destinos dos fundos e de outros meios contabilizáveis que já foram atribuídos.

Finalmente, propomos que o Governo remeta mensalmente listagens actualizadas com os elementos referidos nas alíneas do n.º 1 da presente resolução.

Se o Parlamento entender que há oportunidade e razão de ser desta Resolução, ficamos com um instrumento que certamente vai gerar mais transparência dos dinheiros que até agora têm sido entregues para este fim, quanto à origem e quanto ao destino.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para intervir no debate tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular apresenta mais uma proposta, aliás, integrada num conjunto de propostas que já apresentou, legitimamente também, embora já tenha retirado uma que era perfeitamente caricata, mas deixou algumas, sendo esta uma delas.

Eu gostaria de frisar que, como se diz aqui neste texto, o Programa do Governo refere o seguinte:



"O Governo Regional garantirá toda a transparência nos processos de decisão que envolva a Administração Regional através da sua publicidade e fiscalização da sua execução."

O Partido Socialista e o Governo que ele suporta, não precisam de ser recomendados por ninguém para fazer aquilo que têm que fazer, ou seja, cumprir o seu programa.

Sendo assim, nós entendemos que o que se está a passar aqui é uma tentativa de marcar agenda política à custa de coisas que são muito complicadas e muito graves.

O Partido Socialista e o Governo podem e devem informar esta Assembleia e todo o povo dos Açores, acerca dos donativos que chegam a esta Região e vai fazê-lo, não tendo qualquer problema nisso. Porém, não precisa de ser recomendado para tal.

Por outro lado, é lamentável que nos considerandos deste documento se diga "o Parlamento não pode fazer essa fiscalização, nem deve, pela via do conhecimento de alguns artifícios que se escolheu fazer perante os órgãos da comunicação social".

Este tipo de provocações merece a nossa total rejeição.

Queria ainda dizer que quando se diz "listagem do montante e origem dos fundos já arrecadados", que há fundos que são anónimos, há donativos que são anónimos e há muitos donativos que são entregues a algumas instituições ou até mesmo a pessoas particulares. Aqui poderiam existir alguns problemas.

Finalmente, diz-se: "remeterá mensalmente listagens actualizadas". Eu devo informar os proponentes deste documento que, em qualquer momento, qualquer um dos Srs. Deputados, no uso do poder que tem de fiscalização, pode pedir ou requerer informação sobre os donativos que eventualmente já entraram no Governo Regional. Estou certo que, para além dessa informação que é absolutamente normal que seja feita sem ser necessário recomendação, se esses donativos forem significativos ou não, todos os donativos entregues ao Governo Regional serão certamente contabilizados em documentos normais que o Governo apresenta a esta Câmara obrigatoriamente.

Portanto, trata-se de mais uma "manobrinha" política, um "truquezinho" político para marcar a agenda, na qual o Grupo Parlamentar do PS não alinha, mas não alinha claramente.

**Deputado Luís Resendes (PS):** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O PSD, por diversas vezes, já teve oportunidade de afirmar que não é este o modelo que entende que deveria ter sido empregue no caso concreto das calamidades. Já teve oportunidade de dizê-lo aquando das calamidades da Ribeira Quente e já tivemos também oportunidade de referir que, no caso concreto do sismo do dia 9 de Julho, deveria ter sido criado um fundo autónomo que permitiria uma maior transparência e, sobretudo, uma maior rapidez nas verbas a despende nos pagamentos a efectuar.

Eu percebo que, em todo este processo que está relacionado com o sismo de 9 de Julho, o Governo teve como grande preocupação não fazer nada que tivesse sido feito por altura do sismo do 1980 e como nessa altura foi constituído um fundo, agora não convinha fazer o mesmo. Julgo que esta foi uma das razões.

O Governo optou por este modelo e é com ele que com certeza vai vigorar, o que não deixa de forma alguma de nós termos o direito e de podermos necessitar dos elementos que acharmos mais convenientes. Concretamente, achamos que os deputados desta Região devem estar devida, mensal e atempadamente informados dos donativos e das aplicações que são feitas em resultado do sismo. Este é um direito que nos assiste e que nada de anormal traz a este mundo.

Aliás, gostaria de dizer que sobre as calamidades de 97, o único elemento novo através do qual vamos tendo informação, é apenas o relatório de execução que, relativamente a 1997, foi entregue em 1998 e no que se refere a 98 tivemos essa informação há menos de um mês.

Isto significa que todo o processo que se está a passar relativamente às calamidades, não tem tido a informação permanente que deveria ter.

Nós achamos — repito — que com a constituição de um fundo, este processo tornar-se-ia mais funcional e haveria maior rapidez e transparência.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, Sr. Presidente, não tem absolutamente quaisquer dúvidas que os dinheiros da solidariedade que são entregues ao Governo, são levados para o orçamento e que não haja desvio desses fundos. O Grupo Parlamentar do PSD não tem dúvidas sobre essa matéria.

No entanto, gostaria de colocar aqui uma questão que é levantada por algumas pessoas responsáveis por instituições. Inclusivamente, há cerca de 3 ou 4 semanas, tive oportunidade de ter uma conversa com um emigrante da Costa Leste dos Estados Unidos que se encontrava aqui de férias e lá, tal como em muitos outros sítios, estavam a angariar fundos para a reconstrução.

Uma das questões que não lhe agradava muito e que mostrava alguma apreensão, era o facto do dinheiro que iria ser entregue ao Governo entrar para o orçamento e ficavam sem saber exactamente onde é que ele iria ser aplicado.

Não quer dizer que não seja aplicado nas obras de reconstrução, mas gostariam de saber se foi aplicado na recuperação de casas na freguesia A, ou para a recuperação de determinado imóvel. Ele até mesmo dizia-me "Nós gostaríamos, eu e os outros nossos conterrâneos emigrantes, de saber onde é que foi aplicado os nossos fundos para mais tarde, daqui a uns anos, os nossos filhos quando visitarem esta ilha reconhecerem que isto foi recuperado com a ajuda dos pais ou dos familiares".

Quero deixar-lhe apenas esta nota como um exemplo de como algumas instituições gostariam de ver aplicado o seu donativo, porque, como é evidente, o dinheiro vai ser aplicado na recuperação, mas como vai para o orçamento comum, como o dinheiro é todo igual, não havendo uma aplicação directa, ele tanto pode ir para as estradas, como para as pontes ou para a habitação.

Apenas venho aqui deixar este pequeno exemplo de que se houvesse um fundo específico e se houvesse uma aplicação mais directa, esta situação até podia ser resolvida. É um mero exemplo que trago aqui à colacção e para dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vai votar favoravelmente esta Proposta de Resolução que, para além de tudo o mais, permite com permanência e com frequência, que os deputados desta Casa fiquem devidamente informados de todo esse espírito de solidariedade que se gerou por parte dos açorianos residentes nos Açores e nas várias partes do mundo e igualmente saber também a par e passo a forma como está sendo aplicada a verba.

**Presidente:** Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez o Sr. Deputado Fernando Menezes, perturbado, vai ficar mal no retrato numa matéria que lhe diz particularmente respeito.

Mais uma vez o Sr. Deputado Fernando Menezes, numa matéria em que toda a gente esperaria que ele estivesse do lado do bom senso, por uma questão subjectiva, incompreensivelmente e por ciúmes do Partido Popular, vai tomar uma decisão que depois não vai ter facilidade em explicar às pessoas, mas o problema é seu.

O que lhe posso garantir é que a agenda do Partido Popular é efectivamente marcada pelo próprio partido, pelo trabalho, pelas ideias e pelo esforço desenvolvido pelo seu Grupo Parlamentar, que é modesto e pequeno, mas é e tenta ser o mais activo possível e o mais cooperante no processo parlamentar.

A prova disso está no que já foi dito sobre a matéria e, inclusivamente, no reconhecimento que V. Exa. fez à mesma.

No fundo, V. Exa. reconhece a razão de ser disto. A grande diferença é que nós estamos aqui a defender os interesses gerais da Região e o Sr. está "amarrado" ao suporte, muitas vezes inconsequente, de uma actuação, muitas vezes por omissão, do Governo Regional. É a grande diferença.

A grande diferença é que nós estamos aqui para garantir o objectivo, as competências e o funcionamento desta Assembleia e o Sr. está aqui a obstruir o bom funcionamento desta Casa.

O Sr. diz que acredita que este Governo algum dia lhe vai enviar os elementos.

O Sr. lembra-se de ter recebido os elementos respeitantes a essa matéria relacionados com a Ribeira Quente?

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** O Sr. é que não se lembra.

**O Orador:** Nós não nos lembramos!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O que aqui foi referido e muito bem desenvolvido pelo Sr. Deputado Eugénio Leal, tocou num ponto fundamental que envolve a diáspora e os nossos emigrantes, porque os da casa sempre vão assistindo às conferências de imprensa no Palácio de Santana e

sempre vão apanhando um milhão daqui outro de acolá, mas aqueles que não têm acesso a essas conferências, são os que mais anseiam para ter acesso ao tal relatório, às contas, às origens.

Para terminar, alegar como alega o Sr. Deputado Fernando Menezes sem nenhuma consistência e — permitam-me o termo — de forma politicamente ridícula que é preciso acautelar os donativos anónimos... Santo Deus! Será que o Sr. imaginou que o PP queria a lista nominal por residência, números de telefone e número de elementos dos agregados familiares, das pessoas que contribuíram para essa situação?!

É aqui que eu digo que sejamos politicamente sérios, sejamos objectivos.

O que está aqui em causa é tão simples como isto: passaram-se dois meses e meio e nos Açores ninguém sabe, objectivamente, o que é que já se recebeu e onde é que já se aplicou os dinheiros provenientes das entidades particulares. Logo, é indispensável que esta Assembleia, se assim o entender, resolva fixar regras para que o Governo cumpra com a sua obrigação.

Posso garantir que se o Governo tivesse tido essa boa iniciativa, tinha-lhe ficado bem e, hoje, nós não estávamos a ter esta iniciativa.

O mérito das nossas iniciativas, e isso eu reconheço Sr. Deputado, resulta muito do mérito do Governo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, para dizer claramente que o mérito das iniciativas do PP não resulta da falta de mérito do Governo. Vemos até que a falta de mérito de algumas iniciativas do PP resultam do mérito que o Governo tem e não estamos muito longe disso.

Não me vou pronunciar, como é óbvio, sobre as observações de carácter pessoal que o Sr. Deputado do Partido Popular fez, em relação ao Sr. Deputado Fernando Menezes.

No entanto, devo dizer que, nesta matéria, esta Proposta de Resolução tem, em primeiro lugar, um vício de forma que pode vir a prejudicar a praxe, em relação ao conteúdo de outras propostas de resolução, desviando-se da dignidade própria da

generalidade de uma iniciativa deste tipo que, perante a Assembleia, se costumava ter.

Em segundo lugar, é supostamente inquisitorial ter que apresentar isto no prazo de 15 dias. Percebe-se o que é que se quer com esta proposta e, aliás, percebe-se também por que é que foi apresentada pelo PP e não por outro qualquer partido, ou seja, pela necessidade de estar associado a uma circunstância onde o seu peso, no entender do próprio PP, ainda não foi o suficiente.

O que devo dizer só para esclarecer, porque me parece importante, é que nós fazemos publicidade dos vários donativos que nos são entregues por instituições de diverso tipo, porque reconhecemos que, da nossa parte, é um dever publicitar actos de solidariedade, nomeadamente de empresas e de instituições que têm finalidades lucrativas e que fazem doações para efeitos solidários. Nós achamos que é nossa obrigação estimular empresas e instituições desse tipo, que têm contribuições dessa natureza, dando-lhes a devida publicidade.

O que nós temos feito no passado em relação a essas instituições, para além de agradecer, é indicar qual o destino que foi dado ao dinheiro que elas nos deram. No caso da Ribeira Quente, eu até tive a oportunidade de despachar uma resposta a um requerimento de um Sr. Deputado com a descrição dos incentivos dados e dos donativos recebidos e, no caso desta freguesia, até foram poucos, porque na sua maioria foram dirigidos a instituições particulares de solidariedade social e ao centro paroquial local.

A nossa postura neste caso como em qualquer outro, é de transparência e de publicidade a esses factos. Não fazemos de 30 em 30 ou de 15 em 15 dias sob um calendário inquisitorial e não vejo que isso deva ser feito dessa forma.

Neste momento, nós temos algumas contribuições que são canalizadas para uma conta especial no âmbito da Direcção Regional do Tesouro, outras contribuições são dadas ao Instituto de Acção Social, outras ao Serviço Regional de Protecção Civil e até mesmo perguntam-nos para onde devem ser canalizadas. Canalizamo-las todas para essa conta especial da Direcção Regional do Tesouro e existe uma série de campanha de fundos que está a ser feita, designadamente na emigração, cujo

montante final não conhecemos, ainda não nos chegou ou até mesmo pode ter chegado, mas foi dirigido a Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Eu, em especial, conheço pelo menos uma Instituição Particular de Solidariedade Social que já recebeu um montante que julgo que anda à volta dos 15 mil contos e que tenciona transferi-lo ou para Instituições Particulares de Solidariedade Social no Faial que estejam associadas aos sinistrados, ou, no caso de não conseguir isso, colocar na conta da Direcção Regional do Tesouro.

O que é que nós vamos fazer?

Nós — e julgo que isto é indispensável — na nossa proposta de Plano e Orçamento, vamos ter uma dotação com vista à despesa do novo projecto do sismo. Essa despesa vai ter naturalmente uma receita correspondente que vai ser identificada, quer naquela que tem origem no empréstimo que, como sabem, conseguimos para fins habitacionais, quer no montante que à data da apreciação ou da apresentação dos documentos estiver as contribuições que entretanto tivermos recebido. Publicaremos em anexo, numa informação ao Plano e Orçamento, a listagem dessas contribuições.

Não pretendemos individualizar as contribuições que vêm do exterior, não colocaremos placas em portas a dizer que esta casa foi-nos oferecida por A, B ou C, mas garantiremos que no montante da despesa será incluído o montante daquelas contribuições que algumas delas já se podem considerar tecnicamente diluídas naquilo que já se gastou.

Eu penso que quando nos deram essas contribuições, elas teriam como fim, serem empregues na reconstrução, no reequipamento doméstico, nas acções de socorro, nas acções de emergência. Portanto, elas são canalizáveis para todos esses fins.

Quero deixar claro que da nossa parte há todo o interesse em fazer essa divulgação, como é evidente, tornando-a transparente e clara, fazendo da melhor forma em documento apropriado, ou seja, o Plano no capítulo que se refere à construção.

Porém, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, não posso deixar de subscrever as palavras do Sr. Deputado Fernando Menezes no que concerne ao tom e aos objectivos de uma proposta de resolução deste tipo. Esta Proposta de Resolução era facilmente substituída por uma conversa amena e séria, aqui, perante todos na Assembleia Legislativa Regional, indicando-se quais os montantes que até agora nos enviaram,

como é que se vai fazer a sua publicidade e todos nós nesse ambiente, se quiséssemos tratar com seriedade esta questão, teríamos ficado esclarecidos, esclarecendo-nos mutuamente.

Se V. Exa. acha que o Sr. Deputado Fernando Menezes vai ficar mal no retrato, também ficou muito evidente que o Sr. também está aqui para sair bem na fotografia.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, nós não temos dúvidas nenhuma em relação ao aproveitamento, à boa utilização dos fundos provenientes da solidariedade para com as vítimas do sismo de 9 de Julho.

Em segundo lugar, pensamos que é de toda a conveniência haver, de um modo geral, a noção de como é que se processou toda essa solidariedade e como se está a processar toda esta situação que tem a ver com o sismo.

É neste entendimento que nós vamos votar favoravelmente esta Proposta de Resolução.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Presidente do Governo já esclareceu praticamente tudo em relação a esta matéria. Todavia ficaram no ar duas considerações de natureza pessoal, proferidas pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, que eu não queria deixar passar.

A primeira, prende-se com o termo "amarrado". Eu devo dizer ao Sr. Deputado que não se deve preocupar com isso, porque eu não estou amarrado a ninguém, nem a Governo nem a coisíssima nenhuma. Portanto, não se preocupe com isso e já não é a primeira vez que o Sr. Deputado refere isso neste Parlamento e creio que é perfeitamente despiciendo continuar nessa linha.

Em segundo lugar, o Sr. Deputado diz que eu devia estar do lado do bom senso. Eu quero dizer, com toda a sinceridade, que eu estou do lado do bom senso, mas sobretudo estou ao lado das pessoas. Estive ao lado das pessoas no primeiro dia e



estou e estarei ao lado das pessoas sinistradas. Essa conversa de estar ao lado do bom senso não me preocupa rigorosamente nada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal para uma segunda intervenção.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uns breves esclarecimentos sobre a posição do Grupo Parlamentar do PSD que, como já disse, vai votar favoravelmente esta Proposta de Resolução.

Em primeiro lugar, eu julgo que não deve haver grandes dramatismos sobre esta Proposta de Resolução, porquanto ela resulta de um direito que assiste ao Parlamento, ou seja, se o Parlamento entende que há necessidade de fiscalizar a acção governativa nesta matéria — é um direito próprio que tem — não há necessidade de haver dramatismo sobre a mesma.

Gostaria também que ficasse aqui claro que, o facto de nós votarmos favoravelmente, não quer de forma alguma dizer que isto é uma atitude inquisitória, prende-se apenas com o facto de dispormos de maior informação, de todos os deputados desta Casa disporem dessa informação e não só aqueles que fazem requerimentos ou que têm mais facilidade de acesso.

Com a aprovação desta Proposta de Resolução, todos os deputados, em igualdades de circunstâncias, terão direito a essa informação.

Finalmente, gostaria também de afirmar, que o Grupo Parlamentar do PSD continuará a apresentar as iniciativas legislativas que bem entender e que sempre o fez e sempre o fará não para medir ou para avaliar o peso político. O Grupo Parlamentar do PSD sabe claramente qual o peso político que tem e não necessita de fazer iniciativas legislativas sobre essa matéria, para demonstrar claramente essa situação.

Não sabemos se os outros partidos têm por hábito fazer isso, mas a verdade é que, da nossa parte, as iniciativas legislativas que tomamos são iniciativas conscientes e que entendemos que devem ser tomadas para bem da população dos Açores.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação da Proposta de Resolução do PP sobre a "Prestação de informação à ALRA sobre a origem e destino dos apoios aos sinistrados do sismo de 9 de Julho...".

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Resolução, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Resolução apresentada pelo PP, foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do PP, 1 voto a favor do PCP e 23 votos contra do PS.

**Presidente:** Vamos passar ao ponto seguinte, ou seja, ao **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução sobre "Aumento da frequência das ligações da SATA ao Grupo Ocidental"**, apresentado também pelo PP.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Pela nossa parte vamos votar contra o conteúdo e a urgência desta Proposta de Resolução, na medida em que consideramos que o compromisso já assumido pelo Sr. Presidente do Governo Regional, em audiência que tivemos com ele e como consequência de um diálogo já há muito tempo encetado em relação aos voos ao fim-de-semana para as Flores e às ligações da SATA com aquela ilha, resolveram a situação que se apresenta neste Pedido de Urgência e nesta Proposta de Resolução.

Por isso, pensamos que é absolutamente desnecessário qualquer resolução na matéria, porque confiamos na palavra do Sr. Presidente do Governo.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

V. Exa. confia na palavra do Sr. Presidente do Governo. O PP já não pode dizer o mesmo.

Portanto, nessa perspectiva, não podemos deixar de considerar como urgente e como desnecessário baixar à Comissão esta Proposta de Resolução sobre o aumento de frequências das ligações da SATA ao Grupo Ocidental, porque o que há segundos foi aqui referido, é que existe um compromisso entre o Sr. Presidente do Governo e o

PCP o qual nós desconhecemos. Não sabemos em que circunstâncias, em que ambientes, com que contrapartidas é que essas coisas ocorreram.

Nós estamos aqui institucionalmente a apresentar uma Proposta de Resolução, como veremos a seguir, oportuna, tal como a anterior, que resulta de uma lacuna e de uma falta de cumprimento por parte do Governo, ao longo de 2 anos. Parece que este período é o suficiente para ser aqui analisado.

Esta nossa iniciativa deu entrada na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, no dia 16 de Setembro, muito antes desses eventuais compromissos entre o Presidente do Governo e o PCP e, por conseguinte, parece-nos que ela tem plena actualidade e é urgente.

Nessa medida entendemos que deve ser objecto de votação por parte desta Assembleia.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

**Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Primeira questão:

O Governo Regional dos Açores e o Presidente do Governo Regional dos Açores, merecem toda a confiança e eu não posso deixar de registar a deselegância do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro há momentos atrás.

Segunda questão:

O Governo Regional não o faz, nem deveria e se calhar nem podia fazer, o cumprimento do seu programa ao sabor dos desejos e das vontades do PP. Portanto, tem o seu ritmo próprio, tem um programa para cumprir, está a cumprir o seu programa e nós temos informação e confiamos nessa informação, porque confiamos no Presidente do Governo, de que as medidas aqui propostas nesta resolução já estão a ser implementadas, daí que não há urgência nenhuma em aprovar uma coisa que já está a ser resolvida.

Chegou tarde.

Paciência!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Primeiro aspecto:

Não foi em 16 de Setembro que nós começámos a preocupar-nos com esta matéria, nem foi a semana passada ou há duas semanas que começámos a conversar com os Presidentes do Governo Regional sobre a mesma.

O primeiro Presidente do Governo Regional com quem eu conversei sobre este assunto, foi com o Sr. Alberto Romão Madruga da Costa, no Hotel Ocidental, na Ilha das Flores, há 3 anos, conjuntamente com o seu Secretário na altura responsável pela matéria, o Sr. Jaime Medeiros.

Nessa altura, também tivemos uma reunião com ele em relação a esta matéria, ou seja, em relação à possibilidade de haver voo ao Sábado e houve durante o Verão, mas lamentavelmente, e eu disse-o naquela tribuna, não foi possível termos voos durante o Inverno.

O ano passado, voltámos a falar sobre a matéria com o Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Carlos César, e voltámos a insistir em relação aos voos ao fim-de-semana. Desta vez, começámos muito cedo a alertar para o facto do voo terminar e o Sr. Presidente do Governo Regional, neste momento, assumiu connosco o compromisso de fazer os possíveis para o voo se realizar, da mesma maneira como há 3 anos, o então Presidente do Governo Regional assumiu o compromisso de durante a época de Verão lá ir o voo. Ele foi, mas foi só durante o Verão e não é isso que nós queremos e por isso vamos continuar a nos bater para que os voos para as Flores, durante o fim-de-semana, sejam durante todo o ano.

Neste momento, porque estamos entre pessoas de bem, entre pessoas que têm confiado nas palavras umas das outras, acreditamos e confiamos que efectivamente teremos voo ao Sábado para a Ilha das Flores o que nos satisfaz, porque isto será um passo fundamental para o que pretendemos, mas pretendemos mais do que isso, e digo-o com toda a clareza.

Nós consideramos que, neste momento, foi satisfeita para a Ilha das Flores e para a sua população, uma aspiração de há muito tempo, assim como para a população da Ilha do Corvo.

Para nós o que nos interessa é a satisfação daquilo que deseja, com justiça, a população da nossa ilha.

Se isto for conseguido, pensamos que é importante, mas nós, como sempre, damos importância ao diálogo institucional que tem que haver, ao diálogo que felizmente continua a haver e que se tem aprofundado entre mim, como deputado eleito pelo povo da Ilha das Flores, e o Governo Regional.

Quero realçar que será através desse diálogo que atingiremos um meio fundamental para chegarmos a consequências positivas. Não quero com isto dizer que quando falha o diálogo não possamos ir a todos os outros processos possíveis e imaginários.

Desta vez o diálogo não falhou. Desta vez consideramos que ele foi proveitoso, foi profícuo e estamos a acreditar, e acreditamos firmemente, que ele vai ter resultados, por isso mesmo, não há qualquer razão para aparecer esta Proposta de Resolução.

Esta Proposta de Resolução, em nosso entender, é inútil, poderá contribuir para alguma satisfação pessoal do CDS/PP, mas lamentavelmente, em termos práticos, para a população das nossas ilhas, não tem qualquer efeito, porque o problema está resolvido.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** *Muito bem!*

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, apresentada pelo PP, foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do PP e registou 23 votos contra do PS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Vamos passar à discussão da própria Proposta de Resolução.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

**Deputado João Greves (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O que move o Partido Popular a apresentar esta Resolução, é que já se passaram dois anos de Governo, e uma das propostas apresentadas pelo PP, como condição para a

viabilização do Programa do Governo, era o aumento de voos para o Corvo e para as Flores. Decorrido já esse tempo, nada disto se concretizou até hoje.

Faltas como esta, de cumprimento do Programa de Governo e de execução dos planos anuais, desacreditam as instituições de governo próprio da Região e comprovam mesmo que não adianta falar tanto da abertura para o diálogo, se na realidade nem existe sequer vontade de cumprir com aquilo que foi proposto e aprovado.

Está na hora do Governo deixar de fazer tanta publicidade e executar aquilo que é necessário e foi aprovado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É necessário lembrar que no Programa do Governo proposto pelo Executivo e aprovado por esta Assembleia, no capítulo da Política de Transportes e Comunicações, consta a medida: **"Estimular a racionalização e a reestruturação da SATA e reforçar a sua acção potenciadora do desenvolvimento regional, nomeadamente aumentando a frequência das ligações ao Grupo Ocidental"**.

É indiscutível que o transporte aéreo é um instrumento imprescindível de uma política social equilibrada.

Todos sabemos que, no Grupo Ocidental dos Açores, não existe qualquer alternativa ao transporte aéreo de passageiros.

No Plano para 1998, proposto pelo Executivo e aprovado por este Parlamento, o Programa 15.3 está dotado com a verba de 700.000 contos destinada à **"cobertura dos custos derivados das Obrigações de Serviço Público impostas à SATA Air Açores, EP"**, como aliás já acontecera no Plano para 1997, em idêntico Programa, só que então com a verba de 600.000 contos.

O Grupo Parlamentar do Partido Popular considera que o transporte aéreo, principalmente no Grupo Ocidental, não pode deixar de ser considerado como Obrigação de Serviço Público.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nos horários da SATA, relativos aos últimos anos, a Ilha das Flores nunca foi contemplada com qualquer ligação ao fim-de-semana, com excepção e apenas, nos últimos anos, de alguns meses no decurso do Verão.

Infelizmente, também nos horários da SATA, respeitantes aos últimos anos, a Ilha do Corvo apenas dispôs de duas ligações semanais, com excepção apenas de um curto período de Verão.

A propósito de uma minha intervenção, nesta Assembleia, o Sr. Presidente do Governo considerou-se publicamente disponível para que o tema dos transportes aéreos fosse objecto de debate.

A iniciativa do Grupo Parlamentar do CDS/PP que agora estamos a debater, visa assim que se recomende ao Governo Regional que se estabeleça com a SATA Air Açores-E.P., a inclusão imediata nos seus horários do aumento para três do número de ligações semanais para a Ilha do Corvo, tendo em boa conta a sua conveniente distribuição pelos dias da semana e ainda a realização de um voo semanal, em cada fim-de-semana, para a Ilha das Flores.

A ser aprovada esta resolução, de acordo com aquilo que propomos, ficaria o Governo Regional obrigado a cumprir, conforme é seu dever, com aquilo que consta do próprio Programa do Governo, tanto mais que os Planos aprovados por esta Assembleia, nomeadamente o Plano para 1998, contém Programa adequado para que se possa dar resposta às justas pretensões e legítimas expectativas dos corvinos e dos florentinos, permitindo também que, no futuro, possam ir àquelas lindas ilhas quantos o desejarem, não apenas no Verão, como também no Inverno.

Sr. Presidente, permita-me só um aparte:

O PP é capaz de tudo, mas de tudo mesmo, para conseguir o que é justo para o melhor desta Região.

**Vozes da bancada do PP:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

**Deputado José Manuel Nunes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

De facto, a ligação ao fim-de-semana é uma das velhas aspirações dos florentinos e dos corvinos.

Já várias vezes trouxemos este assunto a esta Casa e parece que finalmente o caso agora vai ficar resolvido.

Por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vai votar favoravelmente esta Proposta de Resolução.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

**Deputado Herberto Rosa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Um "lapsus linguae" é traiçoeiro e puxou para a verdade. Tudo bem, Sr. Deputado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Governo está obrigado, pelo seu programa que foi apresentado, votado e aprovado nesta Assembleia, a cumprir um conjunto de decisões, nomeadamente o aumento da frequência das ligações aéreas com o Grupo Ocidental.

Primeira questão:

Se o Governo está obrigado pelo seu programa a fazer isso, o que é que esta resolução "aquece" ou "arrefece" relativamente a esta matéria?!

**Deputado Mark Marques (PSD):** Uma Resolução não é coisa de se aquecer ou arrefecer!

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Ah! As resoluções agora dependem da temperatura!

**O Orador:** Tenham calma Srs. Deputados, porque já lá vamos!

Segunda questão:

O Governo cumpre o seu programa que está escalonado para 4 anos de acordo com as disponibilidades financeiras, de acordo com os timings que tem e que pode implementar.

Como se sabe, a SATA tem vindo a passar por um processo que tem alguns melindres e como já aqui dissemos nesta Casa, as coisas, para não darmos trambolhões, devem ser feitas passo a passo com passos seguros, porque "quem dá o salto maior que as pernas às vezes espalha-se".

Isto tudo para dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, que o Governo, em matéria de transportes aéreos para o Grupo Ocidental, ao longo destes dois anos, tem vindo a cumprir o seu programa.



Em 96, houve apenas uma experiência insipiente de um mês apenas com um Dornier para as Flores. Como devem recordar-se, 96 foi o ano das eleições.

Em 97, o Governo Regional alterou a programação da SATA para as Flores, depois de debater esse assunto numa reunião, que foi até de madrugada, com os Deputados das Flores e do Corvo.

Nessa altura, compreendeu a argumentação de que o Dornier nos meses de época alta, iria ter problemas por causa das bagagens. Em 97, pela primeira vez, tivemos a operar durante dois meses, Julho e Agosto, o ATP, e o Dornier no mês de Junho, aliás, uma experiência de época média que poderá ter influenciado a decisão que o Sr. Presidente nos comunicou recentemente.

A proposta do PP diz — e deixem que faça algum humor — que "nunca houve qualquer ligação ao fim-de-semana, com excepção e apenas nalguns anos e alguns meses no decurso do Verão".

Srs. Deputados:

Quantos meses tem o Verão?

Que eu saiba, este ano o ATP operou nas Flores nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro. Portanto, não foi alguns meses no Verão, foi durante o período do Verão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sabemos que o programa tem vindo a ser cumprido naquilo que acontece hoje em termos de ligações aéreas para as Flores e não me reporto apenas ao fim-de-semana, reporto-me também às ligações directas Ponta Delgada/Flores à Segunda e Sexta-Feiras, no período de Verão, e ao aumento das frequências. Aqui, nesta Casa, já foi mencionado um documento que referia que, no ano de 1997, foram colocados à disposição dos florentinos mais 50 voos no horário de Verão.

Nesta linha de pensamento e nesta linha de actuação, o Governo Regional decidiu diligenciar, instruir — não sei exactamente qual o termo — providenciar junto da SATA para que ela, no mais curto espaço de tempo, e isto tem a ver agora com o período de transição e de horários de Verão/horários de Inverno, colocasse nos seus horários uma ligação aérea ao fim-de-semana, nomeadamente ao Sábado, para as Ilhas das Flores e do Corvo.

Trata-se, aqui sim, de cumprir o programa, melhorar as acessibilidades às Flores e, como também já tive oportunidade de dizer naquela tribuna, de dar resposta aos legítimos anseios dos florentinos.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para referir que se há alguém interessado em cumprir o Programa do Governo, em primeiro lugar está o Presidente do Governo, em segundo lugar, os membros do Governo e em terceiro o partido que apoia o Governo.

Se há alguém que se lembra no dia-a-dia do que é que está cumprido e do que é que está por cumprir, em primeiro lugar está o Presidente do Governo, em segundo lugar os membros do Governo e em terceiro o partido que apoia o Governo.

Se há alguém nesta Casa que nunca votou contra qualquer aspecto do cumprimento do Programa do Governo, esse alguém é o partido que suporta o Governo.

Este Governo tem dois anos e tem um programa de 4 anos.

Em dois anos já cumpriu, seguramente, mais do que metade do seu programa de Governo e também já o cumpriu no que diz respeito ao aumento da ligação aérea, quer em termos de frequência, quer em número de passageiros transportados para o Grupo Ocidental. Esse era o princípio genérico estabelecido no nosso Programa.

Mas já fomos além. Não é por causa desta Proposta de Resolução que vamos para onde já fomos.

Os Srs. chegaram tarde, mas têm mérito. Porém, teriam mais mérito se, pura e simplesmente, dissessem nesta Assembleia que se o assunto já está resolvido, ainda bem, porque nós também tínhamos essa opinião, portanto não vale a pena dizermos para resolverem aquilo que já está resolvido.

É essa postura do PP que está em causa na apreciação desta proposta.

Foi feito um trabalho por parte do Governo e por parte da administração da SATA, na sequência das diligências que foram empreendidas pelos Srs. Deputados eleitos pelas Flores, Paulo Valadão e Herberto Rosa.

O Governo comprometeu-se a estudar o assunto e também a procurar a definição do respectivo impacto financeiro.

Ontem ou anteontem, quando tive oportunidade de receber o Sr. Paulo Valadão do PCP e o Sr. Deputado Herberto Rosa do PS, comuniquei-lhes que o Governo, em contacto com a administração da SATA, tinha já contratualizado e definido os moldes em que essa reivindicação que nos tinha sido exposta, seria executada. Assim, vai passar a existir uma rotação suplementar da SATA, aos Sábados, nas Ilhas das Flores e do Corvo, cujos custos operacionais variáveis se estima em 22.204 contos e os custos operacionais fixos serão da ordem dos 40.644 contos, tendo um valor adicional para a tripulação na ordem dos 20 mil contos e ainda são necessários mais 16 mil contos para reforço do pessoal de terra.

A operação que vamos passar a fazer ao Sábado para as Flores e para o Corvo, tem um custo estimado e calculado pela Transportadora Aérea Regional no valor de 98 mil 840 contos/ano. Essa decisão já foi tomada e foi comunicada aos Srs. Deputados que requereram essa informação e que insistiram na resolução desse problema, representando naturalmente o povo das Flores e todos os outros, porque acredito que, quer o PSD que elegeu um deputado, quer o PP que deixou de ter deputados pelas Flores, também sentem com gosto este reforço e esta aproximação das Ilhas do Grupo Ocidental às restantes ilhas, reforçando este trabalho que nós estamos procurando fazer no dia-a-dia, ano a ano, mês a mês, de aproximar cada vez mais as nossas ilhas, quer pela via do transporte aéreo, quer pela via do transporte marítimo de mercadorias, ou pela via do transporte marítimo de passageiros, unindo todos cada vez mais.

É um esforço sério que fazemos ao ritmo que achamos que podemos, com um empenhamento sempre grande, sempre crescente, mas naturalmente que quando decidirmos num dia, os Srs. acharão que devíamos ter decidido sempre no dia anterior e quando decidirmos na base de um determinado compromisso financeiro, os Srs. pensarão sempre que deveríamos ter um compromisso financeiro mais elevado.

Porém, da nossa parte o que fazemos é cumprir com o ritmo que achamos possível, com todas as nossas forças, o Programa do Governo Regional, prezando sempre, em primeiro lugar, uma atitude de diálogo, aberto, participado, recolhendo sugestões e achando útil todas as pressões que, por via legítima e com seriedade, se fazem sobre o Governo.

É bom que existam pressões sobre o Governo, porque elas também nos levam a governar melhor e, governar cada vez melhor, é a razão pela qual permanecemos aqui, primeiro por via da vontade popular e, segundo, porque desejamos cumprir os nossos compromissos para com os eleitores que nos deram essa confiança em 1996.

*(Aplausos das bancadas do PS, do PCP e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em nosso entender, a acção política visa a resolução dos problemas das populações. Nós, se aqui estamos, é no sentido de darmos o nosso contributo, na medida das nossas possibilidades, para a resolução daqueles que consideramos ser os problemas daqueles que vivem nesta Região, trabalham e sofrem, no fundo, com muitas situações de injustiça de condições de vida que todos nós conhecemos, mas esta não é a altura de podermos fazer a análise destas situações, porque estamos a analisar uma proposta de resolução.

No entanto, isto tem a ver com esta Proposta e se há pouco o Sr. Presidente do Governo se tivesse levantado e tivesse dito que continuam a estudar esta matéria ou então que 100 mil contos é muito dinheiro para despender já, nós seríamos os primeiros a dizer que tínhamos que pressionar mais para vermos esta situação resolvida. Porém, a atitude do Sr. Presidente do Governo é completamente diferente e oposta.

O Sr. Presidente do Governo referiu que, apesar dos 100 mil contos, vão avançar com um voo ao Sábado, como pretende a Proposta de Resolução apresentada pelo PP.

Portanto, em nosso entender, este problema está mais que ultrapassado, ele está resolvido.

A partir do momento que este problema está resolvido, nós, da nossa parte, não vemos qualquer razão para estarmos a discutir esta resolução.

Por isso, da nossa parte, esta resolução já "morreu".

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

**Deputado José Manuel Nunes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu confio plenamente que o Sr. Presidente do Governo vai cumprir com aquilo que disse aqui.

No entanto, as propostas de resolução são um mecanismo legal que a Assembleia Regional tem para chamar a atenção do Governo.

Sr. Deputado Herberto Rosa:

Acho que foi muito deselegante, tanto da sua parte, como do Sr. Deputado Paulo Valadão, terem reunido com o Sr. Presidente do Governo para tratar de uma matéria que já há dois anos tínhamos tratado em conjunto, ou seja, com todos os deputados do Grupo Ocidental, e quando os Srs. tomaram conhecimento desta Proposta de Resolução, apressadamente resolveram ir ter com o Sr. Presidente do Governo para resolverem a situação.

Muito obrigado.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José Manuel Nunes, de uma forma simples, julgo que traduziu perante esta Câmara o estilo do diálogo que este Governo pratica.

**Deputado João Cunha (PSD):** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Isto é só jogadas, Sr. Presidente!

Nisso o Sr. é perito. Aliás, é mais perito do que eu e de longe.

*(Risos da bancada do PSD)*

Isto é só jogada política e muito baixinha, Sr. Presidente!

Ela está aos olhos de todos.

Relativamente a alguns atrevimentos políticos, eles são politicamente saudáveis no Parlamento e eu aprecio a habilidade de V. Exa. e ainda vou ver se me lembro de um aqui.

Relativamente às questões do Programa do Governo, o Sr. Presidente está muito empenhado, tal como o Partido Socialista, em resolver os problemas das Flores, mas o PP também está, apesar de não ter nenhum deputado eleito pela Ilha das Flores. Eu estou de acordo.

Na mesma leitura, também acredito que V. Exa. também esteja interessado em resolver os problemas do Corvo, apesar do PS não ter nenhum deputado eleito pelo Corvo. Espero bem que sim.

Entendidos em relação a isto, vamos passar ao segundo ponto.

V. Exa. refere que só o Presidente do Governo, os Membros do Governo e o PS é que estão interessados no cumprimento do Programa do Governo.

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Os primeiros interessados!

**O Orador:** Esqueceu-se dos segundos e dos terceiros que às vezes são os mais importantes.

Esqueceu-se dos segundos, que fomos nós que o aprovámos, senão V. Exa. não estava aí.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Nem o Sr. também!

**O Orador:** Eu estava aqui, o Sr. é que não estava aí e isto está garantido! Eu posso garantir ao Sr. Presidente que aqui dentro eu estava, podia não ser aqui, mas estava num outro sítio qualquer.

Sr. Presidente:

Em primeiro lugar, não desfoquemos a matéria que o PP traz aqui.

Efectivamente, nós estamos, no caso em apreço, particularmente interessados, porque fomos nós, como muito bem disse o meu ilustre colega, Deputado João Greves, que introduzimos no Programa do Governo este ponto concreto do aumento de frequências para o Grupo Ocidental.

*(Apartes da bancada do PS e do Governo)*

**O Orador:** Em segundo lugar, o Sr. devia ter dito isto ao Sr. Deputado Herberto Rosa, porque ele não sabia deste pormenor.

*(Apartes das bancadas do PS e do Governo)*

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP):** Esse é o respeito que o Governo tinha pelo manifesto.

**O Orador:** É fundamental, que hajam intimidades próprias em relação a aspectos específicos do Governo, compreendo e já justifiquei isso.

Em terceiro lugar, que não é o último, todo este Parlamento está interessado no cumprimento do Programa do Governo, porque uma vez que esse programa está aprovado pelo Parlamento, esse interesse é de todos.

Portanto, Sr. Presidente, eu não o felicito pela sua interpretação.

Mais uma vez foi demasiado socialista, mais uma vez foi demasiado egoísta!

Posto isto, gostaria de demonstrar aqui, perante todos, o que está à vista e que já foi dito pelo Sr. Deputado José Manuel Nunes, ou seja, este Governo foi de visita oficial à Ilha das Flores e no dia 3 de Setembro deu conta das suas decisões sobre aquela ilha. Umas importantes para os Açores inegavelmente, outras os Srs. nem sequer faziam ideia que eram resolvidas em conselho do Governo, como seja, a compra de um expositor para o museu — esta foi uma decisão do Conselho do Governo Regional dos Açores — a compra de uma viatura, que não diz a dimensão, para o Grupo Desportivo "Os Minhocas". Estas são decisões do Conselho do Governo, não é do Director Regional, nem do chefe de Divisão.

O Governo esteve reunido com o Deputado do Partido Socialista eleito pela Ilha das Flores e possivelmente com o Sr. Deputado do Partido Comunista.

Eu quero aqui referir o meu reconhecimento, e de todos nós, pelo empenho que o Deputado Paulo Valadão tem colocado sobre essa questão da frequência dos transportes aéreos para as Flores e para o Corvo. Essa questão não é monopólio do PP, toda a gente tem lutado por isso.

O Sr. aceitou inscrever isso no seu programa e reconheceu aqui há pouco tempo, como disse o Sr. Deputado João Greves, que por si até achava que a matéria era importante, que devia ser ponderada e que tínhamos que arranjar um consenso sobre isso. A promessa do Sr. Presidente do Governo é dupla, porque está no programa do Governo e há pessoalmente um compromisso de V. Exa..

Só que V. Exa. e o seu Governo foram às Flores, atiraram areia para a cara dos florentinos e depois apareceu aqui uma resolução do PP a fazer recomendar o cumprimento de um princípio programático que V. Exa. não foi capaz de resolver.

Agora vejo, a vossa habilidade.

O que é que o Sr. Presidente disse ao Deputado do Partido Socialista e ao Deputado do Partido Comunista sobre a matéria dos voos para a Ilha das Flores, quando esteve lá?

Não disse nada!

Como ficaram perturbadíssimos, e isso é natural, com este conjunto de iniciativas, os Srs. reuniram à pressa pensando que punham em prática esta iniciativa, mas a mesma foi percebida por toda a gente, foi anunciada e foi oportuna.

O Sr. Presidente ontem reuniu aí num canto da Assembleia, às escondidas, com os Srs. Deputados do PS e do PCP eleitos pela Ilha das Flores, e pode reunir todas as vezes que quiser, mas foi fora de horas.

O Sr. quis esvaziar isto, mas não conseguiu, porque esta iniciativa é oportuna, independentemente do Sr. ter trazido hoje informações. O Sr. está a obrigar-nos a discutir esta matéria, deu-nos números que nunca os tinha fornecido e, possivelmente, se Deus quiser, hoje vai sair desta Casa com mais uma recomendação, fazendo com que o Governo coloque em prática o cumprimento de uma questão que já estava estabelecida



Quem ficou mal aqui foram V. Exas. que fizeram uma jogadinha politicamente fraca a qual todos perceberam. Aliás, os Srs. fizeram outras jogadas piores como já vamos ver a seguir.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Muito bem! É uma vergonha!

**O Orador:** E nós vamos analisar uma outra iniciativa do Partido Popular ainda hoje, onde os Srs. colocaram uma questão que nós vamos ver, politicamente, o que é que quer dizer e demonstra, sobretudo, uma postura — o que nos preocupa já de algum tempo a esta parte — politicamente desrespeitadora por esta Assembleia.

O que os Srs. fizeram aqui é um desrespeito por esta Assembleia. A partir do momento que o Governo Regional dos Açores sabe que há uma iniciativa desta Casa para ser votada pelos Srs. Deputados, se o executivo tivesse uma postura de estrito respeito pelo Parlamento dos Açores, o que nós sabemos que já não tem, não só pelo que faz aqui como pelo que diz lá fora, os Srs. estavam hoje aqui para ouvir uma decisão final desta Assembleia, prestando os esclarecimentos que muito bem entendessem, que são da sua competência, e não iam à pressa fazer uma jogada com os Deputados do Partido Socialista e do Partido Comunista, deixando de fora o Deputado do PSD.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Isto não é nada! Isto foi o pior que se fez em política nos Açores durante 22 anos!

**Deputado António Meneses (PSD):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Eu tenho muito pouco para dizer ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, porque estou há muitos anos na actividade política e sempre soube esperar, respeitar a democracia, o Parlamento e hoje continuo a manter na minha conduta política essas qualidades, não obstante outros defeitos que tenho, o que não me permite discutir sobre aquilo que o Sr. pretende discutir comigo.

Aquilo que posso dizer, é que em matéria de jogadas políticas eu sou uma criança ao pé do Sr. Deputado.

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Risos das bancadas do PS e do Governo)*

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**O Orador:** Aquilo que lhe posso dizer é que o Governo, aquando da sua visita às Flores, não estava em condições para tomar uma decisão sobre esta matéria, por falta de estudo do impacto financeiro, o que aliás muito me penalizou, porque gostaria de, naquela visita, sair de lá com esse anúncio, mas não tinha condições de o fazer, porque este Governo estuda os problemas antes e decide na sequência dos estudos a que procede.

Os Srs. Deputados do Partido Socialista e do Partido Comunista, mais concretamente do Partido Comunista e do Partido Socialista, insistiram, designadamente aquando da minha visita às Flores, que esta matéria não podia ficar assim. Continuaram a fazer essa diligência, os estudos foram concluídos e, na sequência dessas diligências que fizeram, coube-nos comunicar essa decisão, a qual eu tive oportunidade de comunicar à Assembleia Legislativa Regional, há pouco.

Gostava também de lhe dizer que temos que ter um comportamento na vida política que faça sentido em qualquer que seja a instituição onde nós estejamos. Temos que arranjar uma forma de se ser a favor de alguma coisa, por alguma razão que tenha estabilidade e perenidade.

Os Srs. não têm condições de nos exigir o cumprimento do que quer que seja por causa do Programa do Governo que aprovaram, porque os Srs. já nos impediram, por mais que uma vez, de executarmos matérias que constam do Programa do Governo que os Srs. aprovaram. Dizem que não, mas basta lembrar-nos do exemplo mais mediático, ou seja, do Instituto Regional de Ciências e Tecnologia dos Açores que está previsto, como tal, no Programa do VII Governo Regional.

Portanto, deixem de "cumprimento do Programa do Governo", porque esse não pode ser o vosso critério na avaliação deste Governo.

Encontrem-se na análise caso a caso!

Nós sabemos que por vezes também não agimos bem e às vezes até introduzimos questões no Programa do Governo sobre as quais existem dúvidas, porque cada documento tem o seu tempo, cada reflexão tem o seu tempo e às vezes o tempo amadurece opiniões que podem não ser idênticas àquelas do tempo em que elas foram formadas, mas exerçam todos os poderes da Assembleia.

Este Governo, aliás, é um governo que não tem diplomas vetados por usurpar poderes da Assembleia Legislativa Regional. Respeita a mesma e mesmo que não desejasse dialogar com ela, não tem outro remédio, porque nós não temos maioria.

Todos os diplomas que aqui vêm, os Srs. podem modificar, votar contra ou a favor.

Portanto, estamos permanentemente ao serviço de um diálogo com a Assembleia Legislativa Regional e mesmo que não tivéssemos vontade para isso, mesmo que não fossemos pessoas que gostássemos de dialogar, mesmo que não prezássemos a Assembleia Legislativa Regional, tínhamos que dialogar convosco e é aquilo que nós fazemos.

Os Membros do Governo não se recusam de comparecer nas comissões parlamentares. O Governo mantém uma presença, sempre que pode, assídua, sempre que podemos estamos todos aqui para discutirmos todas as questões, apesar dos plenários serem todos os meses.

É esta postura que temos sobre essa matéria e é assim que achamos que devemos ficar até que o povo açoriano aprecie a forma como nos colocamos, sabendo que nós temos dificuldades, que não temos maioria, mas fazemos o máximo que podemos nestes casos como em outros.

No entanto, manifestamente não me acuse de jogadas políticas com estes intuitos, porque elas não tiveram nem essa origem, nem esse desenvolvimento.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:  
Seriidade política e pessoal, com V. Exa., não discuto!

Portanto, em relação a esta matéria estamos conversados.

Diálogo da minha parte com as instituições, está comprovado, porque fiz, faço e farei com este Governo, fiz com os Governos anteriores da Região Autónoma dos Açores e fiz com os presidentes anteriores, tal como faço com o actual Presidente do Governo. Talvez com o actual Presidente do Governo faço-o mais à vontade, porque estivemos aqui durante muitos anos no mesmo debate, o que não aconteceu, por exemplo, no passado com o Dr. Mota Amaral.

Eu vou continuar a dialogar com este Governo e continuarei a fazer o mesmo, no futuro, com qualquer Governo, enquanto aqui estiver.

Mesmo depois de estar aqui, sempre que for necessário para o bem da população da ilha onde vivo, trabalho e nasci, aproximar-me de qualquer membro do Governo Regional, seja qual for esse Governo, hei-de continuar a fazê-lo.

Não espere V. Exa. que lhe pedirei qualquer opinião em relação ao meu comportamento, porque não farei isso.

Enquanto aqui estiver, estarei com certeza sujeito a ouvir tudo aquilo que o Sr. quiser dizer. O Sr. é uma pessoa que pode dizer tudo aquilo que quiser e muito bem, aliás, entendo que um dos mais elementares direitos do homem é a sua livre expressão de pensamento, por isso lutei para ter livre expressão de pensamento e reconheço a todos os cidadãos do mundo esse direito. Mas isto não quer dizer que respeite integralmente aquilo que todos ousem dizer em quaisquer circunstâncias e por isso mesmo selecciono as respostas que dou, como as dou e quando as dou.

Portanto, em relação a esta matéria, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o que estamos a analisar é uma resolução que não tem sentido, que perdeu a oportunidade e que já tinha perdido essa oportunidade quando entrou nesta Casa.

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Julgo que estamos todos esclarecidos quanto a esta matéria. Todos já percebemos que esta iniciativa foi oportuna. Teve lugar posteriormente a uma visita que o Governo realizou à Ilha das Flores e que não satisfaz, na generalidade, as expectativas que em

redor da mesma tinham sido criadas. Na ida do Governo às Flores não houve uma palavra sobre a matéria que esta resolução trata.

O Sr. Presidente do Governo afirmou aqui que decidiram nas Flores proceder ao estudo do impacto desta iniciativa em termos financeiros. Faço lembrar que no tal documento, o Governo decidiu, em Conselho do Governo, trocar lotes de terrenos e ceder um lote para construção de uma habitação para uma família com fracos recursos, e isto foi objecto de uma resolução do Conselho de Governo, mas esqueceu-se de meter uma alínea no que se refere aos transportes e isto foi fatal para V. Exas.

V. Exas. colocaram uma alínea g) e uma h) em que dizem "promover... uma operação periódica em relação ao Lady of Mann" e depois referem "transmitir à Junta Autónoma do Porto da Horta, uma orientação no sentido de desenvolver um estudo com vista à implantação de uma estrutura melhor".

Tudo o que foi matéria objecto de decisão, inclusivamente os estudos que mandaram fazer, o que é natural, foi publicada. Por que é que o estudo em relação ao aumento da frequência dos voos para o Grupo Ocidental não foi publicado?

Sr Presidente, "a coisa não cola"!

Portanto, todos nós nos apercebemos que a iniciativa é do Partido Popular, mas podia ter sido de outro partido qualquer. Tenham paciência! Não nos critiquem nem nos olhem com maus olhos por apresentarmos aqui trabalhos, sugestões e iniciativas.

Estamos aqui a inverter as situações.

O Sr. Deputado Rui Pedro Ávila critica, porque a ordem de trabalhos hoje é feita pela PP. Os Srs. já nem suportam isso, mas tenham paciência!

Como alguém já disse nesta Assembleia, este é um direito que nos assiste e como vêm as matérias são pertinentes e até agora todas elas foram aprovadas. Portanto, vejamos que, neste momento, está "2-0", se bem me lembro, e veremos qual o resultado final.

Sr. Presidente:

Tenham paciência!

Esta matéria é oportuna e a nós não é isso que esvazia e que nos impede de manter esta resolução que possibilitou este acordo e este debate sobre as Flores e sobre o Corvo e que vai formalmente pôr em prática a vontade deste Parlamento. Fazemos

votos que o Governo concretize o mais cedo possível esta recomendação e ela não é o resultado de uma reunião. Que isto fique muito claro.

O Sr. Presidente não se ofenda, mas não é uma reunião que o Sr. tem com o Deputado do Partido Comunista e o Deputado do Partido Socialista deixando o Deputado do Partido Social Democrata de fora, que apaga este trabalho, esta iniciativa, esta discussão e a resolução que daqui sair.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Está visto que esta afirmação do PP do "2-0", do "3-0" e do "2-1" dá bem a ideia de qual a postura que o PP tem, ou passou a ter nos últimos tempos, na vida açoriana. Tudo isto é uma jogatana, desde que alguns membros do PP lucrem com isso.

Eu quero tornar claro que esta decisão de alargar o voo ao Sábado para as Ilhas das Flores e do Corvo, foi tomada na sequência das insistências que foram feitas pelos Srs. Deputados Paulo Valadão e Herberto Rosa.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** E o Sr. Deputado João Greves já não existe?!

**O Orador:** Seguramente, o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro não teve, rigorosamente, nada a ver com a decisão que nós tomámos.

**Presidente:** Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação da Proposta de Resolução, apresentada pelo Partido Popular, sobre o "Aumento da frequência das ligações da SATA ao Grupo Ocidental".

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do PP, 22 votos contra do PS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Fica o diploma entregue, para redacção final, aos cuidados da Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Vamos interromper os nossos trabalhos até às 18.30 horas.

*(Eram 18.10 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, apela-se mais uma vez à vossa indesmentível boa vontade e continuamente demonstrada, para ocuparem os vossos lugares a fim de podermos dar sequência à nossa ordem do dia que ainda está longa e o tempo escasseia.

*(Eram 18.50 horas)*

Vamos iniciar o debate do ponto n.º 8 da nossa ordem de trabalhos, ou seja, mais um **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução**, apresentada pelo Partido Popular, sobre "**Revogação da nomeação do Presidente da Junta Autónoma dos Portos de Angra do Heroísmo**."

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nomeação pelo Governo Regional, com uma demora incompreensível, para Presidente da Junta Autónoma do Porto de Angra do Heroísmo, do candidato que menos votos recebeu da Assembleia Geral daquele organismo, sem qualquer justificação credível ou objectiva, representa um flagrante e condenável atentado ao bom funcionamento das regras democráticas, desprezando, arrogantemente, a vontade e os interesses daquela Junta Autónoma, através do ignóbil aproveitamento de uma legislação caduca e anti-democrática que carece de imediata correcção e clarificação. Foi, efectivamente, o aproveitamento de uma legislação "salazarista" que, aproveitada pelo Partido Socialista, reverteu no pior das suas intenções, ou seja, a de, arbitrariamente, colocar lá um Vice-Presidente do Partido Socialista.

O Governo Regional contrariou a regra geral de aceitar os nomes eleitos pela Assembleia Geral das Juntas Autónomas. Nomeou efectivamente um Vice-Presidente do Partido Socialista, mas escandalosamente, o menos votado, denunciando assim uma reprovável partidarização da Administração Regional subordinada aos interesses gerais do povo do Açores e aos desígnios do Partido Socialista.

O recurso pelo Governo Regional a mecanismos deturpadores das regras mais elementares das instituições democráticas, constitui uma opção política e ética, a

todos os títulos condenável, que mereceu a repulsa geral da população açoriana e dos partidos políticos representados neste Parlamento, nomeadamente através dos seus órgãos de ilha mais directamente envolvidos e chocados com a atitude do Governo Regional, traduzindo, aliás, o sentir da população que, de uma forma inequívoca, repudiou e manifestou-se em massa, contra esta arbitrariedade do Governo Regional. Curiosamente, até sectores do Partido Socialista que, numa óptica louvável, puseram acima da disciplina partidária, o interesse geral e neste caso inclui-se, e é bom aqui registar, parte significativa dos autarcas do Partido Socialista da Ilha Terceira.

O Governo Regional responde politicamente perante a Assembleia Legislativa que, por seu turno, tem a rigorosa obrigação de fiscalizar as acções do executivo e, numa óptica política, pugnar pela dignificação dos órgãos de Governo Próprio em conformidade com os superiores interesses da Região expressos pela vontade da maioria do povo dos Açores.

São factos indesmentíveis, uma situação, diria, talvez politicamente das mais graves, em que o Governo Regional, imprudentemente, incorreu. Foi, no conceito geral, considerada como uma infeliz, uma incompreensível tentação que o Partido Socialista consumou, ao aproveitar-se daquela legislação para violar um princípio básico.

É nessa perspectiva que o Partido Popular entendeu trazer esta matéria ao Parlamento para que, politicamente, os representantes do povo dos Açores se pronunciem sobre esta postura e sobre este comportamento.

Entendemos que é fundamental que o Órgão Máximo da Autonomia dê voz, dê razão, politicamente, faça justiça, tal como é requerido e pedido — e legítima expectativa existe — por parte das populações, a fim de que alguém ponha travão, ponha termo e corrija tal infeliz atitude.

É isto que nós propomos que este Parlamento faça, ou seja, que corrija a injustificável, lamentável, anti-democrática e eticamente condenável nomeação de um dos Vice-Presidentes do PS/Açores, para Presidente da Junta Autónoma dos Portos de Angra do Heroísmo e que proceda, por recomendação deste Parlamento, de imediato à revogação da prepotente e arrogante nomeação do candidato menos votado da lista de três nomes apresentada pela Assembleia Geral daquela Junta Autónoma.



Entendemos também que este Parlamento, em obediência aos princípios democráticos e éticos que devem orientar a acção governativa, proponha ao Governo, **recomende ao Governo**, que restabeleça a confiança da Junta Autónoma dos Portos de Angra do Heroísmo e da população dos Açores nos órgãos de Governo próprio da Região. Para isso, a única coisa que tem a fazer, é nomear para Presidente e Vice-Presidente da referida Junta, os elementos indigitados pela Assembleia Geral, respectivamente, em primeiro e em segundo lugar, pondo assim termo a uma reprovável situação que infelizmente apenas obedeceu a desígnios político-partidários.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Não fosse essa situação como aqui descrita de uma gravidade politicamente preocupante e após esta Proposta de Resolução estar à apreciação do Parlamento e ter dado entrada no mesmo, um pouco à semelhança do que há minutos atrás aqui repudiávamos e denunciávamos, o Governo Regional, numa atitude, objectivamente, de afronta ao Parlamento, de desrespeito para com os 52 deputados que aqui estão sentados, à "**socapa**", empossa o Vice-Presidente do Partido Socialista como Presidente da Junta Autónoma dos Portos de Angra do Heroísmo.

É politicamente uma postura que ofende esta Casa e ofende os Açorianos.

O Governo Regional não devia ter de novo, de forma arrogante, imposto a sua má decisão. O Governo Regional se de facto praticasse o diálogo, fosse humilde e politicamente honesto, tinha vindo a esta Casa, com a humildade que apregoa e com o respeito que é devido para com esta Assembleia, e tinha ouvido a opinião política dos representantes do povo dos Açores e em função do que aqui se decidisse devia actuar obviamente em conformidade com essa vontade.

Mas não!

Dificultou as coisas!

Agravou a situação!

Sabendo que estava em causa a sua postura, permitam-me o termo que nunca é demais, arrogante e provocatoriamente disse: "Eu quero! Eu posso! Eu mando!". E então, empossou o Vice-Presidente envergonhadamente. Praticamente só se soube "a

posteriori" e não teve a "pompa e a circunstância" que qualquer pequeno acto da Administração tem merecido ao longo destes anos.

Os jornalistas não estiveram de serviço nesse dia.

Foi dada ordem de dispensa aos colaboradores na área da informação para que efectivamente tudo se consumasse.

É triste, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, que isto tenha acontecido. E, hoje, o Governo está aqui numa posição bem pior do que aquela que estaria se porventura não tivesse consumado essa atitude.

Veremos o resultado da votação desta Assembleia e se porventura a mesma, politicamente, condenar a atitude do Governo e lhe fizer uma recomendação, digam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, se a situação é ou não delicada!

Digam se isso tem ou não tem muito mais significado do que um Voto de Protesto!

Digam como é que este Governo, politicamente, se vai confrontar com o resultado desta Assembleia!

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, eu queria começar por perguntar se estamos a discutir a urgência?

**Presidente:** Ainda estamos na urgência.

**O Orador:** Então eu vou cingir-me à urgência da matéria.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** É tão urgente que se passou directamente para a matéria!

**O Orador:** Desculpe, é matéria da ordem de trabalhos, ou seja, a urgência de uma Proposta de Resolução.

Sr. Presidente, Srs Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, na minha opinião, já foi dada posse ao Presidente da Junta Autónoma dos Portos. Portanto, já está nomeado e empossado.

Em segundo lugar, eu estava convencido de que tinha sido dada posse ao Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro acaba de dizer que foi dado posse ao Vice-Presidente do Partido Socialista.

Em relação a esta matéria em tenho algumas dúvidas.

Em terceiro lugar, esta matéria, em meu entender, devia ser aprofundada.

Deste modo, num pedido de urgência, é impossível aprofundarmos seja o que for.

Da minha parte, gostaria de ouvir as várias partes interessadas, não apenas pela Comunicação Social, porque dessa eu tenho lido e ouvido alguma coisa. Gostaria de ouvir alguns elementos que constituem a Assembleia Geral da Junta Autónoma e isso é impossível tratando-se de matéria de urgência.

Por tudo isto, no meu entender, o processo administrativo correu, pelo menos aparentemente, como é normal. O processo administrativo segue os seus trâmites e não é pelo facto deste documento ser aprovado hoje, daqui a um mês ou daqui a dois, que se poderá alterar qualquer coisa para a Região Autónoma dos Açores ou para o seu serviço. Por isso mesmo, em primeiro lugar, esta matéria não tem qualquer urgência e, em segundo lugar, esta Assembleia só poderá aprofundar a mesma se forem ouvidas mais algumas pessoas, além do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e daqui a pouco, provavelmente, o Sr. Deputado António Meneses.

Por isso mesmo, eu estou contra esta urgência.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

**Deputado António Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Srs Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Depois do esclarecimento de V. Exa. fico novamente situado na ordem do dia, ou seja, a dispensa de exame em Comissão. Perante a intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro fiquei na dúvida se já estávamos no ponto seguinte.

Cingindo-me concretamente à questão do pedido de urgência, eu digo ao Sr. Presidente, aos Srs. Deputados e aos Srs. Membros do Governo, que o PSD apoia este pedido de urgência, porque não existe outra figura regimental mais urgente. Não existe nenhum processo urgentíssimo, porque se efectivamente existisse já estava agendado por esta Assembleia em relação a esta matéria, que era do conhecimento público.

A Assembleia começou os seus trabalhos no dia 22 e no dia 21, à tarde, foi empossado o Presidente da Junta Autónoma dos Portos de Angra. Isto significa que,

efectivamente, o nosso Regimento não tem capacidade para resolver problemas destes, porque esta matéria só veio a ser apreciada no dia 24.

Esta matéria não é urgente, é **urgentíssima** e eu tenho pena que efectivamente o Sr. Presidente do Governo não tenha razão neste caso, porque há bocadinho, no ponto anterior, ele disse ao Deputado Alvarino Pinheiro que ele tinha chegado tarde com a sua proposta.

Neste caso, chegámos tarde, mas chegámos tarde por uma esperteza saloia, uma esperteza do facto da política consumada, que foi tomada para inviabilizar ou dificultar a decisão desta Assembleia.

Por isso o PSD irá aprovar este pedido de urgência.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, e Srs. Membros do Governo:

Centrando-me apenas na questão da discussão do Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para além de todos os argumentos válidos que já foram expostos pelo Deputado Paulo Valadão, entende que, e realçando alguns desses argumentos, existem e misturam-se nesta Proposta de Resolução, várias questões em relação às quais a dignificação do próprio Parlamento impunha que fossem analisadas com toda a calma, com todo o cuidado, auscultando mais do que uma entidade, recolhendo, se possível, os testemunhos de todos os implicados nesta questão.

Existe aqui, a confrontação entre dois planos que se se entrecruzam, o plano político e o plano legal, e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que é imprescindível para que se possa tomar uma decisão devidamente fundamentada, para que se possa tomar uma decisão não às pressas, que esta Proposta de Resolução desça à Comissão e aí ser devidamente apreciada. Mas... enfim, veremos o resultado da votação.

**Presidente:** Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do PP, 22 votos contra do PS e 1 voto contra do PCP.

**Presidente:** Vamos passar ao ponto seguinte, ou seja, à discussão do conteúdo da **Proposta de Resolução — "Revogação da nomeação do Presidente da Junta Autónoma dos Portos de Angra do Heroísmo.**

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

**Deputado António Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Foi-nos presente e estamos a apreciar uma Proposta de Resolução apresentada pelo Grupo Parlamentar do PP que recomenda ao Governo Regional que proceda de imediato à revogação da nomeação do Presidente da Junta Autónoma do Porto de Angra do Heroísmo, Dr. Sérgio Ávila, Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, por este ter sido o candidato menos votado da lista de três nomes apresentados pela Assembleia Geral daquela Junta Autónoma e que nomeie para presidente e vice-presidente da referida junta, os elementos indigitados, em primeiro e segundo lugares, Dr. José Fernando Gomes e Luis Reis, respectivamente Presidentes das Câmaras Municipais da Praia da Vitória e de Santa Cruz da Graciosa. Se houve assunto que tenha agitado a opinião pública açoriana em geral, e a das Ilhas Terceira e Graciosa em particular, durante o nosso pacato e invulgarmente longo período estival deste ano, foi o da nomeação do Presidente da Câmara de Angra do Heroísmo para o cargo de Presidente da Junta Autónoma dos Portos de Angra do Heroísmo.

A estupefacção e o repúdio foram generalizados.

Seguiram-se posições frontais contrárias a essa nomeação injustificável por parte dos partidos políticos, PSD e PP, e até da estrutura da Ilha Terceira do PCP, foram unânimes no repúdio e condenação dessa decisão antidemocrática do Governo Regional.

Várias câmaras municipais e a própria Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, no seu conjunto, insurgiram-se contra tamanha prepotência e

abuso e, inúmeros cidadãos de todos os quadrantes políticos e de opinião, alguns deles conotados com posições próximas às do partido que apoia o Governo, exerceram com grande honestidade e firmeza o seu direito à indignação através de posições e artigos de opinião na comunicação social.

A onda de protesto foi tão grande que de nada serviram as fracas justificações envergonhadas de alguns articulistas arregimentados nas hostes do Governo Socialista e as desculpas e pseudo condições envergonhadas, postas pelo indigitado Presidente da Junta Autónoma dos Portos, que perante tão grande indignação das pessoas e das instituições da Ilha Terceira, teve receio de avançar com o combinado com o Governo e hesitou, durante semanas, entre recusar o lugar, deixando completamente a descoberto o Secretário da Economia, com o qual tinha combinado a tramóia, ou aceitar o cargo e sujeitar-se às críticas da população e mesmo dos seus eleitores, manchando a sua imagem de político "popularucho e bonacheirão", embora ineficaz, como tem procurado exercer, nestes primeiros meses, do seu mandato à frente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Até Terça-feira de manhã estive convencido que o bom senso iria prevalecer na decisão do Dr. Sérgio Ávila. Infelizmente, tal não aconteceu e prevaleceu a ânsia do poder e, pelo que nos transmite o Diário Insular daquele dia, o Dr. Sérgio Ávila, envergonhadamente, e às escondidas tomou finalmente posse do ambicionado cargo de Presidente da Junta Autónoma dos Portos, tornando o facto consumado, significativamente na véspera do início da discussão e decisão desta Assembleia sobre esta mesma Resolução.

Sr. Presidente, Srs. Deputados Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

De nada serve invocar de forma farisaica a legislação salazarista de 18 de Fevereiro de 1950, porque a questão não é legal, é ética e política.

Trata-se de se querer respeitar ou não, por convicção, as regras democráticas e a vontade da Assembleia Geral da Junta Autónoma dos Portos de Angra do Heroísmo.

Em termos de convicções democráticas ou se acredita ou não se acredita.

Não basta apregoar que se é democrata e que se respeita a vontade dos órgãos legítimos das instituições. É preciso praticar a democracia e respeitar, civicamente, a vontade desses órgãos legitimamente constituídos.

Este caso da Presidência da Junta Autónoma dos Portos de Angra do Heroísmo é para nós, deputados do PSD, um caso paradigmático deste Governo:

- Não se trata de mais uma gafe, trata-se de um estilo de governo autoritário diversas vezes repetido;

- Não é um erro involuntariamente cometido, é uma atitude consciente e um comportamento deliberado e premeditado, a ver se pega, se passa despercebido, se quem se lhe opõe fraqueja, desiste e deixa passar.

Essa postura arrogante e antidemocrática vem na sequência de outras, bem conhecidas de todos, como a do desrespeito sistemático por esta Assembleia e seus representantes, o insulto à inteligência e ao bom gosto dos açorianos com o envio da fotografia do Sr. Presidente do Governo para afixação em tudo o que é lugar nesta Região, — sem menosprezo pela imagem do cidadão Carlos César que por sinal até é muito fotogénico —...

*(Risos da Câmara)*

... o sectarismo dos cursos da Administração Pública destinados apenas a funcionários conotados com o Governo, o desprezo para com os dirigentes da Administração Pública ao obrigá-los a assistirem à posse de um membro do Governo etc, etc..

Errar é humano, gafes todos cometeram alguma vez na vida, mas não é de nada disso que se trata. Estamos infelizmente perante um estado de espírito e de uma cultura de exercício do poder, que se baseia na arrogância, na sobrançeria e na incapacidade deste Governo, que apesar de minoritário age desta forma (o que seria de nós se este Governo tivesse uma maioria absoluta?).

Para além de outras razões, a actual crise política na Região também se deve a estes graves defeitos democráticos e à manifesta incapacidade ou falta de vontade para dialogar com esta Assembleia e de garantir e manter o suporte parlamentar que lhe permita governar com estabilidade e executar o seu programa de Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os deputados do PSD, convictos que a razão vem sempre ao de cima e que a justiça vencerá, não podem deixar de se associar ao espírito e à letra desta proposta do PP e irão votá-la favoravelmente convictos de que o Governo, se ainda tiver capacidade para isso, caia em si e corrija, de imediato, a situação que deliberadamente criou e que tanta indignação e repúdio causou, justificadamente, a todos os açorianos.

Muito obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)*

**Presidente:** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular, no exercício de um legítimo direito que lhe assiste, resolveu apresentar uma Proposta de Resolução. Fê-lo, mas o facto de o ter feito não significa nem que o tenha feito com razão, nem que o tenha feito bem.

Não o fez bem, porque no texto desta Resolução embrulha-se de certa forma uma série de considerações, que não permitem discernir exactamente o que está aqui em causa.

Esta Proposta de Resolução, no entender do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, traduz-se no embargo, na tentação fácil de aproveitar a polémica injustificada, como se demonstrará a seguir, que rodeou a nomeação do Presidente da Junta Autónoma dos Portos de Angra do Heroísmo.

Esta Proposta de Resolução não tem razão de existir, porque falha nos seus pressupostos, porque estes estão errados e estando estes errados, falha também, necessariamente, nas conclusões e nos seus objectivos.

Vejamos então os considerandos da Proposta. Logo no seu primeiro parágrafo diz:

"Considerando que a nomeação pelo Governo Regional, numa demora incompreensível para Presidente da Junta Autónoma do Porto de Angra do Heroísmo, do candidato que menos votos recebeu da Assembleia daquele organismo..."

Primeiro erro:



**Não existem eleições para a Junta Autónoma** e é isto que é preciso tornar claro. Aquilo que se está a fazer tentar passar aqui, é que o Governo desrespeitou a vontade de quem, supostamente no entender no Partido Popular, elegeu o Presidente da Junta Autónoma. Não é verdade!

O que a Assembleia Geral tem que eleger é uma lista de três nomes e quem nomeia, quem escolhe um destes três nomes é o Sr. Secretário Regional da Economia.

*(Risos da bancada do PSD)*

**Deputado João Cunha (PSD):** Muito bem argumentado!

**O Orador:** Tenham calma Srs. Deputados, já vão ver.

Podem rir e podem pensar que ele realmente está obrigado a acolher os resultados da eleição, mas se os Srs. tivessem um bocadinho de cuidado e fossem consultar a legislação, veriam que, neste caso, não se trata de qualquer homologação de eleição, porque se assim fosse, se calhar ainda haveria alguma razão, mas não há. Trata-se de uma eleição e aí sim está obrigado a cingir-se à lista dos três nomes que são eleitos.

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP):** São eleitos!

**O Orador:** São eleitos para a lista de entre os quais o Secretário da Economia tem que escolher. Eles não são eleitos para presidentes.

Depois, sem qualquer justificação credível ou objectiva, a justificação para este acto é exactamente a lei que atribui ao Secretário da Economia a capacidade e o poder de nomear o Presidente da Junta Autónoma.

"Desprezando arrogantemente a vontade dos interesses daquela Junta Autónoma..."

Mas se a Junta Autónoma não tem o poder de eleger o seu Presidente, em que ponto é que há desprezo pelos interesses e pela vontade?!

Os Srs. teriam razão se por acaso o Secretário da Economia tivesse escolhido para Presidente, algum nome que não constasse dos três eleitos, mas não foi isso que ele fez.

**Vozes da bancada do PSD:** Isso era o cúmulo!

**O Orador:** "Através do ignóbil aproveitamento de uma legislação caduca e anti-democrática..."

Meus Srs., agora quem "paga as favas" é a legislação, porque é caduca e é anti-democrática.

O problema não está aqui. Esta é a legislação que há. Se por acaso está errada, está errada, se não está errada, não está errada. É a legislação que existe e aquele Governo o que tem a fazer é cumprir com a lei e foi isso que fez.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Fez muito mal!

**O Orador:** Não, fez muito bem!

"Considerando que o Governo Regional, contrariando a regra geral de aceitar os nomes eleitos pela Assembleia Geral..."

Aquilo que se propõe aqui é que o Governo Regional deve dar primazia a um costume em detrimento daquilo que a lei determina. Isso não está correcto!

O que prevalece é a lei não é o costume.

A questão de nomear o Vice-Presidente do Partido Socialista já foi, de certa forma, salientada aqui. Foi nomeado um Presidente de Câmara que obteve votos e está incluído nesta lista dos três nomes.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Mas foi o último, o menos votado!

**O Orador:** "Considerando que o recurso pelo Governo Regional a mecanismos deturpadores das regras mais elementares das instituições democráticas..."

Que eu saiba, a lei deriva de uma instituição democrática. Logo, se o Governo cumpre a lei, não pode estar...

**Deputado António Meneses (PSD):** Aquela lei não tem nada a ver com isso.

**O Orador:** ... a cumprir com qualquer outro objectivo. O Governo está a cumprir a lei.

"Considerando que o Governo Regional responde politicamente perante a Assembleia Legislativa Regional, tem a rigorosa obrigação de fiscalizar as acções do executivo..."

Muito bem! Tem a obrigação de fiscalizar as acções do executivo, mas nesta fiscalização das acções do executivo, uma das coisas que nunca pode deixar de ser feita é a fricção para ver se a actuação do executivo está ou não conforme a lei.

Não se pode dar primazia a outros interesses em detrimento daqueles que a lei estabelece e, nesta perspectiva, a nomeação que foi feita, foi segundo os ditames impostos pela lei segundo o procedimento determinado por lei.

No fundo, com toda esta falha ao nível dos considerandos, a Resolução, como é óbvio e não poderia deixar de ser, acaba por falhar nos objectivos, porque, no fundo, o que se vem a propor aqui é que, numa competência que é do Governo, que é atribuída ao Governo por lei, ele obedeça a outros interesses que não os do critério de estrita legalidade.

No fundo o que se passa aqui com esta Resolução é que ela acaba por ser vítima da sua própria ambição.

Ao pretender lutar por uma alegada, uma suposta prevalência da vontade política sobre os aspectos legais e correctos, ela própria acaba por obrigar — se for aprovada — a que o Governo dê primazia a outros interesses, nomeadamente ao político, não ao interesse do cumprimento da lei.

**Deputado António Meneses (PSD):** Foi o que ele fez!

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

Aquando da intervenção da urgência sobre esta matéria, ficou claro que, no meu entender, o assunto deveria ser aprofundado.

Aliás, pela discussão que aqui tem ocorrido, até a este momento, para nós está profundamente claro que, efectivamente, esta matéria necessitava de ser devidamente aprofundada, analisada e deveriam ser ouvidas todas as pessoas que estão em causa. Para nós esta é uma matéria fundamental para que, em consciência, pudéssemos organizar um juízo de valor em relação a este assunto.

Há aspectos que não podemos deixar passar em claro.

Em nosso entender, a legislação que está em vigor sobre esta matéria está mais do que ultrapassada. É uma legislação que deverá ser corrigida e para nós isto está claro. Lamentavelmente, não houve por parte desta Assembleia vontade política de aprofundar a matéria e não houve vontade política de se procurar formar um juízo

consciente sobre a mesma. Da nossa parte, e digo em consciência, não temos um juízo claro no que se refere a este assunto.

É em consciência que nós não vamos dar, nem um voto favorável, nem contra sobre esta matéria. O nosso voto será de abstenção, é um voto de desconhecimento e é, sobretudo, um voto que, em função da urgência aprovada, não nos permitiu criar um juízo de valor sobre aquilo que está em causa.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Grande defensor da democracia!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este assunto já mereceu conferências de imprensa, já mereceu muito debate público e por isso eu vou dizer três coisas simples, claras e objectivas.

Cumprimento estrito da lei.

O Partido Social Democrata fez uma conferência de Imprensa e disse claramente que eu tinha cumprido com a lei.

Com efeito, após a eleição nas diversas Juntas Autónomas de uma lista tríplice, cabe à Secretaria Regional da Economia nomear o respectivo Presidente. Fá-lo em estrito cumprimento da lei.

Quem é arrogante é quem não reconhece a competência dos órgãos do Governo.

**Vozes das bancadas do PS e do Governo:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Quem foi eleito nessa lista sabia de antemão que o Governo, a Secretaria Regional da Economia, podia nomear, baseada nessa lista, o Presidente e o Vice-Presidente, conforme entendesse servir melhor os interesses das diversas Juntas Autónomas dos Açores.

Segundo ponto:

O Presidente das Juntas Autónomas dos Açores, no passado, pode ter sido uma figura um pouco activa, porque as Juntas Autónomas no passado não faziam as obras que estas agora têm a seu cargo e que já estão a fazer. Basta olhar para todas as obras portuárias e que são executadas pelas Juntas Autónomas.

O Presidente das Juntas Autónomas deve ter uma visão, deve colaborar com o Director da Junta Autónoma e com a Secretaria da Economia nas obras que se vão

realizar e o meu critério, que foi igual para todos, resultou da necessidade de colocar na Presidência das diversas Juntas Autónomas, as pessoas não as mais amigas, não os partidários do meu partido...

*(Risos da bancada do PSD)*

... mas — nem fiz qualquer juízo de valor sobre a capacidade intelectual de cada um — as competentes para desempenharem os cargos que a eles lhes conferia.

Vamos por partes e vamos ver um a um.

### **Horta**

Obras a executar no caso da cidade da Horta, importantes para a Junta Autónoma da Horta, que têm influência directa no sentir e no viver da população desta cidade:

— ampliação da Marina da Horta;

— reformulação de todos os serviços devido a essa ampliação que passa de 125 para 250 lugares de amarração;

— reestruturação da rede viária do Porto da Horta.

Quem seria a pessoa que deveria estar como Presidente da Junta Autónoma da Horta?

O Presidente da Câmara da Horta.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Que foi o mais votado!

**O Orador:** Por acaso até foi.

### **Ponta Delgada**

Obras a executar no próximo triénio:

— remodelação do saco do Porto de Ponta Delgada;

— núcleo de Pescas do Porto de Ponta Delgada;

— desmantelamento do hangar da Marina

Este trabalho tem vindo a ser executado em conjugação directa com o Presidente actual da Junta Autónoma e que continuará a ser no próximo triénio, ou seja, o Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** Que foi o mais votado!

**O Orador:** Que foi o mais votado!

Não me interessa se é o mais votado. A lei diz claramente que eu devo escolher a pessoa que tem a competência adequada desta lista tríplice e não há qualquer dúvida sobre isso. O Dr. Renato Leal já tomou posse e não houve cerimónia pública sobre isso.

Todos os Directores Regionais que eu tenho, à excepção do Director Regional do Turismo que foi agora substituído, tomaram posse e não houve acto público.

Meus amigos, vamos ver o caso de Ponta Delgada:

O rearranjo do Porto, núcleo de Pescas do Porto de Ponta Delgada e desmantelamento do hangar da Marina, têm influência na qualidade de vida dos cidadãos de Ponta Delgada e por isso o Presidente de Câmara de Ponta Delgada é a pessoa mais adequada.

Vamos ver as obras que estão adstritas à Junta Autónoma de Angra do Heroísmo:

### **Graciosa**

Há o porto que está consignado, a obra começou e vai acabar.

É uma obra extremamente técnica, vão ser mudados tetrápodes de 25 toneladas para 30 toneladas, aumentando o manto. Nada influencia a vida dos munícipes de Santa Cruz da Graciosa.

### **Praia da Vitória**

No Porto da Praia da Vitória investiu-se milhões de contos e, nessa altura, quem deveria ser Presidente da Junta Autónoma de Angra do Heroísmo seria o Presidente da Câmara da Praia da Vitória, porque todas as obras que lá foram feitas tiveram uma influência directa no viver das populações da Praia da Vitória.

O que é que está agora em causa?

200 mil contos que adjudicámos agora para terminar a obra da casa de aprestos que é o que faltava. Não vai ser feito mais nada no próximo triénio.

Praticamente estão incluídas as obras que vão ter lugar no porto da Praia que está quase concluído.

### **Angra do Heroísmo**

Marina de Angra de Heroísmo — um projecto iniciado na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, e da sua responsabilidade, que foi passado para a Junta Autónoma de Angra do Heroísmo.

É natural que haja colaboração pelas duas partes e que a pessoa que vai defender, durante o próximo triénio, os interesses de um projecto que é da Câmara, esteja à frente da Junta Autónoma. Se fosse só o projecto da Marina ainda era com o outro, mas não é, há muito mais.

O Porto de Pipas dada a sua situação que terá que ser modificado devido à passagem dos serviços para a Praia da Vitória, deixando de haver combustíveis, havendo apenas um porto dedicado ao transporte marítimo de passageiros e ao transporte do tráfego local, em que os armazéns do Porto de Pipas poderão ser remodelados para actividades lúdicas em complemento com a Marina, e quando se tem atenção que a Marina que está no Castelinho vai ter que sair de lá para dar lugar a uma Pousada da ENATUR e que as pessoas que estão lá vão ter que se alojar provavelmente no Porto de Pipas, estas são várias obras em que o Presidente da Câmara de Angra do Heroísmo tem uma acção preponderante.

Mais:

Todo o projecto integrado da Baía de Angra que está em execução, que está na fase de estudo prévio, foi feito em colaboração com a Junta Autónoma de Angra do Heroísmo e com o Presidente da Câmara de Angra do Heroísmo.

É natural que eu escolhesse para Presidente da Junta Autónoma de Angra do Heroísmo quem tem mais a ver com futuro daquele organismo, porque precisam de um Presidente que não seja uma figura "fantoche", seja uma pessoa actuante e que tenha competência para dar os seus conselhos, ouvir os seus munícipes e poder aconselhar a Junta Autónoma a fazer as obras mais adequadas para o município em causa.

Escolher, por exemplo, para Presidente da Junta Autónoma de Angra do Heroísmo, o Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, seria um grave erro desta administração e deste Governo.

Escolher, por exemplo, para Presidente da Junta Autónoma de Angra do Heroísmo, o Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, seria colocar uma pessoa que não tem as mesmas afinidades que tem o Presidente da Câmara de Angra do Heroísmo que tem um conhecimento aprofundado das obras que serão efectuadas lá. Isto é simples e claro.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Só não percebe quem não quer!

**O Orador:** Em todos os lugares coloquei as pessoas utilizando um critério claro e objectivo, ou seja, o que é que é mais útil para as Juntas Autónomas, o que é que é mais útil para esta Região.

É um direito deste Governo proceder desta forma.

Não há aqui partidos políticos nem amizades, há sim uma escolha correcta em função do interesse público e do interesse dos Açores.

Obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

**Secretário Regional Adjunto (Francisco Coelho):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu gostaria de fazer uma alerta ao Grupo Parlamentar do PSD, ou seja, quem hoje diz que quem foi nomeado para Presidente da Junta Autónoma de Angra, foi um Vice-Presidente do Partido Socialista...

**Deputado António Meneses (PSD):** Eu não disse isso!

**O Orador:** ... será certamente homem suficiente para dizer amanhã que quem foi nomeado Presidente da Junta Autónoma de Ponta Delgada é um ex-secretário Geral do PSD. Não tenham ilusões! Acautelem-se!

Vamos passar de forma rápida para a análise do diploma.

**Deputado António Meneses (PSD):** A minha intervenção não diz isso!

**O Orador:** O texto da Resolução do CDS/PP, para além de um conjunto de generalidades e de alguns "venenos", o que também não nos admira nada, tem efectivamente uma frase lapidar, brilhante, que resume toda esta situação e à qual efectivamente — Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, vou dirigir-me a si como primeiro subscritor — temos que "tirar o chapéu".

Quando resume toda esta história, toda esta "palhaçada" que tem sido feita...

**Deputado João Cunha (PSD):** Pelos senhores!



**O Orador:** ... diz assim: "ignóbil aproveitamento de uma legislação caduca e antidemocrática".

É exactamente isso Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e sabe porquê? Sabe qual é a parte caduca desta legislação?

É quando se fala em eleição, esta é a parte cooperativa, é a parte salazarista.

Nós sabemos Sr. Deputado, que há pessoas que gostam muito de falar em eleição exactamente porque têm um medo terrível das verdadeiras eleições.

Era assim no salazarismo!

Nós sabemos, até porque o Prof. Jorge Miranda diz isso claramente no seu manual, que o termo eleição — não vem no dicionário jurídico da Dra. Ana Prata, não sei se o Sr. Deputado Jorge Valadão sabe — ...

*(Risos da bancada do PS)*

... foi prepositadamente degradado, foi usado quando não devia ser.

Nesta lei Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, nós não temos eleição e muito menos uma eleição democrática que não é a mesma coisa.

Eleição é, para começar, a forma de designação de um titular de um cargo, tal como a nomeação.

Logo se vê que quando temos eleição, logicamente, não temos nomeação ou quando temos nomeação não temos eleição. O que nós temos aqui, claramente, é uma nomeação que obedece a um processo caduco que tinha a ver com o corporativismo e que não interessa a ninguém.

A verdade é que tenho a certeza que qualquer alteração a esta legislação só passa por uma coisa, ou seja, desaparece esse processo auto-proclamado de eleição e fica-se, pura e simplesmente, com a nomeação, como se faz em toda a administração pública para os titulares dos cargos de obrigação ou de natureza política.

Isto não tem nada a ver, volto a repetir, com eleição democrática. A eleição democrática que obviamente nos interessa, é a eleição democrática por sufrágio directo, universal e secreto, mas este tipo de eleição, conforme os Srs. devem saber, o Partido Socialista, tal como outros nesta Assembleia, não recebe lições de ninguém e

sabe perfeitamente o que é uma eleição e sabe o como é que outros antes dele, com a mesma bandeira, lutaram por ela.

Os Srs. não nos enganam com o termo eleição. Podem ter enganado uma parte da opinião pública, mas a nós não nos enganam. Nós sabemos perfeitamente o que é uma eleição e sabemos qual é a eleição que nos interessa.

Aqui não estamos a falar de eleição, estamos a falar de uma nomeação.

Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Eu gostei de uma frase que — não me esqueci — usou na última sessão extraordinária: "Ao Governo o que é do Governo; ao Parlamento o que é do Parlamento!".

A nomeação de cargos políticos para a Administração Pública cabe ao Governo. O Governo certamente é responsável por ela e na devida altura responderá por ela. Ao Parlamento caberá outras coisas.

A arrogância ou o absolutismo é de quem quer ultrapassar as suas funções.

Nós vivemos num estado de direito. É evidente que ninguém tem o poder absoluto.

A separação dos poderes é um conceito com mais de dois séculos.

O Governo não o tem certamente, mas a Assembleia também não o tem. A Assembleia não tem competência para fazer nomeações, quem tem essa competência é o Governo.

O Governo fê-la correctamente e quem tem dúvidas recorra aos tribunais, porque isto é um estado de direito. Por que é que não se trata este acto administrativo no tribunal? É porque ele é legal!

Será ilegítimo sobre o ponto de vista político?

Não é! Eu acho que demonstrei isso aqui.

O nosso conceito de democracia não é um conceito corporativo e ainda bem que alguém, hoje, nesta Sessão, vai fazer — algumas forças políticas — com que passados todos estes anos, esta Assembleia Legislativa Regional faça da inversão de "missa negra", uma homenagem ao conceito de eleição salazarista.

Pela nossa parte isso não acontecerá.

Muito obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

**Deputado António Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em relação à última parte, aconselhava apenas ao Sr. Secretário Francisco Coelho, a atirar as baterias e toda a sua artilharia...

**Secretário Regional Adjunto (Francisco Coelho):** Às vezes é difícil!

**O Orador:** ... para os alvos certos, porque em matéria de nomeações, nomeações multicolor e da mais variada ordem, eu não recebo lições de ninguém e muito menos dos senhores.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Quanto às questões e à argumentação produzida pelo Sr. Secretário da Economia...

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** É a real!

**O Orador:** ... reconheço que esforçou-se para arranjar uma argumentação minimamente coerente, mas não colhe Sr. Secretário e por várias razões.

Em primeiro lugar, tudo bate certo menos no sítio que estamos a analisar, ou seja, Angra do Heroísmo.

O Sr. Secretário diz: "Essa competência é minha e eu vou escolher as pessoas que eu acho mais habilitadas, pelos seus conhecimentos e experiência, para o desempenho da função".

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Não, não. Pela competência dos cargos!

**O Orador:** Vamos analisar isto.

Primeira questão:

O primeiro votado na tal indigitação — concordo que não é uma eleição, é uma indigitação, porque resultou de um processo de votação — foi o Presidente da Câmara da Praia da Vitória.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Eleito com um voto!

**O Orador:** Tem 4 anos de gestão autárquica com sucesso e mereceu ser reeleito com um aumento significativo dos votos.

O segundo indigitado, foi o Presidente de Câmara de Santa Cruz, também reeleito e com provas dadas.

Aquele que o Sr. acha com mais experiência e curriculum para desempenhar aquelas funções foi eleito agora pela primeira vez.

Estamos a ver a coerência, os currículos que o Sr. analisou e a capacidade que encontrou no Presidente de Câmara de Angra, no indigitado Dr. Sérgio Ávila, para o lugar. Não tem curriculum rigorosamente nenhum de obras públicas para ser indigitado! — primeiro argumento destruído.

Segunda questão:

Localização das obras.

A sede da Junta Autónoma dos Portos de Angra, por acaso até é na Praia da Vitória, não é em Angra. O Sr. vai obrigar o Presidente da Câmara a meter-se num carro e fazer, todos os dias em que houver reuniões, 50 quilómetros, quando o Presidente da Câmara da Praia está lá.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Ele vai na via rápida!

**O Orador:** A sede da Junta Autónoma foi transferida, para conhecimento do Sr. Secretário, para a Praia da Vitória e há lá ainda muitas obras por fazer como reapetrechamento do Porto e outras obras nas quais o próprio Presidente da Junta, integrado noutros organismos, tem também responsabilidades, como no porto de pescas, através da associação dos combustíveis, no parque industrial. Há muitas obras para fazer no Concelho da Praia nas quais existe a intervenção do Presidente da Junta Autónoma.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Quais são essas obras?

**O Orador:** Há, de facto, a marina de Angra, mas é evidente que também não se exige ao Presidente da Junta Autónoma, porque há um Director dos Portos, ou seja, o Director Executivo, que esteja todos os dias de manhã até à noite a fiscalizar as obras. Não é isso que se exige ao Presidente da Junta Autónoma.

O Presidente da Junta Autónoma dos Portos não é aquilo que o Sr. quis fazer crer aqui nesta Assembleia, ou seja, o gestor das obras da Marina. É o Presidente Político de uma Junta Autónoma dos Portos.

Por consequência, esses argumentos caem por base.

**Deputado Joaquim Ponte (PSD):** Exactamente!

**O Orador:** E finalizando, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quanto à intervenção do Deputado Vasco Cordeiro, apenas quero dizer que significativamente, de uma grande representação dos deputados da Ilha Terceira, nenhum deles se levantou a defender esta nomeação. Teve que ser o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, mas esforçou-se também para o fazer.

O Sr. Deputado, resumiu-se a tentar desmontar juridicamente...

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** E bem!

**Deputado Mark Marques (PSD):** E mal!

**O Orador:** ... a Resolução do PP.

Eu disse na minha intervenção, e está escrito, que a questão não é legal — eu disse e os Srs. não estão com atenção —, é ética e política!

Também não concordo com aquilo que foi dito aqui pelo Sr. Deputado, ou seja, de que ela emanava de um órgão democrático. A Assembleia Nacional Salazarista não é um órgão democrático.

Digamos que é de um estado de direito, é uma lei que ainda não foi revogada e tem que ser cumprida. Eu concordo com isso.

Porém, que ela emana de um órgão democrático, não emana!

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Tem que ser cumprida!

**O Orador:** No entanto, há um princípio que o Sr. como jurista deve saber, ou seja, as leis, independentemente do ano em que foram criadas, dos regimes em que foram feitas, têm que ser interpretadas com actualidade. Essa lei tinha que ser interpretada com actualidade.

Eu não ponho em causa que compete ao Governo nomear o Presidente da Junta Autónoma e que nomeou o terceiro. Ninguém vai pugnar esta questão em tribunal, porque isto não é uma questão legal.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Oh Sr. Deputado, pelo amor Deus!

**O Orador:** Ninguém vai pugnar esta decisão, porque ela é legal!

Porém, é tomada tendo por base um diploma que é feito noutra época e tem que ser interpretado com actualidade e por isso devia ter sido respeitada, neste espírito de interpretação actualizado dessa lei, essa indigitação interna da Junta Grande, ou então tivessem proposto nestes dois anos a revogação do diploma.

Também não é por acaso que essa tal indigitação ou votação interna que indigitou três elementos, foi há 6 meses e que reconheço que o Sr. Secretário teve alguma dificuldade em resolver o problema, porque não foi de imediato que deu andamento à nomeação da Junta. Ele teve 6 meses a ver como é que dava a volta ao problema e, posteriormente, o Presidente indigitado teve várias semanas para aceitar.

Toda a gente percebe o incómodo do Governo e do indigitado que tentou dizer para a opinião pública que colocou condições ao Secretário e só depois de elas serem aceites é que ele aceitou o cargo, para ter alguma legitimidade neste processo de aceitação.

Toda a gente vê a incomodidade que houve neste processo.

Os Srs. dizem que governam ao lado do povo. O que é que querem mais do que indignação generalizada do povo da Ilha Terceira perante a vossa decisão?!

É uma decisão "manu-militare", é autoritária, porque o povo da Ilha Terceira não está convosco.

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Mais alguns pequenos pormenores ao "paladar" dessa situação.

Quanto à intervenção do Secretário Regional Adjunto, eu gostaria apenas de lhe dizer que, enquanto o Sr. andava aos "saltitos" pelas ruas, eu já votava em eleições. Nessa matéria estamos entendidos.

Eu gostaria de deixar aqui claro que o Governo quer dar aqui a entender que cumpriu a lei. Foi uma obrigação que o Governo fez, não fique aqui a ideia de cumprir a lei e inverter a ordem.

O que nós dissemos e o que o Sr. Secretário Francisco Coelho muito bem referiu, foi que houve um ignóbil aproveitamento de uma legislação caduca e antidemocrática.

O Governo aproveitou uma legislação para cometer uma arbitrariedade.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Qual arbitrariedade?! Isso foi uma nomeação!

**O Orador:** Uma arbitrariedade absoluta. Escolheu a seu belo prazer!

O despacho de V. Exa. fala na nomeação do eleito "fulano tal". Todos perceberam que se houvesse dez nomes indigitados, por alguma razão houve um desempate entre o segundo e o terceiro lugares que estavam "ex aequo". Houve necessidade de hierarquizar os nomes.

Se o vosso Vice-Presidente estivesse em 5.º lugar, os Srs. punham o 1.º, o 2.º, 3.º, 4.º. Foi isso que os Srs. demonstraram.

O Sr. Secretário referiu uma frase que disse aqui há dias: "Ao Governo o que é do Governo! À Assembleia o que é da Assembleia!".

Há coisas que realmente são como as cerejas.

Há pouco estava aqui a ver, por exemplo, uma resolução recente do Governo sobre o regulamento de acesso às linhas de crédito de juros bonificados para actividades económicas e viaturas na sequência do sismo de 9 de Julho.

Os Srs. utilizam a alínea h) e a alínea o), do artigo 56.º, do Estatuto, que atribuem competências claríssimas como "administrar e dispor do património regional e celebrar os actos e contratos em que a Região tenha interesse".

Com base nisso, os Srs. furtam uma competência da Assembleia, fazem legislação...

**Deputado Fernando Menezes (PS):** O Estatuto já não é esse!

**O Orador:** Não, os Srs. enganaram-se. O Governo fez com base neste.

Sr. Deputado Fernando Menezes, quando se fala em coisas do sismo o Sr. entra em paranóia.

Os Srs. Deputados sabem o que é que o Governo refere, por exemplo?

O Governo, por resolução, — foi sempre o empenho dele, aliás, aquele diploma veio à Assembleia por engano, porque aquilo era uma resolução — atribui direitos, subsídios que vão até 10 milhões de escudos.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente** (*Fernando Lopes*): Não sabe ler! Leia o que vem escrito!

**O Orador:** Posso ler, porque é isto que vem aqui.

Por exemplo, — peço desculpa ao Sr. Presidente, porque isto não faz parte do Período da Ordem do Dia, mas ajuda a perceber as interpretações legais do Governo — "atribui até 10 milhões de escudos quando esteja em causa a aquisição, construção ou reconstrução de imóveis destinados a actividades com interesse económico". Não contempla as "arreganas" que lhe pertencem na sua competência; as arreganas não vão até aos 10 milhões de contos, por isso o Sr. só pensa nelas.

Porém, se o Sr. pensar nas actividades com interesse económico, por exemplo actividades económicas, mas não as mencionadas, estão aqui até 10 milhões de escudos, quando na habitação...

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente** (*Fernando Lopes*): É mentira, Sr. Deputado!

Essa resolução fala de bonificações e dá o direito a estabelecer protocolos com a banca!

O Sr. não sabe ler Sr. Deputado!

**O Orador:** E o resto são bonificações, como vimos aqui outro dia. Estamos entendidos.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente** (*Fernando Lopes*): Deixe de ser preguiçoso, nem sabe ler!

**O Orador:** Aliás, sobre esta matéria, o diploma que chegou a esta Casa estava preparado como resolução e trata-a como tal. Felizmente que veio aqui. Quanto a isso, também temos história provada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Um pequeno pormenor que gostaria de frisar aqui, relativamente ao facto do Sr. Deputado Paulo Valadão referir que não é possível esclarecer esta matéria aqui.

Sr. Deputado, eu julgo que a única entidade que era preciso ouvir, e que já ouvimos, porque o melhor sítio é este, era o Governo Regional. A partir de agora julgo que estamos todos esclarecidos.



Eu queria reconhecer aqui, por exemplo, que o Secretariado do PCP na Ilha Terceira, reagindo a essa matéria, condenou veementemente todas as práticas antidemocráticas de abusos de poder deste Governo, confirmou que este Governo merecia uma prova de pouca credibilidade, disse "cobras e lagartos" deste executivo e considerou que o Governo tinha lá posto "de mão".

Eu acho que fui muito delicado falando de um Vice-Presidente do PS.

Os Srs. deviam era agradecer a atenção que eu tive.

Os Srs. puseram lá um Vice-Presidente e quem chamou que era um "homem de mão" foi o PCP da Ilha Terceira e não eu.

Por conseguinte, eu julgo que ninguém tem qualquer dúvida de que houve um aproveitamento e isto é que foi condenado, Sr. Secretário.

Nunca ninguém disse que se tratava de um acto ilegal!

O que se trata é de um acto — e eu não vou repetir aqui — ...

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Antidemocrático!

**O Orador:** Antidemocrático, eticamente reprovável, prepotente, arrogante, desrespeitador, enfim, todo aquele rol que hoje demonstrámos ao longo do dia, que encaixa em muitas das decisões de V. Exa, não esquecendo outro facto que foi uma ofensa dupla, ou seja, não aguardou o veredicto político desta Assembleia e eu já me tinha esquecido

Realmente, depois de tudo isto, sabendo que hoje tinham que responder politicamente por esse facto, consumá-lo ontem, desculpem, mas desacredita.

É lamentável termos que assistir a posturas dessas.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

**Deputado João Cunha** (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Aquando da intervenção do Sr. Deputado António Meneses, ele referiu que esta questão tinha agitado a opinião pública. É um facto!

Agitou quase todos os açorianos, porque todos conheceram as tomadas de posição que existiram...

*(Apartes das bancadas do PS e do Governo)*

Parece que passa um enxame aí por cima...

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Na sua cabeça!

**O Orador:** Mais aí por esse lado.

Estas coisas realmente tomaram um chorrilho de protestos muito grande.

Sem dúvida nenhuma que se cumpriu a lei e quando o Sr. Secretário Regional da Economia refere que o PSD disse que tinha sido cumprida a lei, nós sempre falámos a verdade e nunca dissemos o contrário disso.

Pergunto:

Se se tivesse nomeado um dos outros senhores em questão, não se tinha cumprido a lei?

*(Pausa)*

Tinha-se ou não cumprido a lei?

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Quem está a protestar são os Srs. Deputados, não somos nós!

**O Orador:** Deixe-me acabar!

Os Srs. Secretários Regionais conjuntamente com o Sr. Deputado da bancada do Partido Socialista que se levantou para vir defender esta questão, não têm razão nenhuma no que se refere a este assunto.

Eu gostaria de dar a conhecer à Câmara, que o Governo escudou-se numa lei salazarista para escudar uma nomeação salazarista como costuma fazer. Foi isto que aconteceu.

Posteriormente, o chorrilho de protestos foi de tal ordem que a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa também apresentou, numa das suas reuniões, um Voto de Protesto, onde um Sr. Deputado que se encontra nessa bancada, que é ao mesmo tempo Deputado do Partido Socialista e Vereador da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, votou-o favoravelmente.

Eu não vou trazer a este debate os adjectivos que ele utilizou porque seria talvez escandaloso para o Sr. Secretário da Economia. Agora fico à espera da posição que esse Sr. Deputado vai tomar.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

**Deputado Joaquim Ponte (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu não esperava outra coisa do Sr. Secretário da Economia que não fosse aquilo que ele aqui disse relativamente à postura do PSD sobre esta matéria.

De facto, foi o Sr. Secretário da Economia que trouxe ao Plenário, a referência de que esta matéria tinha merecido uma conferência de imprensa por parte do PSD e que o mesmo nessa conferência tinha dito que não levantava qualquer aspecto ou dúvida quanto à legalidade desta questão. Isso foi dito por nós desde o início e portanto não pode causar estupefacção nem admiração à Câmara, porque essa matéria foi trazida pelo Sr. Secretário e foi ele que em primeira mão disse isso, o que de resto esperaria que acontecesse e aliás apreciei.

O que se passa aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na minha perspectiva, é que o Sr. Secretário trouxe para uma nomeação legal que ele efectuou, uma argumentação que nos faria crer, e fará crer quem não conhecer bem o funcionamento das Juntas Autónomas, que esta nomeação é uma nomeação para um órgão executivo, é uma nomeação para uma pessoa que vai ter que exercer algumas funções executivas o que efectivamente não corresponde à verdade.

Por outro lado, Sr. Secretário, e logo a seguir ao despoletar desta situação, quando V. Exa. admitiu a hipótese de nomear o Sr. Presidente da Câmara de Angra, o Sr. utilizou outro argumento, ou seja, o de fazer a obra da Marina de Angra, a necessidade de a acompanhar e a tradição, porque **tradicionalmente** era o Presidente da Câmara de Angra ou era a Câmara Municipal de Angra que presidia à Junta.

Hoje, o Sr. não utilizou esse argumento, mas lembro que no passado V. Exa. também utilizou esse argumento.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro já disse hoje aqui que seria da vossa vontade utilizar a tradição e costume.

Eu julgo que se fosse respeitado de alguma forma o costume que vinha do anterior, não se tinha perdido nada, porque o costume anterior não era nomear o Presidente de Câmara da Angra ou um representante dessa edilidade, mas sim respeitar a expressão da votação na tal lista de três elementos, que é feita pelo colégio, porque trata-se de um órgão colegial.

Estamos a tratar de um órgão colegial em que as pessoas que ali estão escolhem o representante que existe naquela Junta e que elas sentem que tem melhores condições para os representar e para dirigir os seus trabalhos. É tão só esta a função do Presidente da Junta.

A Junta Grande, como o Sr. sabe, tem uma função meramente de acompanhamento e de aprovação dos Orçamentos...

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): E não só!

**O Orador:** Com certeza, mas é de acompanhamento de fiscalização da Junta Sr. Secretário. Não tem função executiva, Sr. Secretário, tem apenas função de acompanhamento e de fiscalização.

Eu concordo que a votação é indicativa de três nomes. No entanto, eu não quero dizer que seja uma desconsideração, mas é pouco desrespeitador para quem participa nesta votação e acha que para um órgão colegial aquele a quem confere mais votos será aquele que tem melhores condições para representar, que a nomeação não corresponda à vontade dessas pessoas.

A votação que é feita tem que ter algum significado, Sr. Secretário.

Meus senhores:

As pessoas quando estão a fazer a eleição, se conferem 4 votos a um, 3 votos a outro e 2 votos a outro...

**Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): 4, 3, 3.

**O Orador:** ... hierarquizam as posições daqueles que são os candidatos escolhidos. O que foi feito foi desrespeitar a hierarquização que tinha sido estabelecida.

De resto, o Sr. Secretário sabe que a Junta Grande, como é conhecida, é um órgão que reúne de 15 em 15 dias, veja lá.

*(Aparte inaudível do Secretário Regional da Economia)*

**O Orador:** Deixe-me acabar. O Sr. Secretário depois terá oportunidade de intervir se assim o desejar.

Apenas mais duas coisas, Sr. Secretário:

Quanto às obras, nós estamos entendidos. O Sr. elencou as obras de um lado e do outro que se vão fazer, mas repare que no caso do Porto de Angra, a maior parte do tráfego, neste momento, já é do Porto da Praia da Vitória.

A sede da Junta já está no Porto da Praia da Vitória!

A sede da capitania está no porto da Praia da Vitória!

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Não é isso que está em causa?

Quais são as obras que se vão fazer?!

**O Orador:** Ouça primeiro.

A sede dos combustíveis, os cereais..

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Deputado, pelo amor de Deus! Não confunda alhos com bugalhos!

**O Orador:** Ó Sr. Secretário, deixe-me acabar.

Eu sei que não pode, Sr. Secretário, mas isso é que dá movimento àquele porto e tem que constituir preocupação. A zona industrial da Ilha Terceira vai ser instalada junto do Porto da Praia da Vitória.

Sr. Secretário, tudo isto são argumentos.

Se a Junta precisa de colaboração, com certeza que o Sr. Secretário não me vai dizer que a Junta não vai precisar da colaboração da AGESPI. É claro que vai precisar, tal como vai precisar da colaboração da capitania do Porto.

A Junta tem uma sede que se situa na Praia da Vitória e os elementos da Junta vão ter que se deslocar a essa sede.

Sr. Secretário:

Eu estou dando-lhe os argumentos. Eu não estou a criticar os elementos que o Sr. deu, apenas estou a apresentar outros que julgo que justificam.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Justificam a minha posição, a do Governo!

**O Orador:** De resto Sr. Secretário, eu fui Presidente da Câmara Municipal de Angra durante alguns anos e nunca fiz parte da Junta.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Angra não precisa de ser Presidente da Junta para colaborar na feitura das obras que estão a ser feitas no seu concelho.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Não precisa mas ajuda!

**O Orador:** Ele pode intervir nessas obras através do seu representante ou como vogal da Junta ou como Vice-Presidente. Seja como for, ele não deixará de zelar pelas obras que se irão fazer no seu concelho e estou convencido disto.

Por conseguinte, não é preciso ser Presidente da Junta para dar uma especial atenção, nem ajuda grande coisa, Sr. Secretário. Só ajuda se o Sr. Secretário tiver satisfeito as tais condições que o Sr. Presidente da Câmara lhe impôs para aceitar o lugar. Isso certamente que ajudará.

Em qualquer circunstância, sendo ou não residente da Junta, Sr. Secretário, o Sr. Presidente da Câmara não vai, não pode, nem deve descurar a preocupação que tem e que deve ter com as obras no seu concelho.

Daí e por estas razões parece-me que o que está na origem desta nomeação foi não terem respeitado a votação.

O caso da Horta e o de Ponta Delgada estão esclarecidos.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Estão coerentes com esses!

**O Orador:** Os Srs. no caso de Angra tinham um embaraço muito grande, porque os dois mais votados eram do PSD e só havia um do PS que tinha obtido votos e os Srs. tiveram que fazer uma escolha (desculpe-me) partidária.

Muito obrigado.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

**Secretário Regional Adjunto (Francisco Coelho):** Prescindo, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

**Deputado Augusto Elavai (PS):** Prescindo, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro honrou-nos com a leitura de um comunicado de uma Comissão do PCP. Não sei se é de ilha, concelhia ou de freguesia, não sei nem estou muito preocupado.

Isso só vem aduzir aspectos em relação à intervenção que eu fiz há pouco, ou seja, talvez essa estrutura do meu partido na Ilha Terceira conheça melhor o assunto do que eu próprio conheço.

Exactamente por isso, é que eu entendi e continuo a entender, embora em minoria, que esta matéria devia ter sido muito mais aprofundada. Devia ter havido um conhecimento e devia ter sido feita uma audição a todos os interessados, para depois podermos, em consciência, pronunciarmo-nos.

Eu, da minha parte, não tenho qualquer pejo em dizer que efectivamente preferia que esta matéria fosse muito mais aprofundada.

Também não tenho qualquer relutância em ter uma posição diferente daquela que teve um organismo qualquer — de ilha, concelhia ou de freguesia — do meu partido, porque nestas matérias, Sr. Deputado, se o Sr. tiver em atenção tudo aquilo que dizem os responsáveis do seu partido de outras ilhas, por exemplo, de São Miguel, provavelmente teria aqui atitudes completamente diferentes.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**O Orador:** Portanto, em relação a isso estamos conversados.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

**Deputado José Nascimento Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Cunha:

Com toda a sinceridade devo-lhe dizer o seguinte:

Suponho que todos nós nesta Câmara e fora dela, e até mesmo nas nossas vidas particulares, já tomámos certamente posições que depois de reflectirmos e de nos informarmos melhor, tomamos posições diferentes em relação às anteriores.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Essa era para o Sr. Secretário da Economia!

**O Orador:** Assim sendo, e na minha opinião, não devemos deixar passar a primeira oportunidade para tentar rectificar essas mesmas posições, desde que elas sejam coerentes, não firam a legalidade e, acima de tudo, a nossa consciência.

Ainda bem que é assim, porque num dia longínquo, o Dr. Mário Soares, "pai" da democracia portuguesa, disse que "só os burros é que não mudam de opinião".

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

Confesso com toda a franqueza que, tanto eu como o outro elemento vereador do PS, Dr. Manuel Avelar Santos, fomos apanhados de surpresa com a apresentação do Voto de Protesto por parte dos 3 elementos do PSD, por acaso apresentado pelo meu particular amigo, José Aguiar. Da maneira como ele foi apresentado — não quero dizer com isto que ele foi mal apresentado, na óptica do PSD — e pelas declarações que realmente ouvi na RDP, e que foram pouco convincentes por parte do Sr. Secretário da Economia, pensei que realmente a atitude de nomear o menos votado não era a mais correcta.

Posteriormente, ouvi a explicação dada pelo Sr. Secretário da Economia que dizia que afinal o número de votos nada tinha a ver com este processo e que o seu critério de nomeação tinha sido o volume de obras — como todos sabem a Marina de Angra vai atingir cerca de 3 milhões de contos — e que este critério já tinha sido adoptado em São Miguel, aquando da nomeação do Dr. Manuel Arruda, destacado membro do PSD e Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, cuja área de jurisdição é aquela que tem maior número de obras.

Ainda acerca do número de votos não ter influência na nomeação, o que está mal é a lei e gostaria de acrescentar que esta lei, como já foi dito por vários Srs. Deputados, data de 1950. Portanto, não está bem e espero que seja revogada o mais rapidamente possível como já aconteceu no passado recente com as nomeações dos Presidentes dos Conselhos Directivos das Escolas Preparatórias.



Agora, é na realidade o professor democraticamente eleito, não só pelo pessoal docente, mas também pelo pessoal auxiliar e administrativo, através de voto secreto que é nomeado.

Dou-vos apenas um exemplo ocorrido na minha ilha, e possivelmente noutras, ou seja, por vezes, o mais votado para Presidente não era o nomeado. Chegou a haver, numa determinada altura, um professor que obteve a votação de 19 votos e o outro apenas 2 votos, e um destes votos obviamente era do próprio, e esse é que foi escolhido e todos sabiam que era por questões meramente político-partidárias.

**Deputado João Cunha (PSD):** Não é assim Sr. Deputado. O Sr. sabe que não é assim!

**O Orador:** A lei existente assim não o permitia.

Eu não quero dizer com isto que o nomeado não exerceu as suas funções com dignidade. Eu estou a fazer esta ressalva para que não dê lugar a nenhuma especulação.

**Deputado João Cunha (PSD):** Com grande dignidade!

**O Orador:** Mais adjectivo, menos adjectivo, eu quero é ressaltar esta situação.

A minha atitude de votar contra esta Proposta de Resolução apresentada pelo CDS/PP, foi tomada conscientemente, fruto de um diálogo esclarecedor que estabeleci com o Sr. Secretário da Economia que colocou acima de tudo os interesses da Junta Autónoma dos Portos de Angra do Heroísmo.

Termino fazendo uma pergunta em relação ao último parágrafo (ponto 2) do texto desta Proposta de Resolução — que passo a citar, embora parcialmente:

"... pondo assim termo a uma reprovável situação que infelizmente apenas obedeceu a desígnios político-partidários".

Pergunto: E a votação que ocorreu na Assembleia Geral da Junta Autónoma dos Portos de Angra do Heroísmo, pelo seu resultado, em que o Presidente da Câmara de Angra nem tão pouco seria Vice-Presidente, não obstante de ser na sua área de jurisdição que irão realizar nos próximos anos o maior volume de obras, obedeceu ou não a desígnios meramente político-partidários?

Obrigado, Sr. Presidente.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Eu gostaria, em primeiro lugar, de corroborar a exposição de razões, feita pelo Sr. Secretário Regional da Economia, que estiveram na base da nomeação efectuada para a Presidência da Junta Autónoma dos Portos de Angra do Heroísmo.

Em primeiro lugar, porque o Governo agiu no respeito da lei.

Em segundo lugar, porque efectuou essa nomeação no uso da competência própria que lhe cabe.

Em terceiro lugar, porque avaliou o titular que foi nomeado com base na existência de um plano de investimentos próximo futuro, que se concentra na área de Angra do Heroísmo, e entendemos que foi adequado fazer coincidir a figura do titular da Presidência daquela Junta Autónoma, com a do titular da Presidência da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Intervenho ainda para dizer muito claramente que o critério que este Governo utiliza para efectuar nomeações não é um critério de fidelidade partidária.

Eu próprio, como Presidente do Partido Socialista, sou muitas vezes publicamente criticado por efectuar nomeações de pessoas que publicamente são conhecidas como membros ou simpatizantes de outros partidos. Tenho-o feito e vou continuar a fazê-lo.

Não posso por isso aceitar, sem um protesto vigoroso, as afirmações e o ambiente que o PSD/PP, nesta Assembleia, no caso PP/PSD, procuram fazer sobre a actuação do Governo e sobre esta circunstância, em particular, de transformar a opção que o Governo teve, numa opção de nomeação de um amigo (por acaso é meu amigo!), de um apoiante (por acaso é meu apoiante!) e de um partidário (por acaso é com muita honra, com muita competência e com muita eficiência Vice-Presidente do Partido Socialista!).

No meu Governo não há nenhuma orientação dirigida a nenhum membro do Governo Regional para acautelar nomeações em função de critérios partidários ao contrário do Governo de que fazia parte o Dr. António Meneses, onde existiam orientações expressas, escritas para terem cuidado nas nomeações. Passo a citar:

"Insisto na prudência a ter na designação de funcionários ou agentes de nomeação, directa ou indirecta, do Governo Regional, para cargos de direcção intermédia, de representação em cada ilha ou concelho ou, simplesmente, de responsabilidade.

Há amargas experiências neste campo com sério prejuízo para a imagem do Governo Regional.

A administração deve ser isenta — mas em muitos casos dela actuam descaradamente contra o Governo Regional e os seus apoiantes.

*(Risos da bancada do PS)*

Tais situações não se podem tolerar.

Comprovados os factos haverá que agir sem contemplações."

Esta não é a prática do Governo Regional dos Açores presidido por mim.

*(Aplausos da bancada do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

**Secretário Regional Adjunto** (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Depois desta confirmação, é relativamente fácil complementar este debate.

Penso que fizemos alguns progresso, apesar de tudo. Chegámos à conclusão de que o processo não foi ilegal, já chegámos à conclusão que afinal não se tratava de eleição nenhuma...

**Deputado Joaquim Ponte** (*PSD*): Não Sr., ainda não chegámos a essas conclusões!

**O Orador:** ... e chegámos também à conclusão de que o problema, e se calhar é aí que os Srs. querem chegar mas não dizem, é a legitimidade.

Se falarmos em legitimidade, eu pergunto muito claramente:

Quem é que tem mais legitimidade, democrática essa, para nomear o Presidente da Junta Autónoma dos Portos?

Será por acaso o Sr. Delegado do Ministério Público que está em Angra ou será o Governo, este sim, que tem a legitimidade, saída de voto popular e desta Assembleia? Parece-me que a resposta a esta questão é muito simples.

Aliás, e porque já fizemos uma breve introdução ao passado, certamente que os Srs. Deputados do PSD saberão que já houve da vossa iniciativa, da iniciativa dos vossos Governos, dois projectos sobre a criação de institutos regionais de desportos nos Açores. Por uma questão de comodidade eu chamaria a um o projecto do Prof. Mário Fortuna e ao outro o projecto do Sr. Américo Natalino Viveiros.

Se por acaso virmos esses projectos que não tiveram seguimento, e neste momento não interessa saber as razões, lá não se fala em eleição. O que eu vejo falar lá é em nomeação para chefes de divisão e directores de serviço, certamente seguindo os critérios de orientação que nos foram revelados.

De resto, é evidente, Sr. Deputado António Meneses, que alguma opinião pública, nomeadamente o Diário Insular, manifestou uma opinião discordante. Num certo ponto de vista, isso até me deixa satisfeito, porque da maneira como as coisas foram apresentadas à opinião pública, parecia que se estava a pôr em causa eleições democráticas. Ainda bem que as pessoas se preocupam com isso.

De resto, o Governo sabia a razão que tinha, além disso, continuámos a agir. Mas se quiser falar no Diário Insular, se o comportamento político for determinado apenas pela opinião pública, certamente que o Sr. Dr. Costa Neves e o Deputado Alvarino Pinheiro vão ficar 15 dias sem sair de casa se lerem esse órgão de comunicação social dos últimos dias.

Penso que este não será apenas o único critério.

Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Permita um concelho de uma criança:

Quando numa discussão se está a argumentar, politicamente, e se abandona o tema e lançam-se pequenas bocas, venenos, habilidades e alguns insultos pessoais, toda a gente percebe quem é que perdeu.

Sr. Deputado:

Quando se está a discutir a Junta Autónoma dos Portos de Angra e o Sr. vem falar na reconstrução, toda a gente percebe quem é que perdeu. A esse respeito estamos conversados.

Gostaria ainda de lhe dizer, Sr. Deputado, que estou perfeitamente convencido de que os meus camaradas, o Partido Socialista e eu, vamos andar mais tempo aos "saltinhos" aqui do que V. Exa.

Muito obrigado.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** *Muito bem! Muito bem!*

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Aos saltinhos não convém!

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

**Deputado João Cunha (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Apenas para prestar uns brevíssimos esclarecimentos:

Em primeiro lugar, aproveito para dizer ao Sr. Presidente do Governo que deve ter sido naquela carta que ele se inspirou para fazer a carta onde enviava as fotografias para muito lado.

Em segundo lugar, gostaria também de lhe dizer que aquela carta se aplica, exactamente, como uma luva, a tal "luva de gato" de que falava o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, ao caso presente que estamos a apreciar.

Provavelmente, foi com base naquela carta que o Sr. recomendou que fosse nomeado o Vice-Presidente do Partido Socialista e não quem ganhou a tal eleição que agora aqui é contestada.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** O que é que o Sr. está a dizer para aí?

Não diga asneiras!

**O Orador:** Em terceiro lugar, gostaria de dizer ao Sr. Deputado José Nascimento Ávila que as pessoas na Graciosa — algumas já me disseram — já se vão habituando a essa situação, ou seja, o Sr. na Graciosa tem uma cara, noutros lados o Sr. tem outra. O exemplo fica aqui bem patente e mostra que é verdade.

Para terminar, também gostaria de lhe dizer que eu comungo dessa ideia que o Sr. deu aí e que parece que o seu "pai" foi o Dr. Mário Soares, isto é, de que "os burros nunca mudam". Isso é verdade.

No entanto, há alguns que têm que ser conduzidos pela mão!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

**Deputado António Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em relação a essa instrução do anterior Presidente do Governo Regional, porventura, poderei ter recebido — não me recordo se nessa altura eu já era membro do Governo — mas, em relação a essa matéria, eu fui muito mau Secretário uma vez que não cumpri essas instruções e quem me conhece sabe que nomeei muita gente, alguns deles colaboradores próximos seus, e não cumpri minimamente essa instrução do Presidente do Governo. Essa questão a mim não me toca.

Porém, muito mais grave do que isso, Sr. Presidente, é defender, é pugnar que as nomeações para os lugares intermédios de dirigentes da Administração Regional sejam de forma transparente, por concurso público e depois não se faz esse concurso ou então para não abri-lo, nomeiam-se em regime de substituição por 6 meses...

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Todos eles vão ser abertos!

**O Orador:** Vão ser abertos quando, Sr. Presidente?!

Os Srs. estão no Governo há dois anos e provavelmente abriram esse concurso há muitas poucas semanas.

Os Srs., durante dois anos, fizeram a gestão da vossa governação com nomeações, em substituição, sucessivas...

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Está muito enganado!

**O Orador:** ... mantendo-se lá ilegais. Outros substituíam chefias por alteração de orgânicas, porque alteravam as orgânicas e a designação dos departamentos e perdiam as comissões de serviço.

Outros, mesmo alterando as orgânicas continuavam lá ilegalmente.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Cumprimos as orgânicas e abrimos os concursos!

**O Orador:** Sr. Presidente:

Estão nomeados alguns directores regionais que não têm competência, estão a desempenhar funções ilegalmente e talvez o Tribunal de Contas receba uma participação para analisar isso.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Pode vir os tribunais, porque nós não temos receio.

**O Orador:** Aqui, o Sr. tem uma postura democrática, defende a transparência da Administração, os concursos públicos. Critica instruções dessas que não concordei e que não cumpri.

No entanto, o Sr. tem uma lei que lhe obriga a fazer os concursos para os chefes de divisão e para os directores de serviço e se o Sr. começou a abrir esses concursos foi há semanas.

O Sr. esteve dois anos a governar com nomeados em regime de substituição e alguns deles em situação ilegal.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Isso tem um limite de tempo.

**O Orador:** Os Srs. fizeram expedientes para não abrir concursos. Toda a Administração sabe isso, todos os chefes de divisão e directores de serviço sabem isso e há muitos técnicos que tinham legítimas expectativas de concorrer aos concursos públicos e que viram vedado o progresso da sua carreira por causa dos Srs. não abrirem os concursos.

**Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César):** Isso não é verdade!

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** É verdade sim Sr.!

Os Serviços Agrícolas do Pico, como é que foi?

**O Orador:** Não fale em moralidades, porque isso é autenticamente farisaico, não corresponde à verdade!

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto para prestar esclarecimentos.

**Secretário Regional Adjunto (Francisco Coelho):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para esclarecer o Sr. Deputado António Meneses acerca da questão dos concursos. Vamos ser claros:

Em primeiro lugar, o seu partido e os Governos a que pertenceu, assumidamente, sempre disseram que não concordavam com essa filosofia e que achavam que os dirigentes deviam ser nomeados.

Nós, ao contrário disso, dissemos que achávamos que os cargos deviam ser preenchidos por concurso público.

É evidente que a legislação é, em primeiro lugar, nacional, e nós temos que esperar por ela. A legislação não tem 2 anos, Sr. Deputado e o Sr. sabe disso.

**Deputado António Meneses (PSD):** Tem mais!

**O Orador:** Repare:

O que o Sr. está a dizer, em termos políticos, não faz sentido nenhum, porque o Sr. diz que nós estamos a esforçar-nos para tirar cargos de chefe de divisão e de directores de serviço que os Srs. nomearam por motivos políticos. Isso é ridículo!

**Deputado António Meneses (PSD):** Limpam-nos todos!

**O Orador:** Não, eles estão lá!

Já há mais de 50 avisos de concurso publicados...

**Deputado António Meneses (PSD):** Desde quando?

**O Orador:** Deve ter começado em Junho deste ano.

Há uma Comissão a constituir, Sr. Deputado, que é presidida pelo Juiz Presidente do Tribunal do círculo de Angra...

**Deputado António Meneses (PSD):** Metade do mandato foi feito ilegalmente!

**O Orador:** O Processo vai ser levado a "bom porto", vai ser feito.

Os Srs. é que durante 20 anos não fizeram, porque não quiseram.

**Deputado António Meneses (PSD):** Era a lei!

**O Orador:** Desculpe, era a lei que fizeram. Por que é que não mudaram a lei?!

Estamos esclarecidos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai para uma primeira intervenção.

**Deputado Augusto Elavai (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:



Eu só peço a palavra porque quando se trata, ou se fala, de nomeações, eu presenciei certas nomeações políticas, certos pedidos de desculpa por não nomearem, porque ou a Comissão do PSD ou o Presidente do Governo Regional, diziam que não podiam ser. Eu presenciei cenas dessas e só não apresento nomes aqui, porque não tenho autorização das pessoas, mas se quiserem, desde o momento que não publicitem, eu posso dizer-vos um por um.

**Deputado Eugénio Leal (PSD):** A quantos é que já disseram isso!

**O Orador:** Chegaram a dizer: "Desculpe. Eu sei que o Sr. é competente, mas não posso porque a Comissão Política de Ilha do PSD chumbou!"

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Já é a terceira vez que isto é trazido a esta Assembleia.

Eu calei-me em duas ou três ocasiões, mas não posso calar-me agora, porque depois do Sr. Presidente do Governo Regional ler aquela carta do Presidente do Governo Regional, suponho que tenha sido o Presidente do Governo Regional de então, enviada para os Secretários Regionais, eu de facto compreendi que agora não dependia de uma pessoa eventual, mas sim de uma estratégia política aqui na Região de que nós nos livrámos.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Muito bem!

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação da Proposta de Resolução que "recomenda ao Governo Regional a revogação da nomeação da Junta Autónoma dos Portos de Angra do Heroísmo".

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de sentar.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do PP, 22 votos contra do PS e registou 1 voto de abstenção do PCP.

**Presidente:** Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este Parlamento acabou de aprovar uma Resolução que envolve uma recomendação ao Governo Regional com a maioria dos votos dos deputados desta Assembleia e certamente com a maioria absoluta da razão sobre esta matéria.

A questão que em declaração de voto se levanta, uma vez que estão aduzidas todas as boas razões do Grupo Parlamentar do PSD, é chamar a atenção para uma resolução aprovada pelo Parlamento e também para reafirmar a imprescindibilidade do Governo Regional cumprir essa recomendação.

Ou cumpre e demonstra boa vontade perante esta Assembleia, ou não a cumpre e confirma um dos primeiros passos para um conflito institucional com o Parlamento.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nós, da nossa parte, continuamos a insistir que matérias como esta deveriam ser aprofundadas, por um lado e, por outro, deviam ser tratadas com uma lisura diferente daquela como esta matéria aqui foi tratada.

Não podemos deixar passar em claro que tanto o PP como o PSD, respectivamente pelas vozes do Srs. Deputados Alvarino Pinheiro e João Cunha, referiram que o Partido Socialista tinha nomeado um Vice-Presidente para o cargo, enquanto que todos nós sabemos que o Secretário Regional nomeou um Presidente de Câmara.

Não é por acaso que estas fórmulas e estas matérias surgem, em termos políticos, nesta Assembleia e são imprecisas. Eu julgo que nestes casos temos que ser precisos e profundos.

Estamos convencidos que a única solução que havia, na nossa opinião, foi o voto que expressámos.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O debate foi esclarecedor, mas talvez alongou-se um pouco mais, porque houve uma tentativa, do Partido Socialista e do Governo, em criar alguma situação polémica à volta desta matéria, porque era duro, politicamente, ter que se confrontar com esta denúncia.

Ficou claro que, efectivamente, e eu próprio já o referi, a gravidade da situação não foi, dos três presidentes de Câmara, o Governo ter nomeado um, mas sim desses três presidentes, o Governo ter nomeado o menos votado, exactamente por ser Vice-Presidente do Partido Socialista.

Foi nesse entendimento que esta situação foi aqui denunciada e foi por isso mesmo que toda a opinião pública reagiu da forma como pudemos assistir no que se refere a esta matéria.

Também ficou aqui claramente denunciado que, para além de ter agido mal, o Governo ainda pôs em causa e afrontou esta Assembleia, quando há dois dias nomeou o seu escolhido, sabendo que hoje tinha este debate e que iria responder politicamente perante o Parlamento e ao responder ao Parlamento, o mesmo não deu razão ao Governo, o que quer dizer que o executivo, duplamente, agiu mal.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O resultado desta votação é paradigmática daquilo que se tem passado.

Primeiro, começou por o problema ser de duvidosa legalidade. Reconheceu-se depois que não o era.

Depois, já era político. O Sr. Secretário Regional da Economia, que tem a tutela política e que é responsável politicamente por este acto, expos todas as razões que fundamentaram a sua decisão. Ninguém contrapôs nem conseguiu provar que não eram razões válidas.

A maioria dos deputados aqui presentes votaram a favor desta resolução. O Partido Socialista votou contra e sai hoje daqui ciente que tem razão, que teve razão e que terá razão. Mais adiante veremos se efectivamente não será assim.

**Presidente:** Eu peço aos líderes parlamentares e à representação parlamentar do Partido Comunista para tomarmos decisões sobre a continuação dos nossos trabalhos.

*(Pausa)*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos continuar os nossos trabalhos até às 21.00 horas. Vamos passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, ou seja, ao **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução**, apresentada pelo PSD, sobre "**criação de uma Comissão Eventual de acompanhamento da acção governativa no âmbito da reconstrução dos estragos provocados nas Ilhas do Faial, Pico e São Jorge, pelo sismo de 9 de Julho de 1998**".

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A razão pela qual apresentamos esta Proposta de Resolução e pedimos a sua apreciação em regime de urgência e dispensa de exame em comissão, deve-se ao facto de nos parecer que o conjunto de matéria que está em causa com a problemática da reconstrução das ilhas mais atingidas pelo sismo de 9 de Julho, merece que esta comissão possa, com a maior rapidez possível, ser constituída e que comece a trabalhar por forma a poder habilitar também, em tempo oportuno, a Assembleia com os elementos necessários para a sua avaliação, acompanhando ao mesmo tempo a acção governativa nesta área.

Estas são as razões que nos parecem pertinentes para que se peça o processo de urgência e dispensa de exame em comissão.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que nós pensamos que tem todo o interesse esta Assembleia poder acompanhar, a par e passo, todos os problemas relacionados com a reconstrução e advenientes do sismo de 9 de Julho.

Sendo assim, nós vamos dar o nosso voto favorável à urgência e, posteriormente, à proposta em causa.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular vai dar o seu voto favorável ao Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão desta Proposta de Resolução, apresentado pelo Partido Social Democrata, porque entende que sendo matéria de grande interesse para a Ilha do Faial e para os Açores em geral, e sendo também do melindre que todos nós sabemos, a mesma deve ser acompanhada por esta comissão que se pretende criar pela Resolução.

Uma vez que assim é e sendo urgente, a nossa anuência a este pedido de urgência.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

**Deputado Fernando Menezes (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS vai apoiar esta iniciativa do PSD, porque considera importante apesar de nós, em cada momento, termos vindo a acompanhar o que se tem passado após o sismo que nos vitimou em 9 de Julho.

Nós vamos votar favoravelmente a criação desta Comissão, a sua urgência e depois indicaremos os deputados, da nossa bancada, que farão parte da mesma.

**Presidente:** Julgo que podemos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar à discussão da **Proposta de Resolução — "Criação de uma Comissão Eventual de acompanhamento da acção governativa no âmbito da reconstrução dos estragos provocados nas Ilhas do Faial, Pico e São Jorge, pelo sismo de 9 de Julho de 1998"**.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

**Deputado Madruga da Costa (PSD):** Sr. Presidente, se me permite, eu agradecia que no texto da Proposta de Resolução, no último parágrafo falhou uma palavra que é fundamental, ou seja, "apresentar".

Portanto, deverá ler-se:

"... nos termos do artigo 63.º do Regimento, **apresentar** um circunstanciado relatório respeitante à sua actividade e ao desenvolvimento das tarefas do realojamento e da reconstrução."

Era só para chamar a atenção do Sr. Presidente e da Câmara para a falta deste verbo que se torna muito importante na percepção da redacção deste documento.

**Presidente:** Sr. Deputado, desculpe, podia repetir porque eu não consegui acompanhar.

**O Orado:** No último parágrafo, da última folha, deve-se ler: "A Comissão deverá, em cada uma das sessões plenárias da Assembleia Legislativa Regional, nos termos do artigo 63.ª do Regimento, **apresentar** ..."

**Presidente:** Pode continuar, Sr. Deputado.

**O Orador:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: A apresentação desta proposta tem por finalidade a constituição pela Assembleia de uma comissão que possa, com trabalho e com algum esforço — nós sabemos que a Assembleia, neste momento, já dispõe de um número alargado de Comissões, mas esta questão que emerge do realojamento dos desalojados e dos sinistrados e da reconstrução, daquilo que foram os estragos provocados pelo sismos de 9 de Julho passado — debruçar-se com pormenor sobre esta matéria e, ao mesmo tempo, traga ao conhecimento dos Srs. Deputados a evolução desta tarefa que cabe, por um lado ao Governo, aos seus serviços, às populações e que, ao fim e ao cabo, cabe ao esforço de uma comunidade que tem que se empenhar para levar por diante esta ingente tarefa de reconstruir o património das nossas ilhas, nomeadamente neste caso, o Pico, o Faial e também São Jorge.

Trata-se de uma Comissão que, no âmbito da sua actividade, acompanhará a acção governativa nesta matéria, contactando com o Sr. Secretário que tutela o gabinete da promoção da reconstrução e eventualmente com os serviços, com os autarcas, com todas as instituições de solidariedade social que têm concorrido, têm tratado e estão a

apoiar este grande esforço de realojamento e de reconstrução por forma a, periodicamente, trazermos à Assembleia o progresso desta matéria e o conjunto de acções que vão sendo tomadas e a sua própria evolução.

Parece-nos que isto é importante e esta é uma comissão que, no âmbito da sua própria actividade, pode ser um elemento importante para trazer informação e trocar opiniões, por forma a que, com a maior rapidez que a todos interessa e também com a maior segurança, rigor e transparência, leve por diante esta importante tarefa da reconstrução das ilhas afectadas pelo sismo de 9 de Julho.

**Presidente:** Continua aberta a discussão.

Não havendo mais intervenções vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar ao ponto seguinte que se refere a mais um **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta da Resolução que "recomenda ao Governo Regional a antecipação dos prazos de pagamento das indemnizações compensatórias aos empresários do sector agro-pecuário"**, apresentado pelo Partido Popular.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta Resolução que visa recomendar ao Governo a antecipação dos prazos de pagamento das indemnizações compensatórias aos empresários do sector agro-pecuário, insere-se na actual conjuntura económica e social da Região Autónoma dos Açores, em matéria que tem por base um diagnóstico que é permanente e que todos, e cada um, têm presente. Entendemos por isso que não se justificava a sua baixa à Comissão.

Quanto à urgência, ela decorre da própria relevância e da necessidade de, urgentemente, os nossos empresários agrícolas terem um fundo de maneio que todos sabemos que vai escasseando.

Nessa perspectiva, entendemos que se justifica a sua urgência e dispensa de exame em Comissão.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vai votar favoravelmente o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da presente Proposta de Resolução.

Entendemos que é pertinente e interpretamos esta recomendação ao Governo como um sinal, um alerta, não só para a medida que aqui vem apresentada, mas também para chamar a atenção de que todas as medidas que sirvam para minimizar as consequências da seca, já reconhecida nas nossas nove ilhas, sejam atendidas com a celeridade que lhes é devida.

Gostaria de lembrar que em relação à seca, há um conjunto de medidas que já foram referidas e que não estão publicadas, não estão anunciadas e ainda não é conhecido o seu conteúdo.

Penso que ao votarmos favoravelmente o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão desta Proposta de Resolução, estamos fazendo uma chamada de atenção para que as medidas que, se bem entendemos, estão em carteira, sejam atendidas com a urgência que lhes é devida.

**Presidente:** Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

**Deputado Élio Valadão (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta que estamos, neste momento, a analisar o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar favoravelmente, visto que esta não é uma matéria que obrigue a uma grande análise, a uma grande apreciação.

**Presidente:** Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação deste Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.



**Presidente:** Vamos passar à discussão da **Proposta da Resolução que "recomenda ao Governo Regional a antecipação dos prazos de pagamento das indemnizações compensatórias aos empresários do sector agro-pecuário"**.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Gostaria de enquadrar as nossas preocupações quanto à presente Proposta de Resolução num quadro de salvaguarda da perda de rendimento dos agricultores.

Gostaria de lembrar que os procedimentos adoptados nos últimos anos quanto ao pagamento, quer de indemnizações compensatórias, quer do POSEIMA, são processados em simultâneo.

Espero que continuem a processar-se da mesma forma, pois seria mais um contributo para garantir que os agricultores vejam minimizada a situação que actualmente se encontram.

Também gostaria de lembrar que o rendimento dos agricultores não se salvaguarda, única e exclusivamente, com esse tipo de medidas e gostaria de trazer a esta Casa uma preocupação eminente que já faz novamente notícia.

Trata-se precisamente do que se está a passar com a comercialização da carne dos Açores no mercado continental.

Advém daí, certamente, uma quebra de rendimento dos agricultores dos Açores e não temos visto, por parte do Governo Regional, uma atitude enérgica que deve ser assumida, a devido tempo, para salvaguardar a imagem dos nossos produtos.

Gostaria que no quadro, que nos preocupa, da salvaguarda do rendimento dos agricultores, houvesse uma posição enérgica por parte do Sr. Secretário Regional quanto a esta matéria.

Não faz sentido que o Sr. Secretário Regional da Agricultura se tenha manifestado quanto aos relatórios da Comissão Europeia, salvaguardando o interesse da Região na isenção da BSE, mas não o tenha feito em tempo útil quando se faz notícia, pondo em causa a qualidade da carne dos Açores.

Este é um mero exemplo de como uma breve palavra, uma posição enérgica e uma medida consensual pode minimizar o rendimento dos agricultores.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

As más condições atmosféricas ocorridas durante o rigoroso Inverno de 1997/1998, mantiveram, durante longos períodos, as pastagens permanentes demasiadamente alagadas, diminuindo, significativamente, a produção de forragens e o desenvolvimento das pastagens naturais, base da alimentação dos animais das explorações agro-pecuárias dos Açores.

Posteriormente, o Verão veio a verificar-se igualmente rigoroso, embora no sentido inverso, o da seca, contribuindo para a diminuição da produção de erva e milho para ensilagem.

A escassez de erva nas pastagens, originada pela seca prolongada, obrigou ao recurso a alimentos que se destinavam a ser utilizados no próximo Inverno, bem como à utilização de alimentos concentrados, com significativos aumentos dos custos de produção nas explorações.

Aproximam-se os prazos para a regularização de compromissos, não só com os juros, mas também com as próprias rendas das explorações.

Dado que o Governo Regional dos Açores não anunciou, até ao momento, qualquer medida significativa de minimização das grandes percas de rendimento, ocorridas nesta última campanha, na grande maioria das explorações agro-pecuárias dos Açores e é notório a insatisfação e a preocupação dos nossos empresários na sequência de uma crise por todos reconhecida, foi entendimento do Partido Popular que havia que minimizar, de imediato, essa situação.

É nessa perspectiva, como já foi aqui salientado pelo Sr. Deputado que me antecedeu, que surge esta recomendação. É uma ideia, é uma sugestão, que nos parece ser construtiva, na medida em que será mais fácil à Região e à sua administração, fazer uma antecipação, anteceder um pagamento, em cooperação e colaboração com outras entidades que possam estar envolvidas no processo.

Os benefícios que esta medida terá nas tesourarias das nossas populações agrícolas, nos bolsos dos nossos agricultores, pode aliviar a situação de estrangulamento, a situação de crise por que muitos passam e isto — repetimos — sem substituir medidas mais profundas, que ainda aguardamos por parte do Governo, que possam vir ao encontro dos nossos empresários agrícolas.

Portanto, é nosso propósito que esta Assembleia recomende ao Governo que faça uma antecipação do pagamento das indemnizações compensatórias, se possível já no próximo mês de Outubro, por forma a se minimizar, numa primeira fase, a perda efectiva de rendimentos entretanto ocorrida nas explorações agrícolas resultante das condições atmosféricas, extremamente rigorosas, verificadas no último Inverno e no último Verão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É mais um contributo, e com este fechamos hoje as propostas que o PP trouxe a esta Assembleia, que nos parece que se for aprovado por esta Casa, com o empenho e cooperação do Governo, pode ser útil à nossa população.

Repito, sem prejuízo de apelarmos ao Sr. Secretário Regional que no âmbito do seu orçamento para o sector, no âmbito das diligências que possa fazer junto de entidades externas à Região, possa ter em conta uma situação que também é de calamidade, em certa medida, para os nossos empresários agrícolas.

É este apelo e a esperança de que este Parlamento venha a aprovar esta recomendação.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

**Deputado Élio Valadão (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É verdade que nem todos os anos agrícolas são iguais. Há anos mais fáceis e há anos mais difíceis, mas é certo que os agricultores têm que se preparar para os Verões difíceis e para os Invernos rigorosos.

Também é verdade que este, de certa forma, tem sido um ano de excepção e por isso mesmo há que reconhecer que os agricultores têm feito um esforço redobrável, quer no transporte de água para as suas explorações, quer no transporte de alimentos concentrados para compensar as baixas produções forrageiras e ainda um esforço

económico, porque, em alguns casos, o consumo de alimentos concentrados tem aumentado ligeiramente.

Contudo, também é verdade que esses mesmos agricultores têm conseguido aumentar as suas produtividades. Basta ver que em algumas ilhas essas produtividades baixam em relação ao ano anterior.

Além disto, é preciso salientar, e como referiu o Sr. Deputado António Almeida, pelo menos percebi isso da suas palavras, que esta Proposta do Partido Popular parece pecar por defeito, ou seja, faz apenas referência às indemnizações compensatórias deixando de fora os outros tipos de subsídios.

Por último, gostaria de referir, e espero não ser mal interpretado, que esta ideia do PP não é uma "ideia peregrina". Eu próprio, no dia 6 de Setembro tive o cuidado de referir ao Sr. Secretário Regional, as vantagens de um pagamento antecipado das indemnizações compensatórias e do subsídio do POSEIMA às vacas leiteiras.

No entanto, gostaria de referir que esta ideia não foi minha. Resultou do contacto com os agricultores, com alguns órgãos sociais das organizações de produtores e, por isso mesmo, julgo que é um processo que importa dar andamento.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Em primeiro lugar, tenho dificuldade em aceitar que se fale aqui em pagamento antecipado.

Poderá ser que os autores tenham razão, mas a ideia que eu tenho é que as indemnizações compensatórias devem ser pagas em Outubro, Novembro ou Dezembro.

Por isso mesmo, tenho a impressão de que aquilo que se está sugerindo tão somente, é que as indemnizações compensatórias sejam pagas dentro de uma das épocas normais que têm que ser pagas.

Aliás, se o Governo Regional pagar durante o mês de Outubro as indemnizações compensatórias, não é novidade na Região, porque as indemnizações compensatórias, no passado, foram pagas nesse mês.

Porém, julgo que há outros apoios (esses sim), que o Governo Regional poderá dar, e normalmente são pagos mais tarde, que se fossem pagos com alguma antecedência seria muito conveniente para os agricultores. Alguns deles já foram referidos aqui, mas quero referir um outro, ou seja, o apoio à extensificação.

Esse subsídio, normalmente é pago em Dezembro, mas às vezes é pago em Janeiro ou Fevereiro e pode ser pago, segundo creio, de acordo com as normas comunitárias, até Março. Esse subsídio se for pago com alguns dias ou meses de antecedência, irá melhorar bastante a economia familiar dos nossos agricultores, porque a indemnização compensatória, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para a grande maioria das nossas agro-pecuárias, é um apoio importante, mas é um apoio que, em relação a muitas delas, tem um grau diminuto, em nosso entender.

Note-se que a indemnização compensatória tem limites muito grandes. De facto, é um apoio importante, não o contestamos, mas é diminuto.

Por outro lado, o apoio à extensificação, em relação a muitas explorações, é um apoio substancial e muito importante. Por isso mesmo, estamos de acordo que a indemnização compensatória seja paga a tempo e a horas, mas pensamos que aqueles subsídios que são pagos mais tarde, se forem antecipados um pouco, seria muito importante para a agro-pecuária da nossa Região.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, uma consideração sobre esta recomendação.

Uma recomendação para ser útil tem que ser eficaz. Começemos por aqui.

Esta recomendação está, à partida, prejudicada, porque falta-lhe a eficácia.

Quero informar os Srs. Deputados que o Governo Regional, a Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, já tomou estas medidas.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Quando?!

**O Orador:** Também posso dizer, nesta Casa, que estas notícias foram anunciadas em conferência de imprensa, na mesma conferência de imprensa, em que foram anunciadas também as medidas de apoio aos sectores económicos atingidos pelo

sismo, que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro há pouco citou, incorrectamente, porque provavelmente não teve tempo de ler ou não prestou a devida atenção.

Também queria aqui dizer que, para além destas medidas, outras já foram tomadas e algumas delas, o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro também veio dizer, publicamente, que não foram tomadas, nomeadamente a medida de apoio à exportação de vacas em fim de vida produtiva. Ele disse publicamente na televisão que o Secretário Regional somente anunciava e elas não apareciam.

No dia em que disse isso, provavelmente, ainda cansado de férias, ainda não tinha tido tempo para ler o Jornal Oficial e ver que essa medida tinha sido publicada a 13 de Agosto e que tinha sido assinada pelo Secretário Regional a 7 de Agosto. Mais uma vez não teve tempo de ler.

Também não teve tempo, provavelmente, de falar com as organizações de produtores, ou com os produtores, para saber que não basta, de facto, trazer as indemnizações compensatórias para o mês de Outubro, como muito bem disse o Sr. Deputado Paulo Valadão. É preciso atender às circunstâncias de cada ilha e o impacto de algumas destas medidas são diferentes de ilha para ilha.

A antecipação ou o pagamento a tempo e horas das indemnizações compensatórias tem um impacto, por exemplo, na Terceira e em São Miguel e há outras medidas que têm outro impacto noutras ilhas, que não têm nessas, nomeadamente no Pico e nas Flores onde, de facto, as medidas de apoio à extensificação têm outro impacto.

Queria também dizer que não só se vai proceder ao pagamento das indemnizações compensatórias a partir do dia 28 de Setembro, antes de terminar este mês, como também se vai proceder ao pagamento do POSEIMA durante o mês de Outubro e ao pagamento das culturas arvenses. No fundo, vai-se garantir com eficácia que se cumpram, atempadamente, procedimentos de uma forma legal e correcta, depois de ouvirmos todos os interessados, nomeadamente as organizações de produtores e com eles isto ser acertado.

De certa forma, também queria corrigir aqui o Sr. Deputado António Almeida quando diz que mais uma preocupação se avizinha e a "talhe de foice", coloca-a aqui, ou seja, o problema da recente e propagada crise da BSE. O Sr. Deputado afirma que o Governo não tomou nenhuma posição enérgica.

De facto, o Governo, para além de algumas declarações minhas ao "Açoriano Oriental", não fez conferências de imprensa, mas foi eficaz, porque sabendo que está preparada uma missão da Comissão Europeia para avaliar a existência ou não dessa doença, ou da eficácia das medidas, procurou que os interesses dos Açores fossem representados nessa Comissão. Para isso, formou um Deputado que vai fazer parte dessa missão, mais precisamente, um veterinário dos serviços da Direcção Regional do Desenvolvimento Agrário, concretamente a pessoa que tem a seu cargo a direcção desses serviços, por forma a acompanhar essa comissão e defender também os interesses dos Açores salvaguardando, se possível, a referência de que os Açores são a única Região do país, provavelmente uma das poucas da Europa onde, de facto, não há um único caso de BSE.

Por essa via, pela via da confirmação de uma Comissão nomeada pela União Europeia e pela autoridade que lhe está investida, tentará defender com rigor — esse é um rigor da autoridade que é reconhecida a essa comissão, autoridade científica — os interesses dos açorianos e da economia agrícola.

Como vêem, Srs. Deputados, não é preciso, como se diz nesta recomendação, recomendar que o Governo cumpra o seu programa. O Governo cumpre-o dentro da legitimidade que lhe foi conferida e cumpre-o da melhor forma e com o vigor que lhe é devido.

Tenho dito.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito rápido, porque esta matéria, dado ao que está aqui em jogo, julgo que está clara.

A evidência que o Sr. Secretário aqui trouxe, só V. Exa. é que a conhecia. Julgo que mais ninguém sabia, pelo menos, pelas intervenções anteriores, nenhum Deputado

sabia que as indemnizações compensatórias, pelo menos estas, já estavam em pagamento. Ninguém sabia isto!

O Sr. tornou isso público de tal maneira que ninguém sabia, nem os Srs. Deputados do Partido Socialista, nem o Sr. Deputado Paulo Valadão, nem eu, nem os Srs. Deputados do PSD. Ninguém sabia disso!

O próprio Sr. Secretário Regional disse que estava antecipando, que ia fazer um esforço, que o Governo antecipou.

Este Governo não admite que lhe seja sugerido, que lhe seja recomendado, que lhe chamem a atenção para determinadas tarefas que ele, distraidamente, não as cumpre.

Para terminar, Sr. Secretário, hoje, neste conjunto de medidas que aqui apresentamos e que até agora foi admitido o apoio da maioria da Assembleia, também foi agradável ouvir que esta peca por defeito.

O defeito desta é não exigir mais do Governo e quando dizíamos que as indemnizações compensatórias, por serem as mais gerais, aquelas de que mais se fala e reconhecendo aqui as observações já feitas pelo Sr. Deputado Paulo Valadão e outros, inclusivamente o Sr. Secretário já referiu que há outro tipo de indemnizações que têm apoios específicos noutras ilhas, numa primeira fase, a nossa intenção era de que não nos acusassem de estar a pedir ao Governo um esforço geral.

Acusam também a iniciativa de que ela é modesta demais. Parece que estamos entendidos, pelo menos foi aquilo que o Sr. disse, ou seja, era modesta, porque não incluía o POSEIMA, não incluía todo o rol de subsídios.

Até hoje ninguém sabia que era intenção do Governo antecipar o pagamento em indemnizações. Desde o dia 23 de Setembro que é público e é conhecida esta iniciativa do Partido Popular nesta Assembleia.

Estou de acordo e aprecio o contributo claro, e julgo que politicamente honesto, do Sr. Deputado Paulo Valadão, porque ele próprio ouviu por parte dos agricultores e sugeriu inclusivamente isso em determinadas sedes que agora não interessa. O que interessa é que o PP entendeu e criou esta iniciativa no dia 23. Não foi copiar isto a portaria nenhuma (isso eu posso-lhe garantir!), foi feito com muito trabalhinho, com muito serão, não foi nenhuma fotocópia.

Infelizmente, para os produtores dos Açores, não se falava em nada disto.



Infelizmente, V. Exas. nunca assumiram nenhuma garantia de que iam fazer um esforço para fazer essas transferências o mais cedo possível para as pessoas. Em todo o sítio ouve-se as pessoas reclamarem que não têm apoios, que estão aflitos.

Esta iniciativa veio a plenário, o Parlamento já indicou que quer votar isto e o Sr. ainda quer arranjar mais um pretexto?

Os Srs. é que têm razão em tudo?!

O Sr. não admite?!

Julga que está a falar só com as associações?!

Tenha um bocadinho de respeito por esta Casa!

Já que o Sr. reconheceu que tínhamos direito a apresentar, pelo menos tenha a humildade de reconhecer que é uma recomendação!

Mais uma vez os Srs. foram — digamos — "apanhados" no processo sem ter feito.

Os Srs. têm que ser mais ligeiros.

O Sr. teve férias de mais nas Flores. Se tivesse tido menos, talvez este e outros assuntos já teriam sido resolvidos. Era sua obrigação!

**Presidente:** Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas dois esclarecimentos.

Já que estas medidas são, por tradição, pagas em períodos diferentes e que esta antecipação é possível, em relação às medidas faladas e não decididas, no que se refere à seca, — e vou situar-me na conferência de imprensa que foi dada pelo Sr. Secretário na qualidade de vice-presidente — após a avaliação feita, ela só prejudicou as Ilhas Terceira e Faial. Foi o que pude ler no "Diário Insular".

Felizmente só me posso cingir a essas declarações, porque foi apenas esta medida que foi tornada pública.

No entanto, gostaria de saber se considera ou não que a seca afectou todas as ilhas dos Açores.

Desde já, e para evitar que venhamos aqui na próxima sessão com mais uma Proposta de Resolução, a recomendar ao Governo que pague rapidamente os subsídios da

compensação da seca, gostaria, se possível, que informasse esta Câmara de quais as medidas que estão decididas pela Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, para esse efeito?

Quanto à questão da carne e em relação ao relatório da Comissão Europeia, o Sr. Secretário fez declarações públicas em que defendeu a discriminação dos Açores quanto à BSE. Não foi a isso que me referi.

Aquilo a que me referi foi a uma notícia recente, que foi veiculada a nível nacional, que colocava a carne dos Açores como imprópria para consumo. Foi aí que me situei para dizer que não vi da sua parte nenhuma posição pública enérgica sobre esta matéria, ainda mais que o Sr. Secretário Regional era um dos contraentes de um protocolo celebrado entre a Agricultura e Pescas e o Grupo SONAE e, segundo notícias, o protocolo já havia sido rescindido no mês de Julho.

Gostaria que aproveitasse também esta oportunidade para nos informar se esse protocolo foi ou não rescindido com a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas e que outras medidas estão em carteira para superar essa ineficácia, quanto aos acordos com grupos nacionais na área da grande distribuição?

**Presidente:** Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente?

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente** (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

É com humildade que venho a esta Casa, como sempre faço, no respeito pela legitimidade democrática da mesma e foi sempre com humildade que, nesta Casa, reconheci, quando outros faziam bem e os elogiei publicamente, mesmo que estivessem numa bancada partidária diferente da minha. Continuo a manter essa postura, não tenho arrogância nenhuma.

Quando erro, sei reconhecê-lo e espero que quando os outros errarem ou quando este Governo fizer alguma coisa boa, tenham a hombridade de reconhecê-lo.

Quanto à substância deste assunto, eu penso que já fui esclarecedor no que respeita ao pagamento destas diversas ajudas.

Outros assuntos, entretanto, vieram à colacção, nomeadamente os referentes ao sector da carne.

Depreendi das palavras do Sr. Deputado António Almeida, que se estava a referir à recente preocupação com a BSE. Achei por bem informar as medidas e as acções que estão sendo desenvolvidas e que espero que sejam levadas a bom termo.

No que respeita ao protocolo da SONAE, mais uma vez há aqui um acompanhamento daquilo que tem sido veiculado, não só pela Secretaria, mas também pelos operadores.

Em primeiro lugar, o protocolo da SONAE não foi interrompido; o protocolo da SONAE não acabou, porque se tivesse lido o protocolo — V. Exa. deve tê-lo, porque foi enviado, em resposta a um requerimento elaborado pelo Grupo Parlamentar do PSD, — verificava que ele tem a validade de um ano.

Se tivesse tido o cuidado de o ler, sabia que ele só recebeu o visto do Tribunal de Contas numa determinada data e, neste momento, como já afirmei publicamente, só está cumprido um trimestre desse protocolo. No fim deste trimestre, como está previsto no protocolo, serão feitas missões de avaliação e de aconselhamento técnico. Hoje, se tivesse lido um dos jornais onde há uma entrevista a um operador, também estaria informado de que se continuam a fazer compras de carne ao abrigo desse protocolo. Começou por ser, no primeiro trimestre, de carne desmanchada e, agora, já é também de carcaça.

O Sr. Deputado conhece muito bem alguns desses operadores e sabe, de certeza absoluta, porque acompanha o que se passa no sector, quais os contactos que foram feitos para alargar este protocolo.

No que respeita a notícias vindas a público, nomeadamente na RTP e, julgo eu, no Diário Insular, de que não havia cumprimento e que haviam acusações infundadas de que a carne dos Açores não era de boa qualidade, mais uma vez chamo-lhe atenção para as declarações públicas do responsável pela SONAE na altura, que veio a público esclarecer, como era seu dever, que o que se estava a passar era meramente um cumprimento das obrigações do protocolo, nomeadamente o de garantir o respeito pelas normas elementares de qualidade.

As normas elementares de qualidade são testadas, tal como no leite, por testes.

É evidente que o Sr. Deputado não quer comer carne que contenha determinados micróbios. Por isso, é preciso testar e quem celebra contratos cumpre com os mesmos.

Mais não quero acrescentar em defesa do bom nome da carne açoriana.

Muito obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

**Deputado Élio Valadão (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Começaria por responder ao Sr. Deputado António Almeida, dizendo que o Sr. há-de concordar comigo dizendo que os efeitos da seca não se fazem sentir, de igual modo, em todas as ilhas, como é lógico. Algumas ilhas têm uma intensificação sobre a terra bastante maior do que outras. Algumas ilhas têm mais pluviometria e outras têm um sistema orográfico.

Eu queria clarificar aquilo que o Sr. Deputado António Almeida disse, em relação às referências do Sr. Secretário às Ilhas Terceira e Faial.

Se não me falha a memória, o Sr. Secretário não disse que estas ilhas eram apenas aquelas que tinham sentido o efeito da seca, mas sim que estas tinham sido as únicas ilhas onde baixou a produção leiteira. Uma coisa é diferente da outra.

Não sei se foi alguma dificuldade de interpretação da sua parte, ou se foi alguma dificuldade de transcrição nas palavras do Sr. Secretário por parte do jornalista.

*(Risos da bancada do PSD)*

Em relação àquilo que disse de ilhas que são mais prejudicadas, logicamente que a Ilha Terceira, a Ilha Graciosa, em termos de falta de água, e a Ilha de Santa Maria, são as ilhas que sentem mais a seca. Aqui não há dúvidas.

Dentro destas, aquela que tem uma maior intensificação sobre a produção leiteira é, necessariamente, a Ilha Terceira.

No que se refere às referências feitas pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, eu tenho a noção, até por conversa com outras pessoas e é natural que não acredite naquilo que vou dizer mas é verdade, de que o Sr. Secretário fez referência ao pagamento antecipado das indemnizações compensatórias. Não sei se fez referência ou não ao POSEIMA, mas a estas fez referência.

Até ao dia 23, eu não tinha conhecimento de quando é que esse pagamento iria ser efectuado, nem tão pouco se iria ser efectuado, mas pode ser desconhecimento da minha parte. No entanto, também é verdade que, depois de ver a proposta do PP, tentei saber mais alguns pormenores em relação a essa matéria, mas só ontem é que eu a recebi, porque só ontem é que ela foi elaborada.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para prestar esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

É óbvio que nós já chegámos à conclusão de que vamos aprovar uma Proposta de Resolução que dá sinais claros ao Governo Regional para agir, energicamente, no sentido de minimizar a quebra de rendimentos. Não vamos fugir a esta decisão desta Assembleia.

Vou citar o jornal Diário Insular.

"A seca só prejudicou as Ilhas Terceira e Faial" e faz referência à redução e ao aumento da produtividade em cada uma delas.

Situei-me apenas numa notícia do Diário Insular e julgo que esta notícia foi feita com base nas declarações do Sr. Secretário. Se assim não é, os jornalistas enganaram-se.

Em relação à carne, gostaria de dizer que, se porventura houver um operador ou uma operação que não decorra em condições de qualidade desejável, eu não posso aceitar que se faça notícia dizendo que a carne dos Açores é imprópria para consumo.

É aí que acho que o Secretário Regional deve, em defesa do bom nome dos produtos dos Açores, vir publicamente na sua defesa e dizer que assim não é verdade.

Há outros operadores, muito antes do protocolo ser celebrado entre a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas e o Grupo SONAE, que já comercializam carcaças e carne com essa rede de distribuição.

Portanto, continuam a fazê-lo e eu não aceito a ausência de uma posição enérgica da Secretaria, quando está em causa o bom nome dos produtos dos Açores.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura.

**Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para esclarecer uma questão, que já foi abordada pelo Sr. Deputado Élio Valadão, que respeita às minhas declarações, que são públicas, em relação à incidência da seca sobre a produção.

O que eu disse e que é verdade e está comprovado estatisticamente, é que as ilhas onde houve, de facto, quebra da produção leiteira com gravidade, foram a Ilha do Faial, onde até ao final do mês de Agosto houve uma quebra de produção da ordem dos 7%, e a Ilha Terceira.

Quero também dizer que, do ponto de vista anual, todas as ilhas dos Açores continuam, em relação ao ano anterior, com aumentos de produção, ou seja, neste momento, até ao fim de Agosto, haviam mais 19 milhões de litros de leite entrados comparados com o período anterior. Isto não quer dizer que não hajam dificuldades para produzir esse leite e que não se tenha tido, nalguns casos, nalgumas freguesias, nalgumas ilhas, com a colaboração dos serviços da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, que levar água para os rebanhos.

Isto passou-se nas Flores, onde os serviços florestais colaboraram na distribuição de água e no providenciar da mesma nos baldios para o gado; passou-se, igualmente, aqui no Faial onde os serviços florestais, no seguimento do sismo, colaboraram com os seus agricultores disponibilizando um tanque; também se passou em São Miguel, onde colaborámos com algumas autarquias que nos pediram essa colaboração e posso citar aqui uma, ou seja, a autarquia do Nordeste que nos pediu colaboração e nós demos em obras, máquinas e tanques.

Eu não tive preocupação em fazer notícia daquilo que estávamos a fazer, mas os Srs. agricultores sabem, nas suas ilhas, o que é que os serviços fizeram.

Eu tive ocasião de o confirmar, porque durante este período de Verão, eu não estive apenas em uma ou duas ilhas. Estive na maioria das Ilhas dos Açores, porque quis, no próprio local e em conversa com os agricultores, em conversa com Presidentes da Junta de Freguesia, em conversa com Presidentes de Câmara, avaliar, para além do relatório dos serviços, a gravidade da situação.

Eu disse também, imediatamente quando se tomaram as primeiras medidas, que iria acompanhar de perto a situação e que iria avaliar para decidir atempadamente e no mais curto espaço de tempo possível, todas as medidas que se revelassem necessárias.

**Presidente:** Sr. Secretário, informo que já ultrapassou o seu tempo regimental.

**O Orador:** Obrigado.

De facto, é isto que tenho feito.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

**Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu não tinha previsto intervir neste debate, mas impõe-se um esclarecimento, porque tenho vindo a ouvir tripartidamente — faltou o quarto técnico — discussões académicas sobre os gráficos da produção leiteira nas Ilhas dos Açores e a sua relação com a perda de rendimento dos produtores.

Nomeadamente, no que diz respeito à ilha na qual resido e sou produtor, o pior que poderia acontecer era, além da perda de rendimentos que os produtores tiveram, a redução do leite. Esta é grave.

A produção de leite tinha que aumentar na Ilha de São Miguel em períodos de seca, porque o gado foi sustentado, no seu dia-a-dia, com alimentos concentrados e utilizando alimentos armazenados, nomeadamente silagens de erva que já eram para serem consumidas no Inverno de 1998/99. Esta é a grande questão.

Houve uma sobrecarga financeira sobre os produtores para aquisição de alimentos compostos e a sobrecarga financeira vai manter-se no próximo Inverno, porque já foi gasta quase toda a alimentação que estava armazenada para esse efeito.

É verdade que a exploração de gado leiteiro, em São Miguel, é mais intensiva do que em algumas outras Ilhas dos Açores, mas também devo dizer que, em relação à orologia do terreno, São Miguel também tem pastagens mais altas e por isso não seca tanto nalgumas zonas, mas deve-se dizer que todo esse gado não pode ser levado para pastagens altas.

Era apenas este pequeno esclarecimento que queria deixar para que não se confundissem os gráficos dos litros de leite entregues nas fábricas, com os gráficos do rendimento dos agricultores, porque eles, com certeza, serão inversos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Fraga.

**Deputado Carlos Fraga (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estranho a intervenção do Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa, porque veio dizer precisamente aquilo que o Sr. Secretário e os Deputados que o antecederam disseram. Não acrescentou absolutamente nada.

Se foi para esclarecer, julgo que todos já estavam esclarecidos. Não acrescentou absolutamente nada ao debate.

Todos perceberam, de princípio, que se tratava só de uma perda de rendimento e não de um abaixamento de produção. Se a produção aumentou, ainda bem, mas a perda de rendimento foi percebida por toda a gente desde o início.

Portanto, o Sr. Deputado não trouxe nada de novo ao debate.

**Presidente:** Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Resolução que acaba de ser debatida, façam o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e registou 21 votos contra do PS.

**Presidente:** Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

**Deputado Élio Valadão (PS):** Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados:

Como não podia deixar de ser, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, votou contra esta Proposta de Resolução, porque, como todos perceberam, ela perdeu



actualidade e deixou de ter razão de ser depois das declarações do Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Fiquei ainda na expectativa de que o Partido Popular tivesse o bom senso de retirar a sua proposta.

Também fiquei com a noção de que o Partido Popular é, neste momento, um partido que anda apto de protagonismo, mas farto de inquietação e consigo arrasta o Partido Social Democrata.

**Presidente:** Não havendo mais declarações de voto, vamos passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, ou seja, ao **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 29/98, sobre "justificação de faltas dadas por sinistrados ou voluntários no dia da ocorrência e nos dias que se seguiram à ocorrência do sismo de 9 de Julho de 1998"**.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

**Secretário Regional Adjunto (Francisco Coelho):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Este diploma visa justificar as faltas dadas por trabalhadores da administração local e por trabalhadores de empresas privadas, que tenham faltado, nas ilhas sinistradas, nos dias indicados, devido à crise sísmica de 9 de Julho.

Julgo que não é difícil percebermos a urgência da aprovação deste diploma sob pena do mesmo perder grande parte do seu efeito útil.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou apenas fazer um pouco da história deste diploma para que não fique alguma dúvida instalada neste plenário, de que a Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais não tenha, de facto, exercido as suas competências e dado seguimento ao pedido de parecer que foi solicitado pelo Sr. Presidente da Assembleia.

No dia 16, a comissão reuniu.

Os deputados presentes nessa Comissão, pertencentes ao Partido Social Democrata, levantaram algumas dúvidas do conteúdo do diploma, umas sobre a sua constitucionalidade e outras sobre a necessidade de legislar nesta matéria.

O Partido Socialista pediu um intervalo para serem feitos alguns contactos e até mesmo nós solicitámos, porque não estávamos interessados em chumbar a proposta.

Esses contactos foram feitos e a Comissão foi informada de que o Governo ia retirar a proposta e transformá-la numa anteproposta de lei. Até ao momento, ficámos à espera da anteproposta de lei e agora surge-nos o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o mesmo Decreto Legislativo Regional.

Nós vamos votar favoravelmente a sua urgência e a sua dispensa de exame em comissão e esperamos que o Governo Regional esclareça as dúvidas que temos para depois sabermos se vamos votar o diploma favoravelmente ou não.

**Presidente:** Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, façam o favor de se manter como se encontram.

**Secretário:** O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar à discussão do diploma em si, ou seja, **da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 29/98, sobre "justificação de faltas dadas por sinistrados ou voluntários no dia da ocorrência e nos dias que se seguiram à ocorrência do sismo de 9 de Julho de 1998"**.

Está aberta a discussão, na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

**Secretário Regional Adjunto (Francisco Coelho):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quanto à questão que o Sr. Deputado José Maria Bairos colocou, gostaria de esclarecê-la agora.

Este diploma, nomeadamente na parte que diz respeito à justificação das faltas dos trabalhadores pertencentes à Administração Local, inicialmente, também levantou uma dúvida e uma questão ao Governo, ou seja, até que ponto podemos regulamentar ou legislar sobre esta matéria, na medida em que tem a ver com faltas de funcionários públicos, uma vez que não se inclui no âmbito da competência de reserva relativa da

Assembleia da República, já que uma das alíneas do actual artigo 165.º da Constituição, é exactamente sobre bases e âmbito do regime da função pública.

Eu já tive oportunidade de, informalmente, trocar algumas ideias sobre este assunto com os Srs. Deputados António Meneses e Joaquim Ponte.

Esta questão colocou-se ao Governo.

Nós acabámos por entender — porque de resto não levantava problema nenhum, quanto muito, e não tínhamos qualquer problema em fazê-lo, passaríamos esta Proposta de Decreto Legislativo Regional para anteproposta de lei — que, como se trata de dar a máxima garantia à justificação de faltas sobre um acontecimento muito concreto passado e que isto não vai ser uma norma com efeitos gerais e futuros, que face à nova redacção constitucional, em termos de poderes legislativos desta Assembleia e à própria redacção do Estatuto, que esta matéria é da competência desta Assembleia Legislativa Regional.

Por isso mesmo, acabámos por manter a sua forma de Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Muito obrigado.

**Presidente:** Continua aberto o debate na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, as dúvidas que nos foram levantadas por este diploma, começaram inicialmente pelo poder que o Governo Regional tinha, em legislar em matéria que é da exclusiva competência das autarquias.

O próprio enquadramento jurídico do diploma, na sua apresentação, aponta algumas alíneas do artigo 227.º da Constituição e, entre elas, a alínea m) que diz: "exercer poder de tutela sobre as autarquias locais".

Todos nós sabemos que esta tutela é uma tutela em perspectiva pura e simplesmente.

Lendo também a Lei 100/84, sabemos que o poder de gestão do pessoal das autarquias, é da Câmara Municipal e, neste momento, houve uma alteração dessa Lei, e essa competência foi delegada ao Presidente da Câmara.

Além disto, os dois decretos-lei que são mencionados, um deles salvaguarda as situações que aconteceram nestas três ilhas e que abrange o poder local, regional e a administração central, e justifica as faltas quando surgem acontecimentos desta natureza, ou seja, por motivos não imputados à pessoa que não se apresentou ao trabalho.

Nós estamos aqui a criar, neste momento, legislação, ou seja, um decreto legislativo regional que vai tornar aplicável dois decretos-leis que, neste momento, estão em vigor, um deles dirigido no âmbito do poder local, regional e da administração central e um outro dirigido à natureza das empresas privadas e que faz parte das Convenções da Organização Internacional do Trabalho.

Outra situação que se põe aqui, é que o Governo também se baseia no Decreto-Lei para estender a todas as empresas sediadas na Região Autónoma dos Açores, quando, no seu enquadramento jurídico e na alínea que indica a sua constituição, diz que é empresas públicas e institutos públicos. Portanto, não fala em empresas privadas.

Todas estas questões que se levantam aqui deixam-nos muitas dúvidas.

Ainda há pouco foi referido pelo Sr. Secretário: "ao Governo o que é do Governo; à Assembleia o que é da Assembleia!".

Eu diria: "ao Governo que é do Governo; às autarquias o que é das autarquias!".

Nós já tivemos hoje um exemplo, ou seja, um diploma apresentado também pelo Governo, sobre a isenção de taxas e chegámos à conclusão de que foi retirado, porque essa competência é da exclusiva responsabilidade das Assembleias Municipais por proposta da Câmara Municipal.

Nós não conseguimos descortinar qual é o poder do Governo Regional ao querer entrar nas competências das Câmaras cuja autonomia política, administrativa e financeira, está salvaguardada na própria Constituição e nas próprias Leis da República.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

**Deputado Joaquim Ponte (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, para além de subscrever estas dúvidas que foram aqui deixadas pelo meu colega de bancada José Maria Bairos, de resto já partilhadas um pouco aqui nos corredores, como disse o Sr. Secretário, entre mim e ele próprio, tenho uma outra dúvida que julgo que resultou da conversa que tivemos e gostaria de colocá-la junto com estas questões que foram levantadas pelo meu colega.

Este diploma, na minha perspectiva, poderia eventualmente fazer algum sentido se houvesse notícia de que as autarquias locais destas zonas sinistradas, colocassem problemas desta natureza, isto é, se houvesse alguma autarquia local que não quisesse justificar as faltas dos seus funcionários.

Eu não acredito, e fazendo justiça aos Presidentes de Câmara que todos nós conhecemos nestas zonas, que nenhum deles ponha minimamente em causa a justificação das faltas, por um motivo tão doloroso e tão sentido, dos funcionários da sua autarquia, pelo facto deles ou terem sido sinistrados, ou voluntariamente terem sido solidários com os familiares ou amigos das zonas atingidas por esta catástrofe do dia 9 de Julho.

Parece que por isso, e por esta razão, que este diploma é um diploma — digamos — vazio de utilidade, que não vai ter utilidade nenhuma.

Se existem tantas dúvidas de natureza legal, que me parecem preponderar, de resto o Sr. Secretário partilha-as e subscreve-as de alguma forma, embora tendo uma visão não perfeitamente coincidente com elas, para além delas, existe aqui um outro aspecto que me parece — e sei que não é intenção do Governo Regional e muito menos do Sr. Secretário — que abre um pouco um precedente, digamos assim, que, no futuro, pode assumir alguma gravidade com este ou com outro qualquer Governo, ou seja, por uma razão pontual esta Assembleia interfere nas competências que a Lei Geral atribui às autarquias locais ou, no caso da gestão do pessoal, aos seus presidentes em quem essas competências estão delegadas.

Imaginemos que, por absurdo, há uma circunstância qualquer em que a Administração Regional resolve dispensar um dos seus funcionários. Se as Câmaras — em estou a falar do absurdo e um pouco, teoricamente — não partilharem da mesma dispensa, vêm à Assembleia Regional aprovar, pontualmente, um diploma para justificar as faltas que foram dadas pelos seus funcionários, no caso de eles

aderirem a uma iniciativa que, porventura, a Câmara Municipal não se sinta obrigada a partilhar.

Por estas duas razões que adiciono àquelas que foram aqui apresentadas pelo meu colega, tenho alguma dúvida da utilidade, além da legalidade, deste diploma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

**Secretário Regional Adjunto (Francisco Coelho):** Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apenas para alguns esclarecimentos.

Sr. Deputado José Maria Bairos, é evidente que o Governo Regional não tem competência legislativa. Tem apenas iniciativa legislativa junto desta Assembleia e daí ter apresentado esta Proposta de Decreto Legislativo Regional para ser esta Assembleia, se assim o entender, a legislar sobre esta matéria.

Esta lei estabelecia e poderia cobrir eventuais casos. Também não posso garantir ao Sr. Deputado Joaquim Ponte se porventura houve algum problema nesta matéria. Francamente não sei dizer, mas não haveriam dúvidas que isto ficaria aqui totalmente salvaguardado, porque as faltas ficariam justificadas, mesmo aquelas que tivessem sido de alguns familiares ou pessoas directamente sinistradas.

De resto, este Decreto Legislativo Regional, como acto legislativo, pode interferir — neste caso, a título excepcional — nesta matéria. Em termos gerais e em termos de lei, é evidente que a lei geral estabelece que, e isto é um exemplo, quando morre o pai de um trabalhador ele tem direito a férias, portanto ele não vai perguntar à entidade patronal se tem direito ou não.

Com respeito ao objectivo, julgo que estamos todos de acordo, ou seja, trata-se de garantir que ao nível do trabalho, quer na Administração Local, quer nas empresas privadas, ninguém seja prejudicado em termos de faltas, na sequência do sismo de 9 de Julho.

Na parte que toca ao Governo Regional — obviamente que é diferente —, em relação à Administração Regional, o executivo, por resolução, resolveu imediatamente o problema.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Depois das intervenções dos meus colegas, Deputados José Maria Bairos e Joaquim Ponte, — julgo que no fundo eles apresentaram as dúvidas que o Grupo Parlamentar do PSD tinha em relação às questões mais técnicas do diploma, porque no fundo temos que elogiar a preocupação manifestada no conteúdo do diploma e gostaria que se ressaltasse esta questão — eu gostaria de fazer duas perguntas ao Sr. Secretário para compreender até a razão de ser desta iniciativa.

Há situações junto de algumas autarquias em que se verifique a dificuldade dos trabalhadores considerarem como justificadas as faltas por terem prestado apoio a algum familiar, na sequência do sismo? — primeira questão.

A segunda questão prende-se com a alínea z) do n.º 1 do artigo 19.º.

Ao dizer que "são consideradas justificadas todas as faltas por motivos não imputáveis ao funcionário ou agente...", eu penso que essa alínea, salvo melhor opinião, permite precisamente que as faltas dadas por motivos não imputáveis ao funcionário — penso que aqui pode-se englobar, por maioria de razão, aquelas que resultaram de uma situação de catástrofe — sejam justificadas.

No próprio diploma que se quer adoptar à Região, elas já estão justificadas. Esta é a nossa interpretação, pode não ser a do Governo, mas gostávamos de saber por que é que não interpreta desta forma.

Por outro lado, também queria frisar aqui um pouco aquilo que foi dito pelo meu colega, Deputado José Maria Bairos, ou seja, o Governo tem a certeza que poderá fazê-lo em relação às empresas privadas?

Aqui fala-se de uma Lei Geral da República relativamente à qual nós não temos competência. As faltas dadas às empresas privadas, ao abrigo do Decreto-Lei 874/86, poderão ser consideradas como justificadas, porque esse Decreto refere "as motivadas pela impossibilidade de prestar trabalho devido a um facto que não seja imputável ao trabalhador, nomeadamente doença, acidente ou cumprimento de obrigações legais ou a necessidade da prestação de assistência inadiável a membros do seu agregado familiar".

Eu penso que nestas situações também está contemplada a justificação de faltas por motivo de qualquer funcionário ter prestado apoio na sequência do sismo a qualquer membro do seu agregado familiar.

Estas são as questões que gostaria de colocar ao Sr. Secretário para que o Grupo Parlamentar do PSD possa votar, com consciência, esta iniciativa do Governo.

Antes de terminar gostaria de colocar uma última questão, ou seja, se esta proposta já esteve na Comissão e posteriormente foi retirada, por que é que em vez deste pedido de urgência não apresentaram uma anteproposta de Lei?

Penso que, "a posteriori", mesmo que se aprove esta iniciativa nesta Assembleia, mesmo que o Sr. Ministro da República não vete o diploma por motivos de inconstitucionalidade ou de ilegalidade, nunca se evitará que qualquer entidade patronal, com fundamento na violação de uma norma constitucional, possa recorrer aos tribunais considerando que este diploma não é constitucional e como tal o despedimento do seu trabalhador deve ser considerado como legítimo e não ilícito.

Esta garantia dada aos trabalhadores através deste diploma, na minha perspectiva, não é uma garantia total.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

**Deputado Rui Pedro Ávila (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

O Sr. Deputado José Maria Bairos trouxe à colação, para este debate, uma situação que normalmente não aparece aqui, mas que, desde já, digo que é verdade.

Os trabalhos de Comissão normalmente, com aqueles bons entendimentos que há de relações de grupos para grupos, não são trazidos para esta Casa quando se está em plenário, mas neste momento eu tenho que me justificar, porque nós trabalhamos na Comissão de Política Geral, e honra seja feita a todos os Deputados, com seriedade.

Aquela parte que tinha a ver com qual o caminho que andou neste diploma ou não, julgo que a sua utilização poderia ser dispensada aqui em termos de justificação e aí sim — é a lógica que têm — argumentarem política ou juridicamente sobre a posição de voto ou à tomada de posição que querem ter nesta matéria, em relação àquilo que o Governo trouxe a esta Casa.



É verdade que na Comissão se entendeu que, em vez de se dar um parecer sujeito a uma votação de subir a plenário, era preferível interromper os trabalhos como nós fizemos e consultar o Sr. Secretário Regional como alguém fez. Também é verdade que fui autorizado pelo Sr. Secretário Regional de comunicar à Comissão que, em princípio, o Governo estaria pensando em transformar este Decreto numa anteproposta de lei.

Também é verdade que ontem, o Sr. Deputado José Maria Bairos, numa conversa de corredores, porque os passos perdidos são mesmo para isso, para os deputados conversarem sobre assuntos desta Assembleia, se levantou a possibilidade de o Governo pedir aquilo que fez e que já foi aprovado, ou seja, a urgência para que, com dispensa de exame em comissão, este diploma fosse aqui apreciado.

O que é que está aqui em causa?

Está aqui em causa uma questão, politicamente — e é nessa que quero falar — de excepção.

Será que a Constituição também não diz na alínea o) do artigo 227.º, no fim — e o Sr. Deputado José Maria Bairos não leu, já agora vou citar — "e noutros casos em que o interesse regional o justifique"? Isto está aqui.

Pode-se legislar, porque pode-se "superintender nos serviços, institutos públicos e empresas públicas e nacionalizadas que exerçam a sua actividade exclusiva ou predominantemente na Região, e noutros casos em que o interesse geral o justifique".

É ou não de ser aprovado agora aqui?

Eu não queria ir por aqui, porque já chegámos todos à conclusão de que, inclusivamente, é duvidosa a ineficácia e a prática numa fase posterior, como disse e muito bem o Sr. Deputado Joaquim Ponte. Isso já foi discutido com os Srs. Secretários Regionais, mas um dos Secretários Regionais perguntou "onde é que está a autonomia?".

É aí que eu também quero chegar. Também não há autonomia para começar a fazer carreira, alguma jurisprudência, porque isto é uma situação de excepção que acabou no tempo — e é isso que queria também dizer e repisar bem. O que estamos legislando acaba no tempo, as faltas justificadas ou não acabam no tempo, porque está aqui bem determinado nesta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Podemos argumentar durante o tempo que quiserem, porque para isso é que estamos aqui e o debate é para isso, mas se nos ativermos ao princípio que deu azo a esta discussão, à justificação de faltas, por uma razão completamente excepcional que é a ocorrência de um sismo e da situação de vida completamente fora das regras normais que se seguiu e que estão aqui definidas as datas, eu julgo que temos só uma posição, ou arriscamos, porque a política também é para isso, ou votamos contra.

Eu julgo que não há muita mais argumentação nesta área, porque se vamos para o campo jurídico, a discussão nunca mais acaba e sabemos que é assim.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

**Secretário Regional Adjunto (Francisco Coelho):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para responder às questões colocadas pelo Sr. Deputado Jorge Valadão.

Uma delas eu tenho a impressão que já respondi, ou seja, eu não tenho conhecimento que algum Presidente de Câmara se tenha recusado a justificar as faltas. Eu não tenho conhecimento de nenhum caso desses, conforme já disse.

Em relação à segunda, em termos de empresas privadas, é evidente que a questão ainda é mais fácil, porque, pura e simplesmente, não se fala em privadas, fala-se apenas em empresas públicas e fundações públicas em termos de reserva de competência relativa. O problema aí não se põe.

O que a lei diz é uma coisa muito simples e há aqui uma diferença fundamental. A lei diz, por exemplo, que o patrão pode.

Esta lei justifica automaticamente. É uma diferença e uma garantia de monta.

De resto, Sr. Deputado, nós não conhecemos nenhum caso. V. Exa. já está a pensar em despedimentos e recursos para o Tribunal Constitucional que, felizmente nesta parte, e só para este caso, levam anos. Por causa disso podemos ficar descansados.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

**Deputado José Maria Bairos (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma questão muito rápida e para concordar com o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila, porque, de facto, isto é uma questão de excepção. Eu, desde o início, reafirmei isso.

Há dois decretos-lei que têm no seu articulado, essas exceções.

O que nós estamos pondo aqui em questão é que estão criando legislação para tornar aplicável dois decretos-lei que já têm essa exceção, ou seja, as faltas não imputáveis por motivos aos trabalhadores.

Nós estamos a criar legislação que vai tornar outra aplicável. A questão de fundo é esta.

Quanto à questão das autarquias, eu não tenho dúvida nenhuma que é mais complicada a questão de podermos legislar nesta matéria.

Já dei aqui um exemplo, ou seja, retirou-se o outro diploma, porque se chegou à conclusão de que, de facto, era matéria que não merecia fazer legislação e que o Governo Regional não tinha poder nesta matéria.

Quando fala na questão das empresas, a proposta não fala em empresas públicas nem em institutos públicos, fala em "quaisquer empresas sediadas e estabelecidas na Região". Com certeza que se quererão referir a todas as empresas que estão sediadas nesta Região.

Se estivesse aqui claro que eram empresas públicas e institutos públicos, com certeza que eu compreenderia de imediato a referência ao artigo da Constituição e a minha dúvida nasceu aí.

Nós não fomos minimamente esclarecidos em relação às dúvidas que tínhamos. Elas mantêm-se.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu creio que aquilo que pode e deve estar em análise, como preocupação no debate deste diploma, são exclusivamente estas duas questões:

Primeira: Pode-se estar a apresentar uma iniciativa legislativa que tem um mérito, uma preocupação com a situação destes trabalhadores.

Mesmo assim, parece-me que pode ser uma preocupação adequada, mas que no enquadramento legal existente no país, pode ser inútil, porque o assunto está resolvido.

A preocupação fundamental que predomina ainda, é também uma questão legal, mais importante do que aquela que o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila aqui levantava, ou seja, temos que ter uma preocupação na iniciativa legislativa, relativamente àquilo que é a competência desta Assembleia. Se bem deparasse, "direitos, liberdades e garantias" que é onde esta matéria se inclui, neste caso direitos dos trabalhadores, é uma competência de reserva relativa da Assembleia da República.

Parece-me que é legítimo o Grupo Parlamentar do PSD ter esta dúvida e levantá-la aqui para que as nossas iniciativas legislativas tenham mérito de se, por um lado enquadrar no plano legal e constitucional e, por outro lado, não serem inúteis por tratarem repetidamente daquilo que está tratado. Esta é a preocupação fundamental.

Não está em causa que todos tenhamos o espírito de que os trabalhadores afectados pelo sismo tenham a compreensão da própria lei sobre a justificação das suas faltas ao serviço, em virtude desta situação.

Eu gostava que o Sr. Secretário desse ao plenário a garantia de que não estará em causa a ilegalidade nesta iniciativa, designadamente quanto à competência da Assembleia Legislativa Regional para legislar sobre esta matéria.

Eu mantenho a minha dúvida. Até aqui parece-me que não ficou esclarecida, nem sequer foi argumentado jurídica e constitucionalmente a competência da Assembleia Legislativa Regional, por um lado, e, por outro, a reserva que sobre essa matéria tem a Assembleia da República.

Por isso, estou convencido também que as dúvidas levantadas pelo Grupo Parlamentar do PSD têm todo o cabimento.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

**Secretário Regional Adjunto** (*Francisco Coelho*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só duas breves questões levantadas pelo Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Em primeiro lugar, não me parece que esta justificação, e ainda por cima é uma justificação, tenha qualquer coisa a haver com o regime de "direitos, liberdades e garantias", e muito menos com restrições de "direitos, liberdades e garantias", muito e antes pelo contrário.

Com respeito a garantias, o Sr. Deputado deve estar a fazer um pouco de humor.

O Sr. sabe muito bem como são estas questões do direito. Se dois catedráticos ilustres têm opiniões diferentes, o Tribunal Constitucional pode ter outra. Que garantias é que V. Exa. quer que eu lhe dê?

Eu estou perfeitamente convencido disto, por isso estou aqui a defender.

Garantias nesta matéria não as posso dar e tenho a certeza também de que V. Exa. não me as pode dar.

Muito obrigado.

**Presidente:** Parecendo não haver mais intervenções, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, na generalidade, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, com 20 votos a favor do PS, 20 votos de abstenção do PSD, e 2 votos de abstenção do PP.

**Presidente:** Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

**Deputado Jorge Valadão (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata absteve-se, não tendo em conta o conteúdo da Proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada pelo Governo, com a qual se identifica, mas tendo fundadas dúvidas sobre a legalidade e constitucionalidade do mesmo.

Queremos aqui frisar que é nessa perspectiva a razão de ser da abstenção do Grupo Parlamentar do PSD.

**Presidente:** Vamos passar à discussão na especialidade.

Se estiverem de acordo, fazemos a discussão em simultâneo dos três artigos do diploma.

Estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Não havendo intervenções vamos votar e se não houver oposição, vamos votar os três artigos em conjunto.

*(Pausa)*'

Parecendo não haver oposição, passemos à votação.

Os Srs. Deputado que concordam, na especialidade, com os artigos, 1.º, 2.º e 3.º, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos, 1.º, 2.º e 3.º foram aprovados, com 20 votos a favor do PS, 21 votos de abstenção do PSD, e 2 votos de abstenção do PP.

**Presidente:** Vamos passar à votação final global.

Os Srs. Deputado que concordam com o diploma acabado de aprovar em votação final global, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O diploma foi aprovado em votação final global, com 20 votos a favor do PS, 21 votos de abstenção do PSD, e 2 votos de abstenção do PP.

**Presidente:** Terminamos assim a nossa ordem de trabalhos por este período legislativo. Por isso proponho ao plenário a seguinte Proposta de Resolução:

"A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Setembro.

Os Srs. Deputado que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Estão assim encerrados os nossos trabalhos.

*(Eram 22.05 horas)*

*Deputados que entraram durante a Sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**Augusto António Rua Elavai**

**Francisco** Cardoso Pereira **Oliveira**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**Eugénio** Manuel Pereira **Leal**

**Sidónio** Manuel Moniz **Bettencourt**

*Partido Popular (PP)*

**Alvarino** Manuel Meneses **Pinheiro**

*Deputados que faltaram à Sessão:*

*Partido Socialista (PS)*

Maria da **Natividade** da **Luz**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**Berta** Maria Correia de Almeida Melo **Cabral**

—

## **DOCUMENTOS ENTRADOS NA SESSÃO**

**Parecer da Comissão de Economia, Finanças e Plano sobre o Projecto de Decreto-Lei que estabelece normas para o licenciamento dos pequenos estabelecimentos industriais de venda directa ao sector agro-alimentar.**

A Comissão de Economia, Finanças e Plano, discutiu e analisou o Projecto de Decreto-Lei que estabelece normas para o licenciamento dos pequenos estabelecimentos industriais de venda directa do sector agro-alimentar, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores e, sobre o mesmo, emite o seguinte parecer:

### **CAPÍTULO I**

#### **ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

A apreciação do presente Projecto de Decreto-Lei enquadra-se constitucionalmente no disposto no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa e nos termos da Lei 40/96 de 31 de Agosto, e estatutariamente na alínea i) do artigo 30.º do Estatuto da Região Autónoma dos Açores - Lei 61/98 de 27 de Agosto.

## CAPÍTULO II

### APRECIACÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

O presente diploma estabelece as normas aplicáveis ao licenciamento dos pequenos estabelecimentos industriais de venda directa do sector agro-alimentar.

Este projecto de Decreto-Lei resulta da necessidade de desburocratizar o processo de licenciamento de um elevado número de indústrias agro-alimentares de pequena dimensão que possuem significativo valor económico e relevante interesse social, que laboram produtos destinados à venda directa ao consumidor.

A Comissão de Economia, Finanças e Plano, na generalidade e na especialidade nada tem a opor ao presente Projecto de Decreto-Lei.

Angra do Heroísmo, 18 de Setembro de 1998

**O Relator**, *José Élio Valadão Ventura*.

O presente parecer foi aprovado por unanimidade.

**Presidente**, *Augusto António Rua Elavai*.

---

**A Redactora de 1.ª Classe**: Maria da Conceição Fraga Branco